



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – DECIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PGHIS

**NAS ASAS DA IMPRENSA: A REPERCUSSÃO DA ABOLIÇÃO DA  
ESCRAVATURA NA PROVÍNCIA DO CEARÁ NOS PERIÓDICOS DO RIO DE  
JANEIRO (1884-1885)**

LUSIRENE CELESTINO FRANÇA FERREIRA

São João del-Rei  
2010

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – DECIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PGHIS

**NAS ASAS DA IMPRENSA: A REPERCUSSÃO DA ABOLIÇÃO DA  
ESCRAVATURA NA PROVÍNCIA DO CEARÁ NOS PERIÓDICOS DO RIO DE  
JANEIRO (1884-1885)**

LUSIRENE CELESTINO FRANÇA FERREIRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de pós-graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei, como parte dos requisitos necessários à obtenção de grau de Mestre em História.

Orientação: João Paulo Coelho de Souza Rodrigues

São João del-Rei  
2010

## FICHA CATALOGRÁFICA

F382n	<p>Ferreira, Lusirene Celestino França</p> <p>Nas asas da imprensa: a repercussão da abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884 – 1885) [manuscrito] / Lusirene Celestino França Ferreira .– 2010. 132f.</p> <p>Orientador: João Paulo Coelho de Souza Rodrigues.</p> <p>Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João del Rei, Departamento de Ciências Sociais.</p> <p>Referências: f. 133-138.</p> <p>1. Ceará – História – Abolição da escravidão, 1888 – Teses. 2. Escravos – Emancipação – Teses. 3. Imprensa e política – Teses. 4. Imprensa – História – Teses. 5. Jornalismo – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. I. Universidade Federal de São João del Rei. Departamento de Ciências Sociais. II. Título.</p>
CDU: 981.31:326“1884/1885”	

**NAS ASAS DA IMPRENSA: A REPERCUSSÃO DA ABOLIÇÃO DA  
ESCRAVATURA NA PROVÍNCIA DO CEARÁ NOS PERIÓDICOS DO RIO DE  
JANEIRO (1884-1885)**

LUSIRENE CELESTINO FRANÇA FERREIRA

Dissertação de Mestrado submetida Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal de São João del-Rei, como parte dos requisitos necessários à obtenção de grau de Mestre em História.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM / /2010

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof. Dr. João Paulo Coelho de Souza Rodrigues - UFSJ  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Jefferson Cano - UNICAMP

---

Prof. Dr. Marcos Ferreira de Andrade – UFSJ

---

Prof. Dr. Danilo José Zioni Ferretti – UFSJ (suplente)

São João del-Rei  
2010

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à UFSJ, pela bolsa de pesquisa que me foi concedida durante dois anos, cujo apoio financeiro possibilitou a realização deste trabalho.

Ao professor e orientador João Paulo, agradeço todo o processo de confecção desta dissertação. Com comentários pontuais e sugestões valiosas, suas indicações e críticas foram cruciais para o desenvolvimento deste trabalho.

A banca de qualificação, formada pelos professores Jefferson Cano e Marcos Andrade, contribuiu com sugestões e críticas estimulantes que ajudaram na elaboração deste trabalho.

Sou grata ao professor Flávio Gomes (UFRJ), por ter me incentivado a continuar na carreira acadêmica, ensinando várias estratégias de pesquisa ao longo da graduação.

Agradeço também às colegas de ofício, Amanda Teles, Keith Barbosa, Celeste Gomes e Sirlene Rocha que durante anos se revelaram grandes companheiras de trabalho e verdadeiras amigas. Tenho uma dívida de gratidão imensurável com elas, pois me ajudaram ao longo da pesquisa, seja transcrevendo fontes ou mesmo fazendo a revisão e comentários do trabalho. Amanda Gouvea e Tatiana Brives, amigas muito queridas, embora distantes, sempre me apoiaram em meus projetos.

Não posso deixar de agradecer os companheiros da turma do mestrado: Guilherme, Ricely, Daniela, Renata, Fernando, Carla, Ciro, Marlon e Jorge, que sempre dividiram comigo as angústias e inquietações da vida acadêmica.

Por último, agradeço minha família, pela compreensão e apoio de sempre, sem eles, este trabalho não seria possível.

## RESUMO

FERREIRA, Lusirene Celestino França. **Nas asas da imprensa:** a repercussão da abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885). São João del-Rei, 2010. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2010.

Esta dissertação analisará o impacto das festas que ocorreram nas ruas da cidade do Rio de Janeiro em homenagem à abolição da escravidão na província do Ceará, tendo como objetivo perceber os desdobramentos das notícias sobre a abolição do Ceará no Rio de Janeiro, relacionando a imprensa com as *culturas políticas* dos atores sociais envolvidos neste processo. Indicamos como perspectivas teóricas, a renovada historiografia da Abolição e os estudos de história cultural que privilegiam as práticas culturais, as tensões e os agentes sociais. Assim, analisaremos, especialmente, os anos de 1884 e 1885, englobando os debates mobilizados em torno das festividades abolicionistas e do encaminhamento político da emancipação dos escravos antes da Lei de 1885 (Lei dos Sexagenários).

Palavras chave: imprensa; cultura política; abolição do Ceará.

## ABSTRACT

FERREIRA, Lusirene Celestino França. **Nas asas da imprensa**: a repercussão da abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885). São João del-Rei, 2010. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2010.

This dissertation analyses the impact of abolitionist fetes that took place in the streets of Rio de Janeiro in honor of the abolition of slavery in the province of Ceará, focusing on the impact in Rio de Janeiro of news on the abolition in the province of Ceará and connecting the press with the political cultures of the social actors involved in this process. Our theoretical perspectives are the renewed historiography of the Abolition and the studies of cultural history that privilege cultural practices, tensions and its social agents. We put special emphasis on the years of 1884 and 1885, including the discussions about the abolitionist festivities and about the political direction of the emancipation of slaves before the Law of 1885 (Law of the Sexagenarians).

Key Words: press; political culture; abolition in Ceará.

## **LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS**

BN – Biblioteca Nacional

IHGB- Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

APB-CD – Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	10
1. Teoria e Metodologia de pesquisa	14
2. Historiografia da abolição e abolicionismo	17
3. A Abolição no Ceará	27
<b>Cap. 1 - “A maré abolicionista” de 1884</b>	39
1.1 O “povo” nas ruas e nas festas abolicionistas da Corte: cultura política e o impacto da abolição do Ceará	41
1.2 Os festejos do dia 25 de Março e a libertação dos escravos da Corte	44
1.3 A campanha abolicionista nas ruas da Corte	48
1.4 Identidades inacabadas: os abolicionistas e o abolicionismo	59
<b>Cap. 2 - O influxo da maré: impactos, rumores e expectativas no Parlamento</b>	80
2.1 A questão servil	81
2.2 O vozerio das ruas	86
<b>Cap. 3 - Os clarões da liberdade: as repercussões da abolição do Ceará no Rio de Janeiro</b>	98
3.1 Impresses, circulação de notícias, medos e rumores	102
3.2 Os silêncios da imprensa	120
3.3 Do outro lado do Atlântico: o banquete em Paris	124
<b>Considerações Finais</b>	130
Referências	133

## Introdução

Segundo a edição de 1831 do *Diccionario da Lingua Portugueza* de Antonio de Moraes Silva, a palavra “repercussão” significa “reverberação” e “reflexão”.<sup>1</sup> Em poucas palavras, repercussão significa o prolongamento do som por um determinado tempo ou a reprodução dos sons. O significado desta palavra em um dicionário atual, ou mesmo nos dicionários de língua portuguesa do século XIX, pode apontar para algumas questões que desenvolveremos ao longo desta dissertação. Nesse sentido, é possível pensar em termos de impactos, como os gritos de liberdade proferidos no Ceará em 1884, atingiram a capital do Império, e em que dimensão eles se reproduziram e deram início a uma nova fase no movimento de libertação dos escravos. De início, propomos alguns questionamentos para uma problematização histórica que consideramos complexa: qual a dimensão do decreto da Abolição no Ceará no debate abolicionista? Até que ponto o noticiário veiculado e os desdobramentos e leituras políticas produzidas a partir dele refundiram tanto a atmosfera do debate público sobre a abolição, como alcançaram libertos e escravos nas ruas, praças e travessas da Corte? E como atingiram corações e mentes de políticos e parlamentares do Império? Em suma, como o processo da abolição do Ceará reverberou na Corte e transformou o cenário da urbe carioca em festejos?

Na Corte Imperial, as notícias sobre o Ceará aumentaram o tom das discussões e o volume das expectativas. Tal evento representava uma ameaça de revoltas ou ondas de fugas escravas que podiam se espalhar, sem falar na tensão aumentada em torno da questão da autonomia das províncias, dos impostos, da crise imperial e da centralização

---

<sup>1</sup> SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 4ª edição (Tomo II). Lisboa: Impressão Régia, 1831, p.622. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=20ZDAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=antonio+de+moraes+silva+-+diccionario&lr=&cd=2#v=onepage&q&f=false> Acesso: 25/05/2010.

política. Ruíam os alicerces – mais imaginados do que reais – de uma classe política e de setores econômicos seguros quanto aos rumos da questão do “elemento servil” no Brasil. O temor – um quase fantasma – da desordem se espalhava como fogo, alcançando senzalas, casebres e palácios. Desta forma, pretendemos entender as seguintes questões: como a Abolição da escravidão no Ceará apareceu nos periódicos da Corte? Como se desdobrou nos editoriais e nas colunas tanto de grandes, como de pequenos jornais? Como foi capitalizada por facções políticas de conservadores, liberais, abolicionistas, monarquistas e republicanos? Como – através da imprensa e circulação de idéias – alcançou as ruas e provocou mudanças na atmosfera política?

A proposta do nosso estudo é analisar – nas interfaces da história política, cultural e, principalmente, social – as repercussões da libertação dos escravos no Ceará na imprensa da Corte Imperial. Pensamos numa abordagem sobre os embates travados em torno dos periódicos abolicionistas e na imprensa em geral, refletindo sobre os diversos projetos, movimentos e idéias que circularam na capital do Império, sobre a questão do “elemento servil”, do controle social e das tensões nas ruas do Rio, devido às festas em comemoração àquele evento.

Nosso recorte espacial e cronológico é o da imperial cidade do Rio de Janeiro, nos anos de 1884 e 1885, englobando os debates a respeito da decretação da abolição no Ceará, articulados com as discussões parlamentares que antecederam a “Lei dos Sexagenários”. O foco da abordagem será a análise dos periódicos da Corte, especialmente, aqueles mobilizados em torno da emancipação e das festas realizadas nas ruas do Rio de Janeiro para comemorar a libertação dos escravos na província do Norte. Logo, propomos esquadrihar tanto narrativas, como personagens e instituições – abolicionistas, emancipacionistas, agremiações literárias etc –, detendo-nos nas formas de circulação e recepção de idéias, notícias e palavras impressas. Para isso,

consideraremos os caminhos e descaminhos que antecederam a abolição da escravatura no Brasil em 1888, a partir das perspectivas e expectativas dos diversos agentes que participaram deste processo. Vale ressaltar que não se trata de um estudo sobre a abolição do Ceará. Pensamos em conectar as experiências e implicações desse processo histórico, no enquadramento da cultura abolicionista das ruas e dos debates parlamentares. Propomos – partindo das repercussões do evento do Ceará na imprensa da Corte – esquadrihar processos históricos amplos, complexos e conectados de circulação de idéias e projetos em torno delas. Trata-se de perscrutar as incertezas e rumores que permearam o encaminhamento político e institucional da abolição no Império. Discutiremos os impactos das informações publicadas – inclusive, internacionalmente –, dos noticiários reproduzidos, dos editoriais suscitados, das discussões parlamentares geradas a partir desse episódio da história do Ceará e de seus possíveis efeitos na cultura política nos anos de 1884 e 1885.

Destacamos a importância de abordagens – no campo da história social e política – que privilegiam as práticas culturais, as idéias e os agentes sociais envolvidos no evento em questão. De um lado, enfocamos as experiências e os conflitos que permearam as relações sociais da época, tendo como perspectiva teórica a renovada historiografia da escravidão no Brasil. De outro, apontamos as possibilidades de releitura da história política do Império, destacadamente, os estudos sobre cultura política, história das idéias e da imprensa no Brasil. Estes seriam os iniciais pontos de referências e caminhos de pesquisa e reflexões deste trabalho.

Com isso, pretendemos apreender os impactos, cenários, debates, personagens, lutas sociais e situações vividas e acompanhadas de diferentes formas nas páginas dos jornais da Corte, no período em que foi decretada a abolição no Ceará. Desta forma, sugerimos uma análise focada nos jornais do Rio de Janeiro articulada com as culturas

políticas dos grupos sociais envolvidos nesse processo histórico. Para tanto, destacamos uma abordagem centrada na gestação e na circulação de uma *cultura política*, que tinha a participação dos diversos agentes atuantes naquela sociedade e alcançava tanto o parlamento, como as ruas, através da imprensa e de idéias envolventes.

Assim, é importante considerar a imprensa não apenas como um veículo de informação ou como mera ilustração de registros de acontecimentos, mas, sobretudo, como possuidora de ingredientes que formatam, reescrevem e redirecionam eventos e personagens – criando-os ou omitindo-os. Ao considerarem sua importância e seu papel nos espaços públicos, Marco Morel e Mariana Barros destacaram que:

[...] os impressos, suas idéias e informações relacionavam-se de forma dinâmica com a sociedade, circulavam, eram repetidos e podiam ser reapropriados. As fronteiras e definições entre grupos políticos e seus vocabulários, o perfil de formadores de opinião e a circulação de vozes e clamores pelas ruas divulgavam outras dimensões do que chamamos aqui de transformação dos espaços públicos.<sup>2</sup>

Sendo assim, abordagens teóricas e metodológicas a partir da imprensa — e, também, dos debates parlamentares — permitem-nos analisar narrativas acerca da “questão servil”, que transbordavam as ruas, através da apropriação de notícias e rumores, alcançando outros sujeitos históricos. É possível, assim, mergulharmos na atmosfera política e nas apropriações culturais dos personagens e setores sociais diversos que atuaram no cenário da abolição. Os períodos que antecederam o fim da escravatura no Império — leiam-se debates, propostas, experiências e percepções — foram repletos de incertezas e disputas, já que as ações de variados sujeitos históricos se orientavam por interesses múltiplos. Mais do que isso, tal atmosfera, rica de sentidos e símbolos, foi construída e reescrita em narrativas historiográficas, entre silêncios, esquecimentos, linearidades e generalizações explicativas.

---

<sup>2</sup> MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.44.

## 1. Teoria e metodologia de pesquisa

Propomos, nesta dissertação, mergulhar nas ações multifacetadas dos diversos agentes sociais envolvidos nesse processo histórico. Para tanto, utilizaremos o conceito de *cultura política*<sup>3</sup>, nos termos de Chartier, que ajuda a compreender como os sujeitos históricos, a seu modo, participaram do processo de emancipação da escravatura no Brasil. Será levada em conta não somente a participação das elites, mas, também, a atuação dos escravos como participantes ativos no curso desse evento, uma vez que o conceito mencionado anteriormente tem como premissa a politização das ações dos agentes históricos. Segundo Chartier, durante muito tempo, os historiadores utilizaram o conceito de *cultura política* no Antigo Regime, relacionado às práticas governamentais. Dessa forma, tal noção se restringia somente ao âmbito da cultura “erudita”, já que as pessoas pertencentes às classes “populares” não eram consideradas sujeitos políticos. Postulava-se, então, um fosso entre a cultura política e a cultura “popular”. Nesse sentido, Chartier relativiza as categorias erudito/popular, demonstrando que essas categorias excluem ou delimitam o campo de atuação dos sujeitos históricos, nomeando e caracterizando práticas a partir da fortuna, ou na distribuição dos objetos que supostamente pertencem a um determinado grupo social.

Assim, Chartier propõe uma nova forma de interpretação desse conceito, inserindo-o no campo das práticas culturais, e não somente nas práticas políticas, com a politização das ações dos agentes e a inclusão dos agentes sociais considerados “populares” na noção de cultura política. Além disso, das práticas mais quotidianas, às contestatórias,

---

<sup>3</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. entre práticas e representação. 2º edição. Lisboa: Editora DIFEL, 2002, pp. 189-213. (especialmente o capítulo VII: “cultura política e cultura popular no Antigo Regime”.)

esse conceito abarca o campo de possibilidades em que os agentes sociais atuam, considerando as práticas culturais como também objetos de lutas sociais.

Conforme notou Angela de Castro Gomes, o conceito de *cultura política* torna-se uma ferramenta importante para os historiadores, porque permite análises e interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos. Além disso, esta categoria traz para a cena histórica o movimento de idéias e ações tanto dos grupos dominantes, quanto dos dominados, privilegiando as suas percepções políticas, suas vivências e lógicas cognitivas.<sup>4</sup>

Outro conceito importante que utilizamos é o de *opinião pública*, entendido, nos termos de Marco Morel e Mariana Barros, como poderoso instrumento de combate que se expressa através de palavras. Caracteriza-se pela “opinião” que extravasa os limites do espaço privado para influir nas esferas públicas. Nesse sentido, a opinião pública tem como um de seus aspectos a participação dos agentes sociais no cenário coletivo, em que se apresenta de forma multifacetada, com capacidades plásticas que se transformam no calor do momento. Percebemos, portanto, que as opiniões moldam-se de acordo com o contexto, apresentam caráter heterogêneo, além de representarem debates de idéias.

Desta forma, a utilização desse conceito auxilia na compreensão das discussões que se travaram na imprensa em torno das polêmicas referentes ao processo de abolição da escravatura no Ceará e dos rumos da emancipação da escravatura no Império. Tais caminhos analíticos trazem à tona várias questões sobre esse momento histórico, apresentando os vários embates que permearam o cenário da abolição.

Os *corpus* documentais que utilizamos na produção desta pesquisa encontram-se depositados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro — especialmente, nas seções de

---

<sup>4</sup> GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. IN: (orgs) SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda B. e GOUVÊA, Maria de Fátima S. **Culturas políticas**: Ensaio de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2005. pp.21-44.

periódicos e obras raras —, e se constituem em jornais, panfletos e revistas. Outros documentos que utilizaremos para a produção deste trabalho são os anais do parlamento (câmara dos deputados do Império) e memórias políticas.

A pesquisa nos periódicos do século XIX revela instigantes detalhes para o estudo do cotidiano e das sociabilidades<sup>5</sup>. Esse *corpus* nos permite ver que, além da *palavra escrita* nos jornais, é possível mergulhar nas representações sobre as ações dos sujeitos e sobre as idéias que circulam e são apropriadas pelos atores sociais de diferentes modos. Os noticiários contêm informações sobre a rotina desses atores e os fatos que deixam a sociedade informada, contudo, essas notícias passavam pelo crivo dos editores, sendo fruto de escolhas, o que impede sua neutralidade. Nos editoriais, podemos encontrar o discurso político-ideológico de cada jornal; nos folhetins, eram publicados romances incompletos, que se apresentavam como narrativas diárias e instigavam os leitores a acompanhar seus desfechos, sendo, muitos deles, retratos do cotidiano. As “publicações a pedidos” eram, por excelência, o espaço em que sucediam as polêmicas e, através de cartas de leitores, muitos assuntos eram debatidos nos jornais, constituindo uma espécie de “opinião pública”. Contudo, essa opinião estava vinculada à elite letrada da época. Nos anúncios, podemos encontrar uma diversidade de assuntos que podem ser contemplados a partir da análise dos jornais, desde propagandas de produtos, avisos de chegadas e partidas de navios, até comunicados de fugas de escravos, entre outros.

Quanto aos Anais do Parlamento, analisamos o cenário político e as questões levantadas pelos parlamentares no contexto em que foi abolida a escravidão no Ceará. Nesses debates, pode-se observar o discurso dos políticos e suas reações perante tais

---

<sup>5</sup> Para saber mais sobre as formas de sociabilidade na primeira metade do século XIX, ver especialmente: MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005, pp.220-260.

acontecimentos. Para analisar as discussões que circularam nos jornais e no Parlamento, é crucial apreender como se constituía sua lógica, já que, nos discursos políticos do século XIX, a retórica era uma prática comum entre os jornalistas e políticos, sendo usada, sobretudo, como um instrumento de argumentação e persuasão. Segundo José Murilo de Carvalho, o emprego da retórica como “chave de leitura” para a análise dos debates políticos permite perceber um quadro amplo de idéias, levando em conta, “além da linguagem e do texto, o autor e seu leitor, ou ouvinte.”<sup>6</sup> O autor pontua, ainda, que, ao analisar estes discursos, deve-se atentar para alguns aspectos da retórica, como o argumento *ad personam* – uso de ataques pessoais com o objetivo de desqualificar os adversários, extrapolando o domínio do debate privado para o espaço público – e o argumento de autoridade – forma de mostrar-se erudito, através da citação de autores estrangeiros como estratégia de legitimação de idéias. Neste sentido, tais documentos nos fornecem indícios importantes para o estudo da cultura política e dos debates travados em torno da escravidão e da abolição que se forjaram no cerne do movimento abolicionista.

## 2. Historiografia da abolição e abolicionismo

Muitas pesquisas históricas já contemplaram o tema da Abolição. Alguns trabalhos se destacaram por servirem como um referencial para pesquisas posteriores. O livro de Robert Conrad<sup>7</sup>, propõe um estudo que abarca desde a lei Euzébio de Queiroz, de 1850, que estabelece o fim do tráfico de escravos no Brasil, até a lei áurea, de 1888, que extingue por completo a escravidão. O autor apontou que o movimento abolicionista iniciou-se em 1880, dividindo-se em duas fases. A primeira se inicia com a

---

<sup>6</sup> CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. In: **Topoi**: revista de história, n°1. Rio de Janeiro: 7 Letras, set/2000. p.136.

<sup>7</sup> CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

publicação do primeiro número do jornal *O abolicionista*, da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, dirigida por Joaquim Nabuco, em 1880, e estende-se até 1882. Já a segunda fase do movimento inicia-se em 1883, com a criação da Confederação Abolicionista. Segundo o autor, o abolicionismo é reavivado na Corte com os debates que se seguiram logo após a Abolição da escravidão no Ceará.<sup>8</sup>

Este trabalho também se destaca porque é um dos poucos estudos que abordam a Abolição no Ceará e nas outras províncias do Norte, inclusive, dando ênfase para a repercussão desse movimento na Corte e nas outras províncias do Império. Contudo, Robert Conrad não inova nas suas análises, já que faz uma análise factual e superficial do tema, preferindo uma abordagem linear e gradual do processo da abolição, ao invés de privilegiar as nuances desse processo histórico. Entretanto, é importante ressaltar que esse estudo é um referencial importante para a historiografia da abolição, uma vez que contém muitas informações e menções de fontes de pesquisa sobre a segunda metade do século XIX.

A historiadora Emília Viotti da Costa tem diversas publicações sobre essa temática, desde artigos acadêmicos, a livros com fins didáticos. No livro “A abolição”, ela dividiu cronologicamente o movimento abolicionista em três fases. Embora pretenda realizar uma síntese histórica e não um trabalho acadêmico, a autora mantém sua análise historiográfica do processo de abolição. A primeira fase inicia-se em 1850, com a abolição do tráfico internacional de escravos, e vai até 1871. A segunda começa em 1871, coroada com a aprovação da Lei do Ventre Livre, que libertava todos os ingênuos que nascessem a partir de 28 de setembro de 1871. Já a terceira iniciava-se em 1885, com a libertação dos escravos sexagenários. Emília Viotti centrou o processo da abolição da escravidão nas leis emancipacionistas e também considerou a modernização

---

<sup>8</sup> CONRAD, Robert. *Ibidem*, 1978, p.166-333.

do sistema de transporte e a ascensão das camadas urbanas como fatores importantes que contribuíram para acelerar o fim do cativeiro.<sup>9</sup>

O artigo “As causas da abolição da escravatura no Brasil”, de Richard Graham, também apresentou algumas questões sobre o movimento abolicionista. O autor defende a tese de que foram os abolicionistas que tiveram um papel decisivo no fim da escravatura no Brasil e também encabeçaram o movimento antiescravista, ancorados por idéias modernas e progressistas, com a atuação de grupos urbanos – oficiais militares, engenheiros, industriais – que emergiram no Brasil após a Guerra do Paraguai, em 1870.<sup>10</sup> Contudo, Richard Graham não construiu sua tese com base empírica, tendo em vista que tirou suas conclusões baseado na historiografia existente sobre o tema.

Diante dessas discussões, é possível perceber que, nas últimas décadas a historiografia sobre escravidão no Brasil passou por transformações, surgiram novas abordagens e perspectivas que possibilitaram o estudo das experiências e da agência do sujeito histórico. Assim, os escravos deixaram de ser apenas números e “coisas”, para se tornarem sujeitos históricos. Com a emergência de novas abordagens de estudo que privilegiaram as práticas culturais, as experiências, as redes, as sociabilidades e as estratégias dos cativos, o objeto desta temática histórica não se materializava mais através de modelos dicotômicos, nos quais os escravos apareciam apenas nas posições de rebeldes ou passivos, e as relações sociais entre senhores/escravos se cristalizavam em análises que privilegiavam enfoques exclusivamente econômicos. Avançando na recuperação de processos históricos “dinâmicos”, o “sistema escravista” passava a ser abordado de forma mais ampla e complexa, abrindo espaço para o movimento de

---

<sup>9</sup> Cf: COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 8ª edição revista e ampliada. São Paulo: UNESP, 2008.

<sup>10</sup> GRAHAM, Richard. “As causas da abolição da escravatura no Brasil”. In: GRAHAM, Richard. **Escravidão, reforma e imperialismo**. São Paulo: Ed Perspectiva, 1979.

negociação, conflitos e sociabilidades — individuais e coletivas — de vários setores sociais. Ao penetrar nas revisões desses estudos mais recentes, percebemos novas perspectivas teóricas e metodológicas mobilizadas para resgatar as experiências no cativeiro e os significados de *escravidão e liberdade*.<sup>11</sup> Revelam-se novos caminhos e abordagens sobre as famílias, os protestos escravos, as formas de alforria, as irmandades, as lógicas de compadrio e as identidades étnicas. Dessa forma, percepções, expectativas, atitudes e ações dos cativos e libertos não apenas seriam analisadas como simples reações irracionais aos maus tratos senhoriais; mas, ao contrário, como contrapontos dialógicos de uma cultura escrava em constante transformação.

Dentre os vários estudos que abordaram o tema da abolição e se destacaram no cenário historiográfico brasileiro, dando ênfase aos escravos como agentes históricos, destacamos os trabalhos de Chalhoub<sup>12</sup>; Machado<sup>13</sup>; Célia Azevedo<sup>14</sup>; Hebe Mattos<sup>15</sup>, entre outros. Embora a maioria destes trabalhos privilegie o sudeste escravista em suas pesquisas, é interessante notar que eles serviram de inspiração para diversos trabalhos acadêmicos em pós-graduações de todo o Brasil.

O pioneiro trabalho de Célia Azevedo penetrou no imaginário das elites brasileiras, trazendo à tona as principais preocupações senhoriais durante as décadas de 1870 e 1880. Através dos debates travados pelos deputados na Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, dos jornais abolicionistas, dos relatórios de chefes de polícia, e de diversas outras fontes, a autora demonstrou a atmosfera de conflitos que se instaurou

---

<sup>11</sup> Para saber mais sobre a historiografia social da escravidão e abolição que adota novas perspectivas teóricas e metodológicas e tem revelado novas dimensões das relações entre escravidão e liberdade, ver especialmente: LARA, Silvia Hunold. “BLOWIN’ IN THE WIND: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. In: **Projeto História**, São Paulo, n.12, out., 1995. pp.43-56.

<sup>12</sup> CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade**: Uma história das Últimas Décadas da Escravidão da Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>13</sup> MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ-EDUSP, 1994.

<sup>14</sup> AZEVEDO, Célia M. Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco**. O negro no imaginário das elites: século XIX. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2004.

<sup>15</sup> CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

com o aumento da criminalidade escrava nesse período. Em meio aos debates de abolicionistas e imigrantistas, Azevedo conseguiu recuperar o medo da “onda negra” que pairava pelo interior da província paulista. Demonstrou, a partir disto, que esses temores tinham contextos específicos e interferiram diretamente nas decisões dos projetos de imigração repletos de implicações racistas que estavam sendo elaborados nas assembléias legislativas naquele momento.<sup>16</sup>

O imaginário e as representações sociais do cenário escravista se tornaram objetos de pesquisa no campo da história social da escravidão. Nesse sentido, Lilia Schwarcz desenvolveu seu trabalho, partindo de uma perspectiva antropológica com base nas narrativas dos jornais paulistas do século XIX. Nele, notamos uma inovação metodológica na abordagem de enfoques sincrônicos – em que trata das representações sobre o negro em diferentes seções dos jornais do século XIX – e diacrônicos – em que faz à análise dos periódicos publicados entre 1875 a 1890 – analisando o papel do imaginário social a respeito do escravo e da escravidão, e de suas transformações. A autora propôs um estudo das representações dos negros nos jornais paulistas, construindo uma narrativa das diversas imagens dos escravos e libertos tecidas pelos periódicos no contexto da abolição da escravatura.<sup>17</sup> Apesar do estudo de Lilia Schwarcz ser inovador por analisar as fontes sob uma perspectiva antropológica, ele não inova em sua interpretação, tendo em vista que nos deparamos apenas com as visões da classe dominante sobre os grupos dominados.

O estudo de Hebe Mattos<sup>18</sup> sobre os significados da liberdade no sudeste escravista na segunda metade do século XIX é de suma importância para mostrar a conjuntura política da Abolição e pós-abolição. A autora apresenta o cenário da

---

<sup>16</sup> AZEVEDO, Célia M. Marinho de. Op. cit., 2004.

<sup>17</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das letras: 1987.

<sup>18</sup> CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. Op. cit., 1995.

Abolição repleto de conflitos e as diversas experiências de liberdade dos cativos nos anos finais da escravidão, como também demonstra as variadas estratégias senhoriais para a manutenção do regime escravista e suas expectativas perante o iminente fim desse sistema. De outro modo, Hebe Mattos também destacou os significados da liberdade recém-proclamada para ex-senhores, libertos e descendentes de escravos. Outra questão abordada neste trabalho foi a inserção social dos recém libertos em 1888, no contexto pós-abolição, a autora apontou os principais problemas enfrentados pelos ex-cativos após a conquista da liberdade, como a árdua jornada percorrida por eles para conquistar o direito de serem cidadãos brasileiros.

A fermentação social na década de 1880 no sudeste cafeeiro foi o tema do trabalho de Maria Helena Machado.<sup>19</sup> Com uma boa base empírica, a autora desenvolveu sua pesquisa, procurando recuperar as vozes dissonantes que foram silenciadas pela historiografia da abolição. Neste cenário, escravos, libertos e a arraia miúda não estavam de braços cruzados, esperando a decretação da abolição da escravatura, pelo contrário, eles participaram ativamente desse processo, provocando insurreições e planos de revoltas escravas que repercutiram rapidamente nos requintados salões das elites, nos sobrados, nas fazendas e nas tribunas do parlamento, criando uma atmosfera política propícia para o fim do cativeiro.

Sidney Chalhoub investigou os processos de Ações de Liberdade executados pelos escravos no tribunal do júri do Rio de Janeiro, procurando resgatar as experiências dos cativos nas últimas décadas de trabalho servil. Descortinando suas estratégias, analisou como eles forjaram diversos significados em torno da *liberdade* e da *escravidão*, atravessando debates políticos e parlamentares, re-significados cotidianamente:

---

<sup>19</sup> MACHADO, Maria Helena. Op. cit., 1994.

Os cativos agiram de acordo com lógicas ou racionalidades próprias, e seus movimentos estiveram sempre firmemente vinculados a experiências e tradições históricas particulares e originais. E isto ocorria mesmo quando escolhiam buscar a liberdade dentro do campo de possibilidades existentes na própria instituição da escravidão – e lutavam então para alargar, quiçá transformar, este campo de possibilidades.<sup>20</sup>

Para ele, a liberdade emergia sob diversos significados – especialmente, nos cenários da *cidade negra* – e se articulavam nas experiências de cativos, libertos, senhores, parlamentares, agentes policiais e literatos. Mais que isso, trilhando caminhos e transformando os espaços por onde se travavam as lutas e confrontos diários, fossem através de fugas ou nos tribunais de justiça. Assim, as “*visões da liberdade*”, no tocante às relações sociais, tomaram formas multifacetadas, negociadas e inventadas por diversos sujeitos históricos.

Já o estudo de Jaime Rodrigues sobre a abolição do tráfico de escravos em 1850 faz uma interessante crítica à idéia de “gradualidade” da abolição como explicação histórica. Segundo ele, os estudos que apresentam a Abolição como gradual e linear, a partir das leis “emancipacionistas”, tendem a dar ênfase às fontes que defendem esse projeto político de “gradualidade”, tais como a obra de Nabuco, os discursos parlamentares e as memórias sobre escravidão do século XIX. Contudo, esses projetos eram propostas, entre inúmeras outras, que emergiam nos debates travados em torno da questão servil e, muitas vezes, eram instrumentos para evitar uma solução imediata, remetendo sempre para o futuro a questão do fim da escravidão. Com isso, as análises das leis ditas “emancipacionistas” não devem ser deslocadas de seu contexto específico, tendo em vista que o processo da abolição e as discussões sobre o “elemento servil” foram repletos de incertezas e tensões sociais intensas.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup>CHALHOUB, Sidney. Op. cit., 1990. p.252.

<sup>21</sup> Cf.: RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio**: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas, SP: unicamp/cecult, 2000.

Algumas teses produziram uma inflexão nas análises do tema das leis emancipacionistas. Esses trabalhos não só inovaram nas abordagens, mas, sobretudo, trouxeram novas perspectivas e questões sobre a temática da abolição dos escravos. O trabalho de Eduardo Spiller Pena<sup>22</sup> sobre a Lei do Ventre Livre de 1871 tratou do tema com maestria. Relacionando o direito e a escravidão, o autor conseguiu demonstrar os conflitos e as tensões dos debates dos juristas imperiais do AIB (Instituto dos Advogados Brasileiros) a respeito da questão servil. Além de pesquisar exaustivamente as disputas em torno da lei emancipacionista de 1871, o autor também demonstrou que os juristas emancipacionistas enfrentaram um grande dilema, que era lutar em defesa da liberdade e, ao mesmo tempo, defender a propriedade, legitimando o domínio senhorial.

Em estudo sobre os debates travados em torno da “Lei dos Sexagenários”, Joseli Mendonça<sup>23</sup> balizou as relações de senhores, escravos e libertos, através dos debates parlamentares e das ações judiciais na cidade de Campinas. A autora revelou um complexo universo da sociedade escravista, com disputas em torno da liberdade e do direito de propriedade travado – por cativos e senhores – no campo jurídico e político. Perscrutando aspectos antes negligenciados pela historiografia, como, por exemplo, a questão da delimitação do preço da alforria, os embates judiciais, as discussões em torno da lei de 1885 (Lei dos Sexagenários) e os debates sobre a “questão servil”. Revelam-se personagens e cenários de enfrentamento e negociação – acima de tudo, percepções e cultura política – nas arenas do parlamento, dos tribunais de justiça, nas ruas, nas fazendas, nas senzalas e nos casebres. Tudo delineando tanto os caminhos da abolição, como as incertezas, rumores, perigos e expectativas que eles atravessavam.

---

<sup>22</sup> PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos e escravidão no Brasil do século XIX**. Campinas: Editora da UNICAMP / CECULT, 2001.

<sup>23</sup> MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**. Campinas: unicamp, Cecult, 1999.

Indicamos, também, algumas das perspectivas teóricas apresentadas mais recentemente por Célia Azevedo, especialmente, quando ela oferece uma abordagem comparada sobre o abolicionismo nos Estados Unidos e no Brasil, estabelecendo conexões e cruzando a história desse movimento nas extensões transatlânticas. Nesse estudo sobre a temática do abolicionismo,<sup>24</sup> a autora se destaca, ao trazer novas visões para a historiografia da abolição. Com base numa perspectiva cultural, traz luzes analíticas para o tema, especialmente, quanto às perspectivas de história econômica e política.

Decifrando as linguagens abolicionistas, Célia Azevedo avalia as dimensões transnacionais, uma vez que o movimento antiescravista estabelecia conexões transatlânticas e ultrapassava os liames das fronteiras nacionais. Tal dimensão internacional do pensamento antiescravista só teria sido possível em meados do século XIX, a partir de uma organização internacional (*Sociedade britânica e estrangeira contra a escravidão*) criada por abolicionistas britânicos para contatar abolicionistas estrangeiros nos EUA, França e Caribe, expandindo o movimento antiescravista a nível mundial. Ao passo que o abolicionismo se solidificava nos Estados Unidos, contando com uma boa estrutura, com centenas de jornais e sociedades abolicionistas espalhados pelos estados do norte. No Brasil, não havia nenhum vestígio de uma comunidade de sentimento antiescravista até meados do século XIX. Somente a partir de 1860 é que os abolicionistas brasileiros começaram a se organizar e lutar pelo fim da escravidão, passando, assim, a participar do movimento internacional de libertação dos escravos.<sup>25</sup>

Célia Azevedo ressalta que, a partir das conexões abolicionistas transatlânticas e das trocas de idéias e experiências entre os participantes desse movimento, foi possível

---

<sup>24</sup> Tese de doutorado defendida em 1993 na Universidade de Columbia e publicada no Brasil em 2003. Cf: AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Abolicionismo**: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX). São Paulo: Annablume, 2003.

<sup>25</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Ibidem*, pp.35-40.

perceber a comparação que os abolicionistas americanos faziam entre a escravidão no sul dos Estados Unidos e em outras partes do mundo, inclusive, no Brasil. A autora destaca que os abolicionistas americanos construíram a imagem de que a escravidão brasileira era mais branda do que a sulista norte-americana. A partir dessas comparações, ainda no século XIX, a imagem de um paraíso racial brasileiro foi contrastada com a de inferno racial norte-americano, sendo, até mesmo, incorporadas na historiografia da escravidão por vários estudiosos do século XX, como Gilberto Freyre e Frank Tannenbaum.

Mais que isso, ela aborda de maneira original como a idéia de *paraíso racial* da escravidão no Brasil foi construída, a partir de diálogos e percepções mútuas e cruzadas de abolicionistas norte-americanos e brasileiros. Comparando suas ideologias – apesar dos diferentes contextos históricos –, foi possível perceber semelhanças e diferenças no ideário antiescravista dos Estados Unidos e do Brasil. Assim, ela aborda como as imagens projetadas tanto pelos abolicionistas brasileiros, quanto pelos norte-americanos sobre o trabalho servil, construíram a idealização de uma escravidão mais branda contra uma mais cruel. Na sociedade brasileira, embora os escravos fossem considerados inimigos domésticos, eram mais bem tratados e os senhores eram menos cruéis. Já na americana, os senhores eram considerados os mais perversos do mundo. Ainda que tivessem contextos históricos distintos para o processo de propaganda abolicionista, as fontes para esse tipo de pensamento nos dois países revelam as especificidades das diferentes visões que eram projetadas no cerne de um movimento antiescravista atlântico. Por um lado, no discurso brasileiro pela libertação dos cativos, prevalece o secularismo, recorrendo-se ao cientificismo para demonstrar os erros da escravidão; por

outro, o discurso abolicionista norte-americano era pautado em fundamentos religiosos, considerando a escravidão como um pecado que deveria ser abolido.<sup>26</sup>

Neste estudo comparativo, Célia Azevedo enfatiza a emergência do abolicionismo numa dimensão atlântica. Através dessas conexões transatlânticas entre antiescravistas de vários países, percebem-se as nuances e desdobramentos de processos históricos – conectados e, muitas vezes, articulados –, envolvendo idéias e experiências que circulavam pelas águas turvas do Atlântico. Os abolicionistas dos Estados Unidos e do Brasil compartilhavam a mesma preocupação em relação à imagem e aos papéis de seus países perante o problema da continuidade da escravidão. Embora tivessem distintas maneiras de resolver esse problema, uma das questões levantadas pelos respectivos abolicionistas era o que fazer com os escravos emancipados.

Os estudos abordados aqui tiveram como cenário a abolição da escravatura. Nesses trabalhos, autores apresentaram novas perspectivas e abordagens sobre o tema, e, assim, puderam demonstrar as tensões e os conflitos que permearam as relações sociais dos diversos agentes que participaram desse processo. Deve-se destacar que muitos destes buscaram resgatar, dos empoeirados arquivos históricos, as experiências dos escravos e suas lutas cotidianas em busca da liberdade.

### **3. A Abolição no Ceará**

Como mencionamos anteriormente, este trabalho não pretende tecer uma abordagem sobre o processo histórico da Abolição no Ceará. Contudo, salientamos como essa temática é pouco visitada pela historiografia da abolição e do abolicionismo no Brasil. Na maioria das vezes, são apenas os estudos regionais que tentam preencher

---

<sup>26</sup> AZEVEDO, Celia Maria Marinho. *Ibidem*, pp. 102-137.

esta lacuna, mas não inserem esse processo histórico em um contexto mais amplo, ficando o tema restrito somente à questão regional.

De fato, ao analisarmos a repercussão desse evento, também tivemos a necessidade de voltarmos os olhos para esse processo, perscrutando os sinuosos caminhos da abolição naquela província, resgatando os momentos decisivos e os personagens que marcaram o declínio da escravidão no Ceará.

A província cearense tinha sua economia baseada no sustento interno, e as atividades em que os escravos mais trabalhavam eram a pecuária e as lavouras de algodão. Segundo o censo de 1872, havia 31.975<sup>27</sup> escravos no Ceará, de uma população total de 718.748 habitantes.<sup>28</sup> Assim, podemos apontar que o número reduzido de escravos no Ceará não foi o único motivo que levou esta província a abolir a escravidão em seu território, tendo em vista que outras províncias do norte e nordeste também tinham poucos escravos e não aboliram a escravatura<sup>29</sup>. Ao observarmos os dados referentes à quantidade de escravos no Ceará, há que se considerar que, esta província também exportava muitos cativos para o Sul, através do tráfico interprovincial, na segunda metade do século XIX. Esta informação é relevante, para entendermos porque a província cearense teve sua escravaria reduzida ao longo do século XIX. Todavia, foi somente na década de 1870 que o volume do tráfico de escravos da região nordeste para as áreas cafeeiras do sudeste aumentou significativamente, devido a problemas climáticos. Segundo Richard Graham:

É verdade, todavia, que no final dos anos 1870 uma terrível seca assolou o interior de algumas províncias nordestinas, produzindo tanto uma avalanche de imigrantes livres para a zona açucareira costeira em busca de emprego quanto uma verdadeira liquidação no preço dos

---

<sup>27</sup> CONRAD, Robert. Op. cit., 1978, p.348.

<sup>28</sup> CONRAD, Robert. Ibidem., p.345.

<sup>29</sup> A partir do censo de 1872 verificamos que as províncias do Pará (31.537 escravos), Piauí (23.434 escravos), Paraíba (25.817 escravos) e Rio Grande do Norte (13.634 escravos) tinham também poucos cativos como a província do Ceará. Contudo, esse fato não os levou a abolir a escravidão como aconteceu em 1884 no Ceará e no Amazonas. Ver dados do Censo em: CONRAD, Robert. Ibidem, p345.

escravos das regiões secas. A província do Ceará, fora da zona açucareira, foi uma das mais devastadas pela seca; ela enviou milhares de escravos para o sul, e durante a década de 1870, enviou mais que qualquer outra província exceto o Rio Grande do Sul.<sup>30</sup>

Peter Eisenberg observou que esse comércio interprovincial de escravos se desenvolveu entre os anos de 1850 e 1880, e “atingiu seu ponto máximo no fim da década de 1870, quando as fortes secas no Nordeste forçaram a liquidação de recursos fixos tais como escravos.”<sup>31</sup> Neste período, o volume de cativos exportados para o Sul foi enorme, sendo que algumas províncias do sudeste impuseram altas taxas de importação nos anos de 1880-1881 “para evitar o escoamento de todos os escravos do Nordeste” para o sul, “o que poderia levar essas províncias a apoiar a abolição”<sup>32</sup> e, de certa forma, essa taxa também servia de estímulo à imigração européia. Certamente, as taxas de importação<sup>33</sup> contribuíram para a extinção do comércio interprovincial em 1885.

De fato, a seca que atingiu algumas províncias do Norte nos anos de 1877-79 foi um aspecto que contribuiu bastante para a diminuição considerável dos cativos no Ceará. Até porque os escravos eram a única fonte de renda dos senhores naquela época e o tráfico interprovincial para as províncias do sul se intensificou ainda mais, causando transtornos para as famílias cativas que eram separadas para trabalharem nas grandes plantações de café. Eurípedes Funes apontou que, os escravos do Ceará muitas vezes emprendiam fugas para não serem separados de suas famílias. Assim,

---

<sup>30</sup> GRAHAM, Richard. “Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil”. In: *Afro-Ásia*, 27, (2002), pp. 131-132.

<sup>31</sup> EISENBERG, Peter. “A abolição da escravatura: o processo nos engenhos de açúcar em Pernambuco”. In: *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX*. Campinas: UNICAMP, 1989, p.39.

<sup>32</sup> EISENBERG, Peter. *Ibidem*, p.39.

<sup>33</sup> Essas taxas de importações foram criadas para cessar o fluxo dos escravos do Norte para as províncias do Sul. Em dezembro de 1880 a assembléia provincial do Rio de Janeiro criou um imposto de 1:500\$000 para cada escravo importado de outras províncias. No mesmo mês Minas Gerais seguiu o exemplo do Rio de Janeiro criando leis anti-tráfico de escravos, aplicando um imposto de dois contos para cada cativo que entrasse na província. A assembléia provincial de São Paulo também aprovou uma lei que taxava a entrada de escravos em sua província em janeiro de 1881. Cf: CONRAD, Robert. *Op. cit.*, pp.210-211.

A resistência em ser vendido para o Rio de Janeiro e São Paulo tinha duplo significado: primeiro, a possibilidade de ser transferido para os engenhos de cana da região de Campos, no norte fluminense, ou para as lavouras de café do Vale do Paraíba e de São Paulo; segundo, a separação da família.<sup>34</sup>

Segundo Marco Villa, a seca veio acompanhada pela fome, pestes e epidemias que se alastraram por todo o sertão cearense, causando um desequilíbrio na população. Foi, também, nesse período, que se iniciou a emigração dos cearenses livres para outras partes do Império, principalmente, para o litoral de Pernambuco e Bahia e, também, para o extremo Norte, no Amazonas e Pará. Desta forma, os senhores donos de canaviais das províncias nordestinas aproveitaram a mão-de-obra livre dos retirantes cearenses e “intensificaram a venda de seus escravos para as províncias cafeeiras (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo)”, obtendo altos lucros com o tráfico interprovincial.<sup>35</sup>

Em 28 de setembro de 1879, no 8º aniversário da Lei do Ventre Livre, foi fundada a associação emancipacionista *Perseverança e Porvir*, no Ceará, que pretendia criar um fundo de emancipação para libertar os escravos da província.<sup>36</sup> O movimento nessa província acelerou rapidamente e, em 8 de dezembro do ano seguinte, cria-se a *Sociedade Cearense Libertadora*, com o apoio de seu presidente, André Augusto Pádua Fleury. Essa associação abolicionista ainda tinha, como seus representantes, o presidente João Cordeiro, comerciante; o vice-presidente José Correia do Amaral, comerciante; o 1º secretário Frederico Borges, Bacharel em Direito pela a Faculdade de

---

<sup>34</sup> FUNES, Eurípedes Antônio. “Negros no Ceará”. In: **Uma nova história do Ceará**. Org. Simone de Souza; Adelaide Gonçalves... [et al]. 3º edição. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, pp.126-127.

<sup>35</sup> VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão**: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2001, pp.54-64.

<sup>36</sup> GIRÃO, Raimundo. **A abolição no Ceará**. 2º edição. Fortaleza: Publicação da Secretaria de Cultura do Ceará, 1969, pp. 63-64.

Recife; e o 2º secretário, o poeta Antônio Bezerra de Menezes.<sup>37</sup> Eram, em sua maioria, jovens que estavam envolvidos com as atividades comerciais da cidade.<sup>38</sup> Logo, no dia 1º de janeiro de 1881, começou a circular o jornal “*O Libertador*”, que ajudou a dar publicidade ao movimento abolicionista.<sup>39</sup> A proliferação de associações, *clubs* e instituições que propagavam o pensamento antiescravista pela província neste período foi intensa. Contudo, o movimento ainda continuava restrito às elites, com a libertação de alguns escravos em saraus e eventos a favor da abolição.

Enquanto os abolicionistas cearenses conduziam o movimento de libertação dos escravos na esfera da legalidade, não havia, ainda, entre eles, a pretensão de libertar toda a província. O objetivo das sociedades libertadoras era apenas emancipar alguns escravos. No entanto, em 27 de janeiro de 1881, os jangadeiros se aliaram aos abolicionistas e se recusaram a embarcar os escravos no navio *Pará*. Essa foi a primeira batalha dos abolicionistas contra o tráfico interprovincial de escravos. Os líderes dos jangadeiros eram o liberto José Napoleão e Francisco José do Nascimento, que ficou conhecido como Dragão do Mar.<sup>40</sup> Certamente, o movimento tomou outro rumo e a adesão dos jangadeiros e do povo fez com que houvesse muita agitação política nas ruas a favor da libertação dos escravos.

As notícias da atuação dos abolicionistas e dos jangadeiros contra a escravidão se espalharam rapidamente por todo o Império e, no mesmo ano, o presidente da província cearense, que apoiava o movimento, Pádua Fleury, foi substituído pelo Senador Pedro Leão Veloso, que representava a Bahia.<sup>41</sup> No ano seguinte, as

---

<sup>37</sup> OLIVEIRA, João Hipólito C. de. “Cronologia da abolição no Ceará”. In: **Revista do Instituto Histórico** – Tomo especial, 1984 - (1º Centenário da Abolição dos Escravos no Ceará). Fortaleza, 1984, p. 147. Disponível em: <http://www.institutodoceara.org.br/> acessado em: 07/12/2009.

<sup>38</sup> CONRAD, Robert. Op. cit., p.215.

<sup>39</sup> OLIVEIRA, João Hipólito C. de. Op. cit., p.148.

<sup>40</sup> CONRAD, Robert. Op. cit., p.217; GIRÃO, Raimundo. Op. cit., p.92; MOREL, Edmar. **Vendaval da Liberdade**: a luta do povo pela abolição. 3º edição. São Paulo: Global, 1988, pp.113-114.

<sup>41</sup> CONRAD, Robert. *Ibidem.*, p.219.

emancipações se tornaram mais sistemáticas, sendo as libertações programadas por áreas: ruas, bairros, vilas, municípios e, por fim, a província. Esse era o plano que os abolicionistas seguiriam até decretar o fim completo do trabalho escravo.

No dia 1º de janeiro de 1883, o primeiro município cearense se libertava do legado da escravidão. Acarape foi libertada com várias manifestações públicas e festas, contando com a presença do jornalista e abolicionista José do Patrocínio. Após esse evento, diversos municípios foram libertados.<sup>42</sup>

Mas o governo não ficou parado, apenas observando o curso dos acontecimentos. As represálias apareceram ao longo do processo da abolição dos escravos. Em fevereiro de 1883, o 15º Batalhão do Exército, localizado em Fortaleza, se declarou sociedade abolicionista. Assim que essas notícias se espalharam, o governo central ordenou que essa unidade fosse transferida para o Pará. Na sessão parlamentar de 10 de maio de 1883, esse assunto foi debatido entre os políticos. O deputado liberal José Ferreira Cantão (PA) considerou a transferência de batalhões um gasto desnecessário. Segundo ele, a “contradansa de batalhões” foi uma medida dispendiosa e arbitrária do governo.<sup>43</sup> Tendo em vista que os motivos que levaram a transferência teriam sido o envolvimento do 15º Batalhão de infantaria com o movimento abolicionista no Ceará e também devido à dificuldade de manter a ordem pública naquela província. Sobre esses pretextos, o deputado José Ferreira Cantão declarou:

Si este batalhão fazia correr perigo a ordem publica na provincia do Ceará, por intervir no movimento abolicionista da mesma provincia, como o Sr. Ministro o mandou para a provincia do Pará, onde se dá o mesmo motivo, onde se dá o movimento abolicionista, não ainda em tão grande escala como no Ceará, mas de um modo approximativo?[...] Desse modo S. Ex. não remediou o supposto mal, não fez mais do que removê-lo de uma para outra provincia.<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup> CONRAD, Robert. *Ibidem*, p.226.

<sup>43</sup> APB-CD. Sessão de 10 de Maio de 1883, p.50.

<sup>44</sup> APB-CD. Sessão de 10 de Maio de 1883, p.50.

O movimento antiescravista já se espalhava rapidamente por todas as províncias brasileiras. As medidas do governo para reprimi-lo foram recebidas com muitas críticas por alguns deputados. Contudo, o deputado liberal Rodrigues Junior (CE) entrou no debate sobre a transferência de batalhões entre as províncias, para apoiar a decisão que repreendia os militares envolvidos no movimento abolicionista no Ceará. O político ainda afirmou que o 15º Batalhão havia formado uma associação chamada *Club abolicionista militar*, vinculada à *Libertadora Cearense*, sociedade que incitava “a desobediência contra os senhores” e “a fuga de escravos.”<sup>45</sup>

As tentativas de deter o movimento de libertação dos cativos foram frustradas. Porém, também podemos apontar que o sucesso da Abolição no Ceará não foi devido à filantropia dos abolicionistas. Os escravos deixaram de ser um negócio rentável para os senhores. Certamente, os motivos dessa desvalorização estavam relacionados com o bloqueio do porto de Fortaleza pelos jangadeiros, que interrompeu a exportação de escravos para o Sul; na criação de um imposto pela assembléia provincial de 100\$000 por cada escravo existente na província;<sup>46</sup> e no significativo uso da mão de obra livre na economia cearense, especialmente, após a seca de 1877-79. Diante desses fatores, vender os escravos, neste período, poderia ser uma estratégia dos senhores para não perder totalmente o lucro da sua propriedade. Segundo Eurípedes Funes,

No entanto, nas ações empreendidas pela Sociedade Libertadora essa não foi tão “carbonária” quanto se propunha. Jubilava-se com as alforrias, tanto aquelas feitas com ônus, em que o senhor recebia o valor do escravo pago pelo fundo de emancipação, por terceiros ou pelo próprio cativo, quanto, e em especial, por aquelas alforrias concedidas sem ônus. Sem ônus? Nem sempre era assim. Essas alforrias geralmente vinham sobre formas de “condições”. [...]. Essas formas de alforriamento, que foi em maior número nos últimos quatro anos de escravidão no Ceará, se por um lado garantiu ao escravo a condição de livre, o que para ele foi bastante significativo, por outro lado dava ao senhor a garantia de não perder a “peça”.<sup>47</sup>

---

<sup>45</sup> APB-CD. Sessão de 10 de maio de 1883, p. 55.

<sup>46</sup> CONRAD, Robert. Op. cit., p.228.

<sup>47</sup> FUNES, Eurípedes Antônio. Op. cit., p.130.

Na verdade, todos esses fatores contribuíram para o êxito do movimento antiescravista no Ceará. No dia 31 de agosto de 1883, o abolicionista e médico baiano Sátiro de Oliveira Dias toma posse da presidência da província cearense e assume o compromisso de resolver o problema do elemento servil.<sup>48</sup> Apesar de todos os empecilhos, em 25 de março de 1884, data do sexagésimo aniversário da Constituição política do Brasil, o Ceará decretou o fim da escravidão em seu território. Sátiro de Oliveira Dias foi exonerado do cargo de presidente da província, deixando-o em 31 de maio do mesmo ano.<sup>49</sup>

Com efeito, muitos historiadores cearenses já se debruçaram sobre esse evento. A maioria dos estudos relacionados a essa temática são artigos produzidos por historiadores ou colaboradores associados ao Instituto Histórico do Ceará. Segundo Antonio Souza,

De fato, a abolição no Ceará tornou-se o último dos grandes fatos de nossa história e um dos temas favoritos da historiografia do Instituto do Ceará, mantendo-se constantemente revisitada ao longo do século XX, computando cerca de 70 artigos que se referem ao trinômio Negro – Escravidão – abolição no Ceará.<sup>50</sup>

Nesse sentido, Eurípedes Funes apontou que “a abolição da escravatura no Ceará é um dos marcos fundantes da sua história e talvez o último grande feito de seus heróis, cantados em versos e prosa. Presença incondicional na historiografia cearense.”<sup>51</sup>

O trabalho mais conhecido sobre esse evento é o estudo clássico de Raimundo Girão, publicado, pela primeira vez, em 1956, *A Abolição no Ceará*<sup>52</sup>. Nele, o autor faz

---

<sup>48</sup> GIRÃO, Raimundo. Op. cit., p. 166.

<sup>49</sup> GIRÃO, Raimundo. Ibidem., p.177.

<sup>50</sup> SOUSA, Antonio Vilamarque Carnaúba de. **Da “Negrada Negada” a Negritude Fragmentada: O Movimento Negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995)**. Fortaleza: UFC (Dissertação de Mestrado em História Social), 2006. p 64.

<sup>51</sup> FUNES, Eurípedes Antônio. Op. cit., 2004, pp.131-132.

<sup>52</sup> GIRÃO, Raimundo. Op. cit., 1969.

uma abordagem factual da abolição na província cearense, no qual reserva somente um capítulo à história do negro no Ceará (capítulo III). Após essa breve passagem, os únicos negros que aparecem engajados com o movimento nesta obra são o redator do jornal *Gazeta da Tarde* José do Patrocínio e o Jangadeiro Francisco José do Nascimento (Dragão do Mar), estando os escravos totalmente excluídos da história da Abolição. Raimundo Girão ainda afirmou que “não era o Ceará campo favorável à planta azeviche das Guinés. Desde cedo, mostrou-se o cearense paladino da luta contra a exploração do homem pelo homem, como besta de carga”.<sup>53</sup>

Outros autores que se debruçaram sobre essa temática são jornalistas, dentre os quais, destaca-se Raimundo de Magalhães Jr., no livro *A vida turbulenta de José do Patrocínio*<sup>54</sup>. O autor explana pouco sobre o tema, já que o assunto que norteia a obra é a vida desse famoso abolicionista. O tema da abolição na província cearense adquire relevância neste trabalho, especialmente, porque o jornalista e redator do jornal *Gazeta da Tarde* José do Patrocínio participou do movimento antiescravista no Ceará, em 1883, e também organizou um banquete em Paris com o auxílio de alguns abolicionistas franceses, em 25 de março de 1884, com a presença de importantes intelectuais, políticos e jornalistas da época, em homenagem à abolição da escravatura naquela província.<sup>55</sup>

Já o jornalista Edmar Morel propõe uma interessante abordagem da abolição no Ceará. Partindo da biografia do jangadeiro José Francisco do Nascimento, mais conhecido como Dragão do Mar, Morel reconstruiu não somente a vida desse jangadeiro humilde, que teve um papel determinante na luta pelo fim da escravidão naquela província. O autor revisitou, ainda, o tema da libertação dos escravos no Ceará

---

<sup>53</sup> GIRÃO, Raimundo. *Ibidem*, p53.

<sup>54</sup> MAGALHÃES JR., Raimundo de. **A vida turbulenta de José de Patrocínio**. 2ª edição revista pelo autor. São Paulo, LISA; Rio de Janeiro: INL, 1972.

<sup>55</sup> Para saber mais sobre a repercussão em Paris, ver capítulo 3.

e sua repercussão, utilizando, como principal aporte documental, os jornais da época. Neste estudo, Edmar Morel pontuou que a participação popular foi crucial para que houvesse a Abolição no Ceará. Para ele, o movimento abolicionista só teve êxito quando o povo começou a participar e a se manifestar contra os abusos da escravidão.

Os fatos mostram que a abolição dos escravos no Ceará, no Amazonas e, por fim, no Rio Grande do Sul, Antes da retardada Lei Áurea, não são oriundos do Poder Legislativo e sim da soberania popular, proclamada na praça pública. Em Fortaleza o espetáculo magnífico tem lugar na chamada Praça da Estação. Em Manaus, na Praça 28 de Setembro. Em Porto Alegre, na Praça D. Pedro II. O povo transforma a praça pública num baluarte da liberdade.<sup>56</sup>

Desta forma, o autor faz uma abordagem diferente dos demais trabalhos que privilegiam a atuação dos abolicionistas, colocando os outros agentes históricos que participaram desse evento como meros coadjuvantes.

Em estudo recente, Eurípedes Funes procura dar historicidade à experiência do negro na história do Ceará, demonstrando os mitos de uma historiografia carregada de preconceitos, que estigmatiza a experiência histórica do negro, colocando-o à margem da sociedade cearense. Funes também alerta que o processo abolicionista nessa província não foi tão humanitário quanto apregoam, já que veio acompanhado de uma série de medidas de controle social:

O controle sobre o outro é mantido com todas as implicações sociais decorrentes desse processo e relação de trabalho. A abolição nos moldes em que foi realizada, permitiu a passagem de uma “coerção predominantemente física do trabalhador para uma coerção predominantemente ideológica”. No Ceará, em particular na cidade de Fortaleza, há um aumento considerável daqueles indivíduos sujeitos à condição de agregados e empregados domésticos.<sup>57</sup>

Com isso, Funes demonstra que o processo histórico da abolição não legou apenas a liberdade ao cativo, mas também foi marcado por medidas controladoras, com

---

<sup>56</sup> MOREL, Edmar. Op. cit., p.169.

<sup>57</sup> FUNES, Eurípedes Antônio. Op. cit., 2004. p.132.

implicações sociais que não só excluem esses indivíduos do processo abolicionista, mas, também, colocam-nos à margem da população, reforçando as diferenças sociais entre negros e brancos.

Assim, podemos argumentar que, sob diferentes perspectivas, as reflexões dos autores apresentados alertam para a necessidade de que o tema da Abolição no Ceará seja revisitado, oferecendo novos caminhos de análise que comportem o papel do negro e as experiências dos escravos nesses estudos, e tragam novas abordagens e perspectivas para a historiografia desse movimento.

Em tese, o objetivo do nosso trabalho foi tentar recuperar outra face desse processo histórico, seguindo os rastros deixados pelos vários agentes sociais envolvidos nesse evento. Dessa forma, procuramos demonstrar as dimensões e os significados das repercussões da abolição do Ceará no encaminhamento político da extinção da escravidão no Império. Assim, consideramos que esse movimento social inserido em um processo histórico amplo, complexo e conectado de circulação de idéias, culturas políticas e projetos traz importantes questões para o entendimento da história da escravidão e abolição.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, **“A maré abolicionista” de 1884**, apresentamos a tendência abolicionista que inundou a Corte após as notícias veiculadas na imprensa sobre a abolição no Ceará. Para isso, destacaremos uma abordagem centrada na cultura política e nas tensões sociais vividas neste período de intenso debate sobre a “questão servil”. Desta forma, pretendemos apreender as apropriações culturais e as expectativas dos diversos grupos sociais que atuaram no cenário da abolição. Discutiremos, ainda, a participação do “povo” nas comemorações abolicionistas nas ruas da Corte em homenagem ao “Ceará Livre”.

No segundo capítulo, **O influxo da maré: impactos, rumores e expectativas no Parlamento**, analisamos os debates travados na Câmara dos Deputados sobre a questão servil, revelando a atmosfera de conflitos e incertezas que se seguiram logo após a decretação da abolição da escravatura na província cearense. Com isso, consideramos que havia uma estreita relação entre o parlamento e as ruas, visto que esses debates extravasavam para as ruas, assim como os burburinhos da população invadiam a tribuna do parlamento, causando polêmica e publicidade ao tema da abolição da escravatura em todo o país.

No terceiro capítulo, **Os clarões da liberdade: as repercussões da abolição do Ceará no Rio de Janeiro**, a partir dos artigos da imprensa da Corte, relacionados com a emancipação dos escravos no Ceará, e do diálogo com a historiografia, analisamos a repercussão desse evento no Rio de Janeiro e seus possíveis desdobramentos. Consideramos que ele transformou o cenário escravista da província fluminense. A agitação política que se forjou com as comemorações abolicionistas realizadas na Corte em homenagem ao feito da província do Ceará envolveu diversos setores da sociedade, como, também, conseguiu transformar o cenário político da Abolição no Império.

## Capítulo 1

### “A maré abolicionista” de 1884

Este herói anônimo vem de muito longe. É o murmúrio das sociedades. De todo o tempo, anterior aos textos. Nem os espera. Zomba deles. Mas, nas representações escritas, vai progredindo. Pouco a pouco ocupa o centro de nossas cenas científicas. Os projetores abandonaram os atores donos de nomes próprios e de brasões sociais para voltar-se para o coro dos figurantes amontoados dos lados, e depois fixar-se enfim na multidão do público.<sup>1</sup>

Ao longo da década de 80 do século XIX, emergem vários grupos sociais que, notavelmente, se confundem no cenário da luta pela libertação dos escravos, mas se distinguem uns dos outros por seus projetos e discursos, pelo menos, é assim que observamos na historiografia que aborda a temática da Abolição<sup>2</sup>. E assim, republicanos, monarquistas, emancipadores, imigrantistas, abolicionistas, libertos, senhores e escravos travavam embates intensos na arena da abolição. Embora nem todos estivessem lutando a favor do fim da escravidão, a maioria se empenhava em resolver a questão do “elemento servil”. De fato, os vários grupos sociais que se forjavam nesse cenário não tinham um consenso em torno da identidade “abolicionista” e, muito menos, lutavam por um projeto único de extinção do cativo. Porém, guiavam-se nesta luta, em busca de viabilizar seus projetos políticos, que se delineavam no calor do embate travado ao longo do processo de extinção do regime escravista.

---

<sup>1</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Tradução Efraim Ferreira Alves. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994. p.57.

<sup>2</sup> Dentre os estudos mais recentes que tratam da temática do abolicionismo nas últimas décadas do século XIX, delineando os diversos projetos e tendências abolicionistas, imigrantistas e emancipacionistas que estavam em pauta, inclusive, incluindo os escravos como sujeitos históricos na luta pela abolição no Império do Brasil, ver, especialmente, os estudos de: AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites, século XIX. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2004; MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ-EDUSP, 1994.

Nas páginas dos jornais do século XIX, as cenas da escravidão e da abolição se reproduziam paulatinamente, demarcando os espaços em que os vários grupos sociais atuavam. As várias faces e matizes do movimento abolicionista podem ser percebidos, até mesmo, nos títulos dos periódicos que circulavam na Corte Imperial naquele período. Não resta dúvida de que a imprensa local tenha imprimido as diversas formas e tons desse movimento.

Quando foi abolida a escravatura na província do Ceará, os jornais já existentes participaram intensamente do debate em torno desse evento, além de alguns periódicos terem surgido de forma efêmera, apenas para comemorar o fato. Foi o caso do jornal *O Acarape*<sup>3</sup>, com tiragem única; o *Vinte e cinco de março*<sup>4</sup> foi criado por alguns tipógrafos, em homenagem à Província do Ceará; o periódico *Ceará* também foi uma publicação comemorativa dos alunos da Escola Militar da Corte; e *A terra da redenção*, que circulou entre maio de 1883 e março de 1885, mas, somente, através de edições em datas comemorativas do processo da abolição do Ceará. Além desses jornais efêmeros, que poderiam funcionar como panfletos ou papéis incendiários, havia também os que imprimiam mais do que notícias sobre esse evento histórico, levando, em seus títulos, as marcas dos agentes, ou mesmo dos grupos sociais a que pertenciam. Nestes exemplos, podemos apontar: *O Monarchista*, *O Amigo do Escravo*, *O Republicano*, *Gazeta operária*, *Gazeta popular*, *O grito do povo*, *Folha do povo*, *Direito do povo*, *Diario português*, *Diario do Brazil*, dentre muitos outros. É intrigante, nestes títulos de

---

<sup>3</sup> Publicação comemorativa iniciada por alguns alunos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> Esta folha comemorativa teve apenas uma edição e foi publicada pela typ. Augusto dos Santos, na cidade do Rio de Janeiro, em 25 de março de 1884. É importante ressaltar que este periódico comemorativo teve duração efêmera e não está relacionado com o jornal abolicionista *Vinte e Cinco de Março* da cidade de Campos dos Goytacazes, interior da província do Rio de Janeiro. Segundo Robert Conrad, o jornal *Vinte e Cinco de Março* apareceu pela primeira vez em primeiro de maio de 1884, tendo como proprietário e diretor Carlos de Lacerda, um dos principais abolicionistas da cidade de Campos, que era presidente do Club abolicionista Carlos de Lacerda. Mas não resta dúvida de que o título do jornal tenha íntima relação com as homenagens à abolição da Província do Ceará. Cf: CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. pp.239-240.

jornais, que, além de aparecerem alguns personagens já conhecidos na cena pública do Rio de Janeiro Oitocentista — como os monarquistas, os republicanos, os brasileiros, os portugueses —, percebemos, também, a presença de atores sociais que imprimem um novo cenário na atuação política da Corte — particularmente, o “popular” e o “operário”. Deste modo, podemos levantar algumas questões acerca destes personagens: quem seria “o povo”, que aparece nos títulos e notícias dos jornais da Corte? Qual o grau de participação deste “povo” no movimento abolicionista? Como este agente sem rosto e “identidade” atua na imprensa da Corte? E quais as identidades forjadas e inventadas pelos diversos atores sociais que participaram do movimento abolicionista? Quem seriam os abolicionistas? Eles teriam apenas uma ou várias identidades? E os escravos, quais os papéis desempenhados por eles na luta pela abolição? De fato, muitas destas questões não poderão ser respondidas logo de início, mas este questionamento já é um passo importante para trazer novas reflexões para a temática da abolição e entender melhor o processo no qual se forjaram as identidades dos diversos grupos sociais que atuaram no movimento pela libertação dos escravos, levando em conta os matizes desse processo.

### **1.1 O “povo” nas ruas e nas festas abolicionistas da Corte: cultura política e o impacto da abolição do Ceará**

Durante a década de 1880, essa imagem de um “povo” sem voz e sem participação política evocada por Joaquim Nabuco em um discurso proferido na campanha eleitoral de 1884, no Teatro Santa Isabel, em Recife, já não estava em consonância com os últimos acontecimentos da conjuntura política do Império:

Infelizmente, senhores, nós lutamos contra a indiferença que a nossa causa encontra entre essas mesmas classes que deverão ser nossas aliadas e que a escravidão reduz ao mais infeliz estado de miséria e dependência. É triste dizê-lo, mas, é verdade. Por acaso os homens de

cor, filhos e netos de escravos, que trazem no rosto a história do martírio de sua raça, têm aderido ao nosso movimento com dedicação e a lealdade que era de esperar dos herdeiros de tantos sofrimentos? Não! Eles não se atrevem a fazer causa comum com os abolicionistas e muitos são encontrados do lado contrário! (*Sensação.*)

[...]

E, no entanto, senhores, que amor têm a este pobre povo do interior os que falam em nome dele – **porque ele não tem voz?**<sup>5</sup> (grifo nosso)

Esse discurso era muito comum entre as elites que participavam do movimento antiescravista. Para elas, o povo não participava ativamente da política e os abolicionistas eram os porta-vozes dos excluídos da cena pública. Mas, ao percorrermos as páginas dos jornais da época, percebemos outro cenário, outra imagem desse *pobre povo sem voz*.

Conforme notou Maria Helena Machado, em seu estudo sobre os movimentos sociais na década da abolição, o movimento abolicionista abriu espaço para a participação de diversos agentes sociais, atingindo até as vozes dissonantes, o “povo” ou “populacho” dos centros urbanos e zonas rurais das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro. Para a autora:

[...] o abolicionismo abriu espaços para abrigar tendências e atuações muito diversas. Dinâmica peculiar na qual a crescente participação do zé-povinho e a radicalização de certos matizes empurravam os setores mais conservadores ao abandono das estratégias gradualistas e emancipacionistas.

Vistas em retrospecto, as idéias que circulavam, na década de 80, nos meios abolicionistas, desenham uma graduação de cores e matizes que, muitas vezes, tem servido para encobrir as diferenças do que ressaltá-las. De fato, as molduras ideológicas que continham o movimento abolicionista podiam ser tão variadas e imprecisas quanto o eram diferentes setores sociais que a ele aderiram. [...]<sup>6</sup>

E assim, o movimento abolicionista se formava e se transformava, cada vez mais, em um mosaico de idéias de grupos sociais distintos. Contudo, é importante

---

<sup>5</sup> NABUCO, Joaquim. **Campanha abolicionista no Recife**: (eleições 1884/Joaquim Nabuco). Edições do Senado Federal; v.59. Brasília: Senado Federal, 2005. pp.27-28.

<sup>6</sup> MACHADO, Maria Helena. Op. cit., p.160

ressaltar que estes grupos se relacionavam entre si, e, embora seus projetos e idéias contrastassem, eles também compartilhavam o mesmo objetivo, que era acabar com o “cancro” que corroía a sociedade brasileira, ou seja, eliminar a escravidão no Brasil.

Em relação à participação do povo na política imperial, já existem importantes estudos que destacam uma mudança expressiva no comportamento político e nas ações dos diversos agentes sociais em 1880. Demonstrando que a política deixava de ser circunscrita às elites, sendo assim, a participação do povo no cenário político do Império evidenciava a constituição de uma “nova cultura política”, em que os debates alcançavam as ruas e as vozes dissonantes.

O artigo de Sandra Graham sobre o “Motim do Vintém” aponta que a revolta que ocorreu nas ruas da Corte em janeiro de 1880, devido ao imposto de um vintém sobre as passagens dos bondes urbanos, foi um acontecimento que marcou profundamente a vida política no Império. Para a autora, o “motim do vintém” instaurou uma “nova cultura política”, em que as decisões políticas saíram da tribuna do Parlamento para se tornarem interesse público, alcançando as ruas e toda a população da Corte.<sup>7</sup>

Contudo, Angela Alonso lembra que houve várias transformações na década de 1870 que contribuíram para as mudanças no cenário político da Corte em 1880.<sup>8</sup> Dentre

---

<sup>7</sup> Cf. GRAHAM, Sandra Lauderdale. “O Motim do Vintém e a Cultura Política do Rio de Janeiro 1880”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V. 10; nº20. pp.211-232, mar./ago., 1991. Na esteira desse estudo sobre cultura política no Rio de Janeiro, alguns estudos sobre abolição no Brasil já apresentam abordagens inovadoras que consideram a participação do povo na luta pela abolição, dentre estes, destacam-se: MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro, 1880-1888**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1991; MACHADO, Maria Helena. Op. cit; e SANTIAGO, Ana Maria de Almeida. **Repensando a campanha abolicionista: Elite política e cultura política (1881-1889)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1997. Outro interessante estudo que aborda essa temática e que relaciona a cultura política e o protesto de escravos no Brasil escravista, enfocando nas ações e estratégias de revoltas de escravos e as relações de negociação e conflitos gestadas pelos senhores, escravos e libertos. Cf. GOMES, Flávio dos Santos. “História, protesto e cultura política no Brasil escravista”. In: SOUZA, Jorge Prata de, (org.). **Escravidão: ofícios e liberdade**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, 1998.

<sup>8</sup> Cf. ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. pp 263-330.

elas, a formação de um pequeno espaço público, com a constituição de uma nova imprensa, principalmente na Corte e nos centros urbanos do todo o Império, feita de pequenos jornais, folhas diversas e uma multiplicidade de impressos independentes em relação aos partidos imperiais. Esses fatores auxiliaram na constituição de práticas políticas que iriam além dos espaços formais da política imperial. Os grupos contestadores do *status quo* imperial da década de 1870 e 1880 recorreram às práticas modernas de contestação que se difundiam principalmente na Europa e nos Estados Unidos, como os *meetings*, as manifestações públicas de reivindicações através de associações temáticas, os comícios, a proliferação de *clubs* e associações, as passeatas, as greves. Enfim, uma infinidade de práticas político-culturais foi mobilizada por esses grupos contestadores para apresentarem seus projetos de reforma à sociedade. Além disso, esses grupos reinventaram o significado das expressões “povo” e “opinião pública”, que estavam, agora, fora do âmbito parlamentar. A nova opinião pública era, também, definida pela população marginalizada, pela sociedade estamental e pelas instituições políticas do Segundo Reinado: “os trabalhadores urbanos de baixa renda; os empregados do comércio; os profissionais liberais, como professores e jornalistas; os estudantes; os homens livres pobres do campo; e mesmo os politicamente incapazes: as mulheres, os analfabetos, os escravos”<sup>9</sup>.

## **1.2 Os festejos do dia 25 de Março e a libertação dos escravos da Corte**

Em vinte e cinco de março de 1884, o trabalho escravo no Ceará era extinto e os embates sobre o fim da escravidão esquentavam mais ainda nos periódicos da Corte e debates parlamentares. Em todo o território do Brasil, não se falava sobre outro assunto.

---

<sup>9</sup> ALONSO, Angela. *Ibidem*, p.297.

Este evento foi amplamente divulgado nos jornais do Rio de Janeiro e um clima de euforia inundou as ruas da cidade, que se tornaram palco de festas, comícios, quermesses, passeatas e manifestações públicas de diversos setores da sociedade.

A imprensa abolicionista, extasiada, divulgou, passo-a-passo, os eventos que comemorariam, na cidade do Rio de Janeiro, o fim da escravidão naquela província do Norte. A Sociedade Abolicionista Cearense preparou a recepção do Jangadeiro Francisco do Nascimento (o “Dragão do Mar”<sup>10</sup>), que chegou à Corte a bordo do paquete *Espírito Santo* para comemorar a vitória abolicionista. Foi um cortejo que se iniciou no *Caes do Pharoux* e seguiu até a travessa do Ouvidor, próximo às redações do *Jornal do Commercio*, *Folha Nova*, *Gazeta de Notícias*, em meio a vivas e chuva de flores.<sup>11</sup> Essa associação abolicionista também promoveu uma grande regata, que se realizou no dia 25 de março na baía de Botafogo, estando presentes o jangadeiro Francisco do Nascimento, com sua Jangada, os alunos da Escola Militar e os oficiais da armada.<sup>12</sup>

Enquanto isso, a Confederação Abolicionista preparou uma grande festa popular no Theatro Polytheama Fluminense, na Rua do Lavradio, com direito a “seis ou oito bandas marciais, a elite dos nossos artistas e os oradores abolicionistas mais eloqüentes”.<sup>13</sup> Na programação dessas festas populares, a Confederação estava realizando duas grandes quermesses no Polytheama e na Guarda Velha, com prendas e doações enviadas aos escritórios da *Gazeta da Tarde* e da *Gazeta de Notícias*, por várias

---

<sup>10</sup> O Jangadeiro Francisco do Nascimento, cearense de família humilde, conhecido como Chico da Matilde e, depois, como Dragão do Mar, engajou-se na luta pela abolição em 1881, impedindo que se embarcassem escravos no Porto de Fortaleza, com a declaração de que *no porto do Ceará não se embarcam mais escravos*. Foi responsável por popularizar o movimento abolicionista, e a sua presença deu ânimo à população cearense a lutar pelo fim do cativeiro. Cf: MOREL, Edmar. **Vendaval da Liberdade: a luta do povo pela abolição**. 3ª edição. São Paulo: Global, 1988, pp.113-118.

<sup>11</sup> Cf: **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro de 25 de março de 1884; **O Mequetrefe**, Rio de Janeiro de 20 de março de 1884; **Brazil**, Rio de Janeiro de 27 de março de 1884.

<sup>12</sup> **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro 10 de março de 1884.

<sup>13</sup> **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro de 21 de janeiro de 1884.

peessoas que queriam participar dos eventos. No dia onze de fevereiro, a *Gazeta da Tarde* anunciava como seriam organizadas as quermesses do dia 25 de março:

A Confederação Abolicionista anuncia-nos grandes festas para saudar a libertação total da província do Ceará, que deve realizar-se no dia 25 de Março.

O theatro Polytheama Fluminense já foi contractado para que em seu vasto jardim se realize durante três dias e três noites, uma das mais interessantes *kermersses* que têm havido. Brilhantemente iluminado, apresentará o elegante parque o espetáculo que feriu os olhos dos membros da côrte de Luiz XVI nas festas de Fontaibleau, na ilha mágica de Fouquet.

A luz electrica derramando-se em ondas, scintilando nas águas das cascatas, gottejando aljofares, beijando as petalas de rosas, escoando se por entre os florões, esbatendo-se nos cabellos negros e louros de um turbilhão de moças, lindas como circassianas e meigas como andaluzas mimosas; a par de tudo isso, a musica, as columnatas, os coretos, as arcarias, túneis illuminados a copinhos de cores variegadas, [*sic*] verdadeiras abobadas de fogo, tudo, tudo a offerecer os encantos de um deslumbramento.

Nas immediações do theatro, em plena rua do Lavradio, bandeiras, galhardetes e arvores, offerecerão as magias dos labyrinthos encantados dos jardins da Babylonia, e no interior do theatro, também ricamente ornado, durante o dia grandes *matinéés* e á noite concertos, em que tomarão parte nossos melhores artistas amadores e gentis senhoras que não regateiam serviços á causa da liberdade, já comparecendo a esses concertos, já expondo á venda riquissimas prendas.<sup>14</sup> (grifos originais)

Com a variedade de espetáculos e as diversas cores que iluminavam a decoração das quermesses, esses tipos de festa atraíram um grande número de pessoas. E tiveram tanto sucesso, que se repetiu o mesmo evento no dia seguinte. Além disso, essas quermesses conseguiram arrecadar uma grande soma de dinheiro com o leilão dos objetos doados. Assim, esse montante era utilizado para financiar a campanha abolicionista e comprar alforrias dos escravos do município neutro.

Em abril, os festejos continuaram. Um prolongamento das festas de 25 de março se realizou no dia 13 de abril, com uma marcha cívica que conduziu a Jangada de

---

<sup>14</sup> *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro de 11 de fevereiro de 1884.

Francisco do Nascimento para o Museu Nacional. O préstito partiu da Rua da Quitanda até o *Caes do Pharoux*, onde estava a Jangada que logo foi levada ao Museu Nacional por 24 libertos.<sup>15</sup>

O editorial do jornal *Brazil*, que se intitulava órgão do partido conservador, fez algumas reflexões sobre esses festivais abolicionistas que estavam ocorrendo na Corte:

#### A emancipação do Ceará

Após **oito dias de festejos ruidosos**, que naturalmente tocaram a fibra popular e impressionaram as imaginações, não se nos levará a mal que, estranhos a todo o movimento, aproveitamos agora a oportunidade para algumas reflexões.

Nem todos aquelles que concorreram para esses festejos por modos differentes medem bem o alcance do seu acto, e aquilatam devidamente as consequencias delle.

[...]

É certo que o processo seguido no Ceará e ali facilitado pelas circumstancias a que alludimos, arrebatou as imaginações abolicionistas; - libertar desde já algumas provincias do Norte, onde o problema oferece condições de rapida execução, como sejam o Amazonas e o Pará, tentar outro tanto na provincia do Rio Grande do Sul, e nesta Capital, procedendo methodicamente por freguezias e por districtos, tal é o plano em projecto.

Os meios são os referidos, mas não aplaudimos [...] <sup>16</sup> (grifos nossos)

A libertação do município neutro pelos abolicionistas já havia começado. O dinheiro arrecadado com os festejos em homenagem à abolição no Ceará estava sendo utilizado para libertar os escravos da Corte. No dia 12 de abril, a *Gazeta da Tarde* anunciava em suas páginas que a libertação do primeiro quarteirão do município neutro já estava marcada com grandes festas.

#### O nosso quarteirão

Sim! No Rio de Janeiro haverá uma pequena zona de rua, onde a escravatura se acha virtualmente abolida, é o quarteirão da Rua Uruguaiana entre o Ouvidor e Sete de Setembro [...]

Encetamos a libertação do Municipio Neutro, pela a abolição da escravatura em um quarteirão da cidade, alimentamos, fortemente, a

<sup>15</sup> **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro de 09 e 14 de abril de 1884.

<sup>16</sup> **Brazil**, Rio de Janeiro 01 de abril de 1884.

crença de que o brado que hoje elevamos repercutirá em toda a cidade<sup>17</sup>.

A Confederação Abolicionista organizou uma grande festa no Passeio Público para comemorar a libertação do primeiro quarteirão do Município Neutro. Para tanto, o local foi adornado e iluminado e contaria, ainda, com diversas recreações para animar o público, contando até com fogos de artifício.<sup>18</sup> Segundo Ronaldo de Jesus, os festivais abolicionistas atraíam um público maior e mais diversificado do que as conferências e, quanto mais popular o teor dos espetáculos desses festejos, maior a quantidade de pessoas neles envolvidas.<sup>19</sup>

### 1.3 A campanha abolicionista nas ruas da Corte

As festas em comemoração à abolição do Ceará despertaram o interesse de toda a população da Corte, propagando rumores e expectativas pelas ruas. Mais do que isso, não apenas suscitaram a atenção da opinião pública sobre essas notícias, mas criaram uma atmosfera de medo de revoltas e sublevações de escravos na população do Rio de Janeiro. Em dois de maio de 1884, os ecos dessas festas ainda se reproduziam nas ruas da Cidade Imperial. O jornal *Diario do Brazil*<sup>20</sup> denunciava “grandes placas de ferro” de propaganda abolicionista colocadas no largo São Francisco de Paula, na Rua do Ouvidor e na Escola Polytechnica, que homenageavam a abolição do Ceará com a inscrição “Livre” e “25 de abril de 1884”<sup>21</sup>, aumentando, mais ainda, os receios da população da Capital do Império. Quase uma semana depois que as placas apareceram

---

<sup>17</sup> **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro 12 de abril de 1884.

<sup>18</sup> **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro 12 de abril de 1884.

<sup>19</sup> JESUS, Ronaldo Pereira de. **Visões da Monarquia**: escravos, operários e abolicionismo na Corte. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, pp.146-148.

<sup>20</sup> O *Diario do Brazil* foi um dos principais órgãos defensores dos interesses dos fazendeiros. Com forte tendência ao conservadorismo, este periódico empreendeu uma forte campanha contra os abolicionistas. Cf: CONRAD, Robert. Op. cit., p.205.

<sup>21</sup> **Diario do Brazil**, Rio de Janeiro de 02 de maio de 1884.

nas imediações das ruas mencionadas, o mesmo jornal fez questão de publicar uma notícia com o título “as placas abolicionistas arrancadas”.<sup>22</sup>

Contudo, os ares de denúncia nas páginas dos jornais conservadores não pararam a campanha pela libertação de escravos na Corte. Os jornais abolicionistas, além de colocarem as homenagens ao Ceará nas primeiras páginas, com letras garrafas, por vários meses, não deixaram de divulgar os preparativos dos festejos que ocorreriam na Corte para comemorar a abolição cearense. Em vinte e um de janeiro de 1884, a *Gazeta da Tarde*,<sup>23</sup> jornal que pertencia ao abolicionista negro José do Patrocínio, emprendia uma campanha para mobilizar a população da Corte a participar das festas que ocorreriam no dia 25 de março nas ruas do Rio de Janeiro:

Libertação do Ceará

O dia 25 de março está marcado [...]

O facto é de tanto alcance para nós todos que nos empenhamos na causa da liberdade, que esse dia não passará também despercebido aos habitantes da Corte.

Nesse intuito a confederação abolicionista, representante de 16 sociedades, e sempre prompta a engrandecer as glórias do Ceará, com que tem feito até hoje, prepara uma grande festa popular que deverá durar todo o dia 25, no Theatro Polytheama Fluminense, já contractado para esse effeito. [...]<sup>24</sup>

Quanto mais se aproximava o dia 25 de março, mais os jornais divulgavam notícias sobre os festejos que aconteceriam na cidade. Em vinte de março, próximo a data marcada para as comemorações, o periódico *O Mequetrefe* aumentava mais ainda o apelo aos habitantes da Corte para participarem das festas abolicionistas:

---

<sup>22</sup> **Diário do Brazil**, Rio de Janeiro de 07 de maio de 1884.

<sup>23</sup> O jornal *Gazeta da Tarde* começou a circular em meados de 1880-81, sendo um dos mais atuantes jornais abolicionistas. Em 1883, foi fundada, em sua redação, a *Confederação Abolicionista*. Este periódico também apoiou a campanha antiescravista no Ceará, tendo o editor e proprietário José do Patrocínio viajado para esta província em 1882 e 1883, antes de ela ter decretado a abolição total da escravidão em seu solo. Cf: SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966, p.272; MACHADO, Humberto Fernandes. Op. cit., p.30-31; MOREL, Edmar. **Vendaval da Liberdade**: a luta do povo pela abolição. São Paulo: Global, 1988, pp.141-144.

<sup>24</sup> **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1884.

O publico fluminense, que tem sempre a bolsa e o coração largamente abertos quando se trata de praticar o bem, correrá pressuroso ao ruidoso apello que a elle fazem essas duas beneméritas corporações que se chamam Confederação Abolicionista e Sociedade Abolicionista Cearense.

O resultado das duas brilhantes *kermesses* que se effectuarão no Polytheama e na guarda velha será applicado á grande obra da remissão dos captivos.

De todos os pontos da cidade, têm affluido aos escriptórios da Gazeta da Tarde e da Gazeta de Notícias delicadíssimos brindes, e é de suppôr que os dous projectados bazares sejam de uma opulencia notavel.<sup>25</sup>

A divulgação das festividades causou grande comoção pública e conseguiu o apoio de vários setores da sociedade. Por outro lado, esses eventos na Corte também despertaram a ira de muitos escravocratas, que empreenderam uma campanha contra o movimento abolicionista e começaram a se organizar no *Club* da Lavoura.

O deputado conservador da província de Minas Gerais, José de Resende Monteiro (Barão de Leopoldina), considerou as comemorações abolicionistas uma ameaça aos centros agrícolas.

Posso garantir ao nobre deputado que todos os centros agrícolas atiram sobre o governo a responsabilidade dos excessos praticados pelos abolicionistas desta capital, depois de 25 de Março para cá.

[...]

Estou certo de que, si o governo tivesse logo ao principio desse movimento tomado providencias energicas e legaes, as cousas não chegariam ao ponto em que chegaram.<sup>26</sup>

Para o Barão de Leopoldina, o movimento reacionário dos *Clubs* da Lavoura, ou mesmo a sua organização, era uma consequência das festas que se realizaram na Corte em 25 de Março. As notícias alarmantes sobre esses eventos se espalharam rapidamente por toda a província e um clima de insegurança se instaurou entre os senhores de

---

<sup>25</sup> **O Mequetrefe**, Rio de Janeiro, 20 de março de 1884.

<sup>26</sup> **APB-CD**. Sessão 19 de Maio de 1884, p.67.

escravos. Vários parlamentares apoiavam o domínio senhorial e aprovavam a reação que os *Clubs* da Lavoura faziam para combater o movimento antiescravista.

É interessante notar que, apesar dos periódicos de tendências abolicionistas terem dado grande importância aos preparativos das festas na Corte em comemoração ao fim da escravidão no Ceará, é nos jornais de tendências conservadoras que percebemos os desdobramentos dessas festas. Esses jornais traziam, em suas páginas, com ares de denúncia, os mais variados acontecimentos que transformaram o cenário urbano da Cidade Imperial, inclusive a grande passeata da Jangada de Francisco do Nascimento, que desfilou por vielas e ruas, ficando, depois, exposta no Museu Nacional. No editorial do *Diario do Brazil* do dia nove de maio de 1884, esse episódio da jangada é contado em tons irônicos:

#### A jangada no Museu

O Museu Nacional é destinado, como se sabe, a recolher objetos raros e preciosos que sirvam para o estudo do sábio, ao historiador, ao filósofo, ao mineralogista, ao ethnographo, ao paleontólogo e a todos, finalmente, que desejem observar os phenomenos do mundo phisico e do mundo moral.

Entretanto ao museu foi recolhida a jangada de Francisco do Nascimento, esse pobre homem que veio a instâncias de outros não menos pobres representar uma verdadeira farça, um brinquedo de carnaval.

Quem é o heróe, e o que é a jangada, todos os seguem nessa cidade.

Unicamente o museu é que parece não saber.

Mostremos ao Paiz até onde vai a sabedoria do Museu.

Não consistamos que seja illudida a história com tão ridículo e falso documento como a jangada recolhida ao museu nacional. Retiremos *aquillo d' alli*. [...] <sup>27</sup> (grifos originais)

A passeata da Jangada de Francisco do Nascimento foi muito criticada nas páginas dos jornais que defendiam os interesses senhoriais. Os escravocratas consideraram um desaforo fechar as ruas da Corte para o desfile de uma Jangada e de

---

<sup>27</sup> **Diario do Brazil**, Rio de Janeiro, 09 de maio de 1884.

um “pobre” jangadeiro. Além disso, essa manifestação atraiu a atenção de toda a população da Corte, até mesmo, da população pobre.

Na coluna *noticiarete* do periódico *O Mequetrefe*<sup>28</sup> do dia vinte de março de 1884, alguns detalhes da marcha cívica que iria ocorrer na cidade já eram divulgados, para que todos os seus habitantes acompanhassem o cortejo da jangada e do jangadeiro cearense.

A sociedade abolicionista Cearense prepara uma solemne e ruidosa recepção ao Jangadeiro Francisco do Nascimento. Uma comissão da Sociedade irá cumprimentar, em companhia do nosso hospede, as redações do *Jornal do Commercio*, da *Gazeta de Notícias* e da *Folha Nova*. Não se compreende porque do programma foi excluída a *Gazeta da Tarde* que, mais que nenhum orgam [*sic*] de publicidade, tem direito á consideração e mesmo ao [*sic*] ra conhecimento dos filhos do Ceará. [...]<sup>29</sup>

Como podemos notar, a passeata do jangadeiro cearense pelas ruas da capital do Império foi repleta de polêmicas e causou grande agitação abolicionista na cidade. No dia dez de março de 1884, a *Gazeta de Notícias*<sup>30</sup> já anunciava os preparativos dessa grande manifestação, que estava sendo organizada pela Associação Abolicionista Cearense. Além da marcha, estava ainda prevista a realização de uma grande regata, que aconteceria no dia vinte e cinco de março na baía de Botafogo, com a participação dos alunos da Escola Militar, dos oficiais da armada e de grande parte da população carioca.<sup>31</sup> Além de ser aclamado como herói da abolição, Francisco do Nascimento foi

---

<sup>28</sup> O jornal *O Mequetrefe* começou a circular em 1875, com a direção de Lins de Albuquerque. Esta folha ilustrada contribuiu bastante com o movimento de libertação dos cativos através de caricaturas que satirizavam os escravocratas e do noticiário sobre a ação abolicionista. Cf: SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 249.

<sup>29</sup> **O Mequetrefe**, Rio de Janeiro, 20 de março de 1884.

<sup>30</sup> A *Gazeta de Notícias* era considerada imprensa popular, tanto pelo seu formato, quanto pelo preço baixo. Além disso, dava grande destaque à literatura, com a publicação dos folhetins e crônicas. Começou a circular em 1874, tendo como redator e proprietário Ferreira de Araújo, um renomado abolicionista. Cf: SODRE, Nelson Werneck. Op. cit., p.257; BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e público**. Os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920. (Tese de Doutorado – Pós-Graduação em História/Instituto de Ciência Humanas e Filosofia). Niterói: UFF, 1996., p.61.

<sup>31</sup> **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 10 de março de 1884.

apelidado de Dragão do Mar.<sup>32</sup> Em treze de março, a *Gazeta da Tarde* anunciou, antecipadamente, toda a programação da recepção do jangadeiro cearense na Corte. O evento era aguardado com ansiedade por todos os abolicionistas, pois sua chegada daria mais popularidade à campanha antiescravista na capital do Império.<sup>33</sup>

A maioria dos jornais cariocas divulgou e acompanhou as festividades abolicionistas em homenagem à libertação dos escravos no Ceará. As notícias são ricas de detalhes que vão desde o aspecto do cortejo da jangada, até uma descrição mais minuciosa dos adornos que enfeitavam e coloriam as ruas e os teatros da capital do Império. Na edição de 25 de março do *Jornal do Commercio*, o editorial, os telegramas, a *Gazetilha* e a coluna “*a pedidos*” também entraram no ritmo das festas abolicionistas. Na coluna *Gazetilha*, a chegada do Jangadeiro Francisco do Nascimento a bordo do paquete *Espírito-Santo* na Corte é anunciada em tons de euforia. Todo o percurso feito pelo jangadeiro foi minuciosamente noticiado:

[...]. Do lugar do desembarque partio o préstito, [...] e tendo á frente o jangadeiro Francisco do Nascimento e companheiros, percorrendo a praça D. Pedro II, ruas Primeiro de Março, do Ouvidor, onde, na esquina da rua do Carmo, foi-lhe offerecido um ramo de flores artificiaes por uma comissão dos compositores da Folha Nova. Em frente ao nosso escriptorio forão levantados vivas á redacção do Jornal do Commercio, que agradeceu estas saudações. [...] Dissemos então, em resposta, que os esforços generosos em favor da causa da emancipação, enquanto se conservassem na esphera da legalidade, terão o applauso sincero do Jornal do Commercio. [...]<sup>34</sup>

O *Jornal do Commercio*<sup>35</sup> tinha enorme circulação em todo o Império e autodenominava-se “imparcial”. Podemos notar que, no início da campanha

---

<sup>32</sup> Não se sabe ao certo quem deu a alcunha de “Dragão do Mar” ao jangadeiro Francisco do Nascimento. Na verdade, o cognome caiu no gosto popular e, quando ele chegou à Corte para comemorar a abolição de sua província natal, em 25 de março, todos já o conheciam dessa forma. Segundo Edmar Morel, José do Patrocínio o cognominou de “Lobo do Mar”, no entanto, esse apelido não conseguiu cair nas graças do povo. Cf: MOREL, Edmar. Op. cit., 1988, p.157. Araripe Junior afirmou que “Dragão do Mar é o nome pelo qual o heróico Francisco do Nascimento vê-se aclamado do Norte ao Sul do Império.” Cf: **A terra da redenção**: órgão dos cearenses abolicionistas. Rio de Janeiro de 25 de março de 1884. (grifos originais)

<sup>33</sup> **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 de março de 1884.

<sup>34</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 25 de março de 1884.

abolicionista, ele se limitava a apresentar as notícias de forma mais neutra. Contudo, à medida que o movimento antiescravista avançava, ele passou a se posicionar a favor da causa emancipacionista. Apesar de ter manifestado apoio às festas da abolição do Ceará, demonstrando que estava disposto a colaborar com a causa antiescravista, o jornal apresentou uma posição conservadora em relação a essas idéias, no sentido de só fornecer apoio ao movimento de libertação dos escravos, se estes continuassem na “esfera da legalidade”.

Mas, com ou sem a adesão de toda a imprensa, o cortejo do jangadeiro seguiu por todas as vielas e travessas da Corte, visitando as várias tipografias e redações dos jornais e sendo aclamado com entusiasmo pela população, com vivas e chuvas de flores.

Na edição comemorativa que a *Gazeta de Notícias* preparou em homenagem ao Ceará, Araripe Junior<sup>36</sup> fez um empolgante artigo, intitulado “A terra dos livres”, apresentando elogios ao jangadeiro cearense:

Não há hoje quem não pronuncie cheio de certa surpresa o nome de Francisco José de Nascimento, o cognominado DRAGÃO DO MAR, que a cidade em festa acaba de receber e aclamar como heróe entre os heróes. [...]. Foi o *Dragão do Mar* quem deu o rebate; foi ele quem, á frente dos seus jangadeiros, trancou os mares do Ceará ao tráfico interprovincial!

O futuro historiador da província refirirá como a coragem d’esse filho do povo pode determinar em um instante a maior revolução registrada nos annaes d’aquela província, encarnando o espírito abolicionista dos denodados campeões da Libertadora Cearense [...].<sup>37</sup>  
(grifo original)

---

<sup>35</sup> *O Jornal do Commercio* era o mais antigo na cidade do Rio de Janeiro, circulando desde 1827. Ao final da década de 1880, tinha como diretor Francisco Picot. Esse jornal era, também, conhecido como conservador. Cf: BARBOSA, Marialva. Op. cit., pp.54-56.

<sup>36</sup> Tristão de Alencar Araripe Junior, famoso crítico literário, era filho do Conselheiro Honorário do Império Tristão de Alencar de Araripe, membro de uma importante família de políticos e literatos cearenses. O Conselheiro mencionado também escreveu um discurso em homenagem à abolição do Ceará. Ver: **O Ceará no Rio de Janeiro**. Discurso histórico do Conselheiro Tristão de Alencar Araripe. Fortaleza: Typ. Do Libertador, 1884.

<sup>37</sup> **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 25 de março de 1884.

A passeata se repetiu, também, no mês de abril de 1884, sendo considerada “uma grande marcha cívica”, na qual a jangada do “Dragão do Mar” se transformaria em um objeto histórico, “afim de [sic] ser depositada no museu nacional”<sup>38</sup>. Ainda em quatorze de abril de 1884, a *Gazeta de Notícias* informava a repercussão da *marcha cívica da jangada*, que partira da Rua da Quitanda, nº37, edifício onde estava a sala em que se realizavam as reuniões da Sociedade Abolicionista Cearense.

[...] Terminada a cerimônia, o prestito [sic] dirigiu-se ao *cães do Pharoux*, onde estava a Jangada *Libertadora*.

A jangada era conduzida por 24 libertos; no centro destacava-se um grupo allegorico representando a libertação da província do Ceará. [...] O trajecto do prestito pela Rua do Ouvidor foi deslumbrante e imponente. As redacções por onde passou, foram cumprimentadas pela massa compacta de povo que formava o cortejo, levantando-se por essa occasião diversos vivas.<sup>39</sup>

O cortejo da jangada *Libertadora* até o Museu Nacional foi notícia de destaque em toda a imprensa da Corte. De fato, as comemorações realizadas pelas associações abolicionistas agitaram a cidade com festejos que vinham de todas as partes, mas nem tudo foi marcado por momentos gloriosos. Apesar de grande parte da população carioca ter aderido ao movimento abolicionista, ainda havia uma grande parcela que defendia os interesses escravocratas, sendo que muitos destes possuíam escravos e lutavam para manter, a todo custo, as relações de domínio e as hierarquias vigentes na sociedade escravista.

Com efeito, a imprensa conservadora não ficou parada diante das festas abolicionistas que ocorreram no Rio de Janeiro em homenagem ao “Ceará Livre”. Certamente, o momento era propício para fazer críticas ferrenhas ao exemplo do Ceará e à campanha abolicionista, acirrando, mais ainda, o debate sobre a “questão servil”.

---

<sup>38</sup> **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 09 de abril de 1884.

<sup>39</sup> **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1884.

Talvez os periódicos de tendências antiescravistas evitassem divulgar algumas notícias sobre os efeitos das festanças que ocorreram nas ruas da Corte, como uma estratégia para que elas fossem vistas com bons olhos pela sociedade. Com isso, os abolicionistas pretendiam angariar novos adeptos para seu movimento. Entretanto, o impacto desses festejos ganhou contornos inesperados, alcançando, até mesmo, vozes dissonantes, como os escravos, os libertos e a população pobre da Imperial cidade do Rio de Janeiro, causando um grande abalo nos escravocratas.

Em vinte e seis de março, o editorial da *Gazeta da Tarde* aumentava mais ainda os brados a favor da Abolição do Ceará. Este jornal noticiava e acompanhava todos os eventos que aconteceram no Rio de Janeiro, principalmente, quando as ruas da Corte tomaram aspecto de festa:

Apesar dos boatos que os mal intencionados propalaram hontem, sobre desordens; apesar de ficar presa nos quarteis de promptidão, toda essa brilhante [festa] que hontem houve, esteve grande enorme, incomparável a festa com que a confederação abolicionista solemnizou o advento da liberdade no Ceará.

Essa deslumbrante manifestação que terminou hoje, [...] levou aos recintos do Polytheama ofuscantemente adornados mais de dez mil pessoas. A Rua do Lavradio, das 4 horas em diante, esteve intransitável [...].

Theatros, jardins, pavilhões, bazares, tudo **transbordou de povo!**

As illuminações foram offuscantes, e, certamente, de três a quatro mil pessoas não conseguiram entrar no jardim.

Hoje, porém, repete-se o feérico [*sic*] espectáculo que tanto arrebatou a população fluminense, e, como hontem, dez mil luzes brilharam nos jardins e pavilhões. [...] <sup>40</sup> (grifos nossos)

As quermesses, leilões, passeatas, comícios, *meetings* e festas abolicionistas realizadas na capital causaram grande comoção pública. Várias pessoas contribuíram com prendas e dinheiro para a realização das quermesses. Os jornais *Gazeta da Tarde* e a *Gazeta de Notícias* publicavam, todos os dias, as relações nominiais das pessoas e das prendas doadas para essas festas.

---

<sup>40</sup> *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 26 de março de 1884.

Nessas listas de pessoas que colaboravam com as festas, percebemos que a população da Corte em peso queria se solidarizar e participar do movimento abolicionista. Tanto anônimos, como membros da elite contribuíram com as comemorações. Do dia dezenove ao vinte e seis de março de 1884, foram doadas diversas prendas, entre elas: um alfinete de ouro para gravata com uma ametista, doado por “Mattos”, distinto ator; um pano de *crochet* doado por um ingênuo<sup>41</sup>; um retrato da “falecida Esther de Carvalho”, doado por um indivíduo de nome Oscar e por um empregado do comércio<sup>42</sup>; um riquíssimo par de jarras grandes, de fina porcelana *baccarat*, doados pela Sra. Baronesa de Canindé; um porta-jóias de veludo azul e cetim branco, guarnecido de metal e cordões dourados, e um mimoso lenço de crivo, trabalho do Paraguai, doado pela Sra. Viscondessa de Caravellas; um ovo de madrepérola (estojo de costura), sustentado por um boneco de metal dourado, sobre peanha prateada, doado pela Mme. Couty, que, provavelmente, era a esposa do médico francês Louis Couty; “um drama da escravatura”, em 1 volume, doado por um anônimo; uma estatueta de biscuit, doada por um portuense abolicionista; um prato, tendo, no fundo, o retrato de Abraham Lincoln, doado pelo Clube Abolicionista Gutemberg; 15 brochuras do drama – “A Virgem Martyr de Santarém”, doadas pelo Sr. Severiano Nunes Cardoso de Resende<sup>43</sup>, de São João del Rei, autor da referida obra e redator do *Arauto*<sup>44</sup>; uma polca instrumentada para orquestra, intitulada *Francisco do Nascimento*, composta e doada

---

<sup>41</sup> Os ingênuos eram os filhos de escravos libertos pela lei de 1871.

<sup>42</sup> **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 19 de março de 1884.

<sup>43</sup> Segundo Alex Lombello Amaral, o redator do periódico *Arauto de Minas*, Severiano Nunes de Rezende era um exímio “conservador” e fazia oposição às folhas liberais que surgiram nas últimas décadas do século XIX em São João del-Rei. Cf. AMARAL, Alex Lombello. **Cascudos e Chimangos**: Imprensa e Política em São João Del-Rei (1876-1884). (Dissertação de Mestrado). Juiz de Fora: UFJF, 2008. p. 24.

<sup>44</sup> **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 20 de março de 1884.

por Anacleto Augusto de Medeiros<sup>45</sup>; e um lindo lenço de seda azul, doado por um cearense.<sup>46</sup>

De fato, essa é apenas uma das faces do movimento abolicionista e dos festejos que ocorreram na Corte. Como podemos perceber, entre os diversos agentes que participaram das homenagens ao *Ceará Livre*, estavam libertos, escravos, barões, artistas, comerciantes, jornalistas, enfim, diversos indivíduos, muitos deles, anônimos, e que foram eclipsados da história da abolição por não estarem ligados diretamente às associações e agremiações abolicionistas. A própria colaboração dessas pessoas com prendas, manifestações, passeatas, demonstram como as *culturas políticas*, – enquanto práticas culturais e de politização das ações dos indivíduos – dos diversos agentes sociais estavam sendo criadas, recriadas e forjadas a cada instante. Essa politização das ações dos atores sociais demonstra os múltiplos sentidos e a importância que essas práticas culturais tiveram para a gestação e a circulação de uma atmosfera política favorável ao fim da escravidão, tendo a participação de diversos agentes sociais e alcançando as ruas. Com efeito, a participação dos diversos indivíduos – sem nome e sem rosto, denominados “povo” – contribuiu para que esses eventos nas ruas da cidade Imperial tomassem dimensões inesperadas e transformassem o cenário político da abolição no Império.

Com as festas abolicionistas que ocorreram na Corte em homenagem à abolição do Ceará, podemos perceber o quanto esse evento foi importante para se forjar uma atmosfera política que impulsionou a luta pelo fim do cativeiro no Império. De certa forma, essas festas possibilitaram que abolicionistas, escravos, libertos, republicanos,

---

<sup>45</sup> Segundo André Diniz, o negro Anacleto de Medeiros foi um importante músico, compositor, maestro e instrumentista da música popular brasileira na virada do século XIX para o XX. Fundou a Banda do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro e entrou para história como um dos principais compositores de Choro. Cf: DINIZ, André. **O Rio musical de Anacleto de Medeiros**. A vida, a obra e o tempo de um mestre do choro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007, pp. 91-96.

<sup>46</sup> **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 22 de março de 1884.

conservadores, liberais, monarquistas e vários outros grupos sociais que eram a favor da abolição da escravatura compartilhassem experiências em ações coordenadas nas ruas da Corte. As atuações desses vários grupos demonstram que, apesar de eles se distinguirem em seus discursos, suas ações convergiam para um mesmo objetivo, que era convencer a sociedade brasileira que a abolição era inevitável, e a participação do povo nesse movimento era um indício de que o fim da escravidão no Brasil estava próximo.

#### **1.4 Identidades inacabadas: os abolicionistas e o abolicionismo**

Considerar a pluralidade das identidades não é apenas classificar e distinguir diversos grupos sociais que atuaram no movimento abolicionista, porém, conforme notou a escritora Ana Maria Machado, devemos considerar a “identidade como plural — mas plural misturado, não plural segregado em compartimentos estanques”<sup>47</sup>. Tendo em vista que essas identidades foram forjadas e inventadas pelos próprios agentes históricos, no calor dos embates travados no movimento abolicionista, elas são frutos de suas percepções políticas.

Com isso, chegamos a uma questão, tendo em vista que trabalhar com o conceito de identidade não é tarefa fácil, uma vez que podemos incorrer no erro de considerar essas identidades como unificadas e homogêneas. De certa forma, a melhor saída para essa problemática seria adotar uma perspectiva de desnaturalização, considerando o processo de construção das identidades como algo mais complexo. Segundo Ivana Stolze Lima,

Focalizar a *construção* das identidades, seu caráter relacional e cambiante, leva, mais uma vez, a uma desnaturalização. De certa forma, a identidade é uma ilusão e uma contingência, apoiada

---

<sup>47</sup> MACHADO, Ana Maria. Muitas vozes e todos os ecos no jardim: identidade e multiculturalismo. **In: Balaio: livros e leituras**. Rio de Janeiro: nova fronteira, 2007.p.74.

exatamente na crença de que é uma verdade e uma necessidade. No entanto, enfatizar esses aspectos contingentes e um tanto ilusórios só faz sentido se, ao invés do que se poderia supor, os relacionamos às situações de força em que estabelecem, às suas implicações sociais, aos projetos políticos que carregam. Não se trata de um esvaziamento, mas sim da tentativa de inserir as identidades no contexto — que comportam sua lógica, linguagem, conflitos e tensões — em que foram geradas.<sup>48</sup> (grifo original)

Partindo dessas premissas, propomos entender o processo em que se construíram essas identidades na luta pela abolição, focando nas fronteiras entre *escravidão* e *liberdade*, tendo por objetivo entender a politização dos espaços em que se travaram as lutas sociais em torno da liberdade.

Ao considerarmos o caráter cambiante do processo de construção das identidades, procuramos demonstrar que as fronteiras que limitam, classificam e distinguem as identidades dos abolicionistas e dos outros grupos sociais que participaram do movimento pelo fim da escravidão, são marcadas por lutas sociais intensas, evidenciando, assim, o caráter mutável e inacabado do processo de construção dessas identidades.

Desta forma, ao desnaturalizar a identidade “abolicionista”, por exemplo, tentaremos demonstrar que a imagem construída em torno dela na historiografia e, até mesmo, em alguns textos e memórias de contemporâneos, não é tão homogênea e cristalizada como é representada. Com efeito, consideraremos que estas identidades forjadas na luta pela abolição têm aspectos provisórios, mutáveis e continuamente reconstruídos.

Ao nos depararmos com os impressos do final do século XIX, observamos que o termo “abolicionista” aparece em profusão nos diversos panfletos, folhas, jornais, gazetas, periódicos, revistas, memórias políticas, anais da câmara dos deputados e

---

<sup>48</sup> LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas:** sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p.18.

senadores do Império, folhetins, romances, opúsculos, enfim, nas diversas obras políticas, literárias e doutrinárias que circularam no Brasil, especialmente, na década de 1880.

No romance *Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, publicado em 1875, há alguns traços desse personagem que permeou as discussões dos diversos grupos sociais que participaram da luta pela abolição. Nesta obra literária, é contada a história da escrava “branca” que comoveu multidões, não tanto pela crueldade da escravidão, mas pelo cativo de uma linda e prendada mocinha “branca”, que tinha em seu sangue as marcas da escravidão, posto que fosse filha de uma escrava mulata com um feitor português. No desenvolvimento da trama, o autor apresenta Álvaro – jovem abastado de uma tradicional família pernambucana –, que se envolve com Isaura, a bela escrava “branca”. Bernardo Guimarães o apresenta, no romance, como um rapaz de espírito filantrópico da época, mais do que isso, o autor aponta algumas características do jovem Álvaro ligadas a uma tendência abolicionista:

Álvaro é um desses entes privilegiados, sobre quem a natureza e a **fortuna** parece terem querido despejar à porfia todo o cofre a seus favores. [...]

Tendo concluído os preparatórios, como era **filósofo** que pesava gravemente as coisas, [...], quis, para ter uma profissão qualquer, dedicar-se ao estudo do Direito. [...]

Tinha ódio a todos os privilégios e distinções sociais, e é escusado dizer que era **liberal, republicano** e quase socialista.

Com tais idéias Álvaro não podia deixar de ser **abolicionista** exaltado, e não o era só em palavras. [...] (grifos nossos)<sup>49</sup>

As características apontadas por Bernardo Guimarães como sendo pertencentes a uma tendência antiescravista, de certa forma, eram a representação que muitos contemporâneos do século XIX faziam dos abolicionistas. Nesta época, era muito comum associá-los ao republicanismo, ao partido liberal e à elite.

---

<sup>49</sup> GUIMARÃES, Bernardo. *A Escrava Isaura*. São Paulo: Martin Claret, 2005. p.75.

Com efeito, alguns estudos que trataram do processo que findou a escravidão elegeram os abolicionistas como os “heróis da abolição”, deixando de lado os vários grupos sociais e sujeitos históricos dos diversos setores da sociedade que participaram desse processo e considerando apenas a participação da elite na luta pela liberdade dos negros. Nesse sentido, Octavio Ianni escreveu: “não é por mero acaso que a escravidão sempre foi extinta principalmente devido a controvérsias e antagonismo entre brancos, ou grupos e facções das camadas dominantes. Em geral, a abolição da escravatura foi um ‘negócio de brancos’.”<sup>50</sup>

Já Eduardo Silva propõe uma investigação cultural acerca desse processo, relacionando o movimento pela libertação dos cativos com os quilombos abolicionistas<sup>51</sup>, mais precisamente, com o quilombo do Leblon. Ele ainda apresenta esse quilombo como um ícone do movimento abolicionista, sendo freqüentado por muitos jovens que aderiram às “idéias avançadas”. Assim, Eduardo Silva caracteriza os participantes desse movimento e os freqüentadores em potencial dos quilombos abolicionistas de forma bastante romântica. Para ele, um jovem moderno, abolicionista ou republicano, que usava “uma camélia na lapela, ou cultivá-la acintosamente no jardim de casa, era quase uma confissão de fé abolicionista”.<sup>52</sup> A camélia se tornava o símbolo antiescravista adotado pelos freqüentadores do quilombo do Leblon, tendo como atores principais o membro da elite política brasileira Rui Barbosa e o negociante português José de Seixas Magalhães, que era o idealizador ou chefe desse quilombo.

---

<sup>50</sup> IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. Segunda edição: revista e acrescida do Apêndice. São Paulo: Hucitec, 1988. pp.53-54.

<sup>51</sup> Segundo Eduardo Silva o quilombo abolicionista era um modelo novo de resistência à escravidão. Uma vez que era “fruto de uma complexa negociação social e política” que foi determinante para o sucesso da campanha abolicionista no país. Ao contrário do modelo tradicional de quilombo que tinha como lideranças “grandes guerreiros”, o quilombo abolicionista agora tinha lideranças bem conhecidas pela sociedade que eram os abolicionistas e assim a comunidade de fugitivos passava a ter uma nova relação com a sociedade envolvente. Cf.: SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura**: uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp. 11-18.

<sup>52</sup> Idem. p.46.

Romantismos à parte, em alguns momentos, Eduardo Silva considera a abolição da escravatura uma conquista do próprio escravo e do movimento antiescravista. O que podemos notar é que ele identifica a identidade abolicionista somente com a elite letrada da Corte, deixando implícito que o êxito da campanha pela libertação dos cativos estava nas mãos dos renomados líderes abolicionistas.

No entanto, o fim da escravidão nem sempre foi visto por esse prisma. Emília Viotti da Costa, no livro *A abolição*, afirmou que, além dos renomados jovens que defendiam essa causa, como Joaquim Nabuco, também atuavam vários líderes abolicionistas negros, entre eles, destacaram-se André Rebouças, Luis Gama e o mulato José do Patrocínio. A autora pontua, ainda, que:

O discurso abolicionista unificou os grupos mais diversos e deu a expressão aos interesses mais variados. A convivência de amplos setores da sociedade permitiu às camadas populares e aos escravos se mobilizarem na luta pela escravidão. Foi essa mobilização que levou à aprovação da Lei Áurea. Nesse sentido, essa foi, como bem registrou um jornalista do tempo, uma vitória do povo e – poderíamos acrescentar – uma conquista dos negros livres e escravos.<sup>53</sup>

Assim, podemos aventar que a abolição foi fruto da luta dos diversos indivíduos brancos, negros, mulatos, livres, escravos e libertos que foram capazes de transformar o encaminhamento político da libertação dos cativos em um espaço de solidariedade, e fizeram das diferenças o primeiro passo para a conquista da *liberdade*.

Alguns estudos já avançaram em suas análises e desenvolveram interessantes abordagens que enfocam não somente a participação dos líderes abolicionistas no processo do fim da escravidão, como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Luiz Gama, André Rebouças, Rui Barbosa, Antônio Bento, entre outros. Esses estudos vão mais além e trazem para a cena histórica a atuação dos diversos setores da sociedade. Compreendem a abolição como um processo amplo e complexo, considerando a

---

<sup>53</sup> COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. 8ª edição revista e ampliada. São Paulo: Unesp, 2008. p.129.

fermentação política das décadas de 1870 e 1880 e o entrecruzamento de propostas, idéias e ações dos diversos personagens que participaram do movimento abolicionista. Nesse sentido, podemos apontar os interessantes estudos de Maria Helena Machado (*O plano e o pânico*) e Angela Alonso, (*Idéias em Movimento*), que – sob diferentes perspectivas e abordagens – demonstraram, em empolgantes análises, a confluência de interesses entre os diversos grupos que participaram dos movimentos sociais e de reformas da segunda metade dos Oitocentos.

Maria Helena Machado fez um estudo sobre esses movimentos na década de 1880, destacando os diversos projetos, manifestações, protestos e as redes de solidariedades que se formaram entre os variados setores sociais que atuaram na luta pela abolição. Além disso, o abolicionismo foi um movimento urbano que se alastrou pelas senzalas e mobilizou um grande número de pessoas das camadas populares. Desse modo, a autora pontua que, apesar de alguns nomes de abolicionistas se tornarem conhecidos e ganharem fama como líderes dessa luta, por outro lado, “a literatura de reminiscências está pontilhada de referências à colaboração da gente miúda das cidades. Anônimos [...], entre muitos outros que, de tão obscuros, ficaram registrados apenas como multidão turbulenta nos papéis da polícia.”<sup>54</sup>

Já Angela Alonso faz um estudo dos grupos contestadores das décadas de 1870 e 1880, considerando o movimento intelectual da geração de 1870<sup>55</sup> como uma iniciativa de caráter reformista, pois não queria romper com a tradição imperial, mas fazer reformas estruturais e políticas. A autora ainda mapeou as várias tendências desses grupos de contestação das décadas de 1870 e 1880, agrupando-os como liberais republicanos, novos liberais, positivistas abolicionistas, federalistas positivistas do Rio

---

<sup>54</sup> MACHADO, Maria Helena. Op. cit. p.152.

<sup>55</sup> Segundo Angela Alonso, a geração de 1870 foi um movimento intelectual com ideais reformistas que acompanhou a crise Imperial. As bases dos textos e opúsculos dessa geração era a contestação da tradição Imperial e das instituições da dominação saquarema. Cf: ALONSO, Angela. Op. cit., pp.245-252.

Grande do Sul e federalistas científicos de São Paulo. Assim, os grupos reformistas guiaram sua mobilização em torno das críticas à escravidão, à monarquia e à tradição imperial.<sup>56</sup>

Embora as autoras tratem de temáticas diferentes, elas apresentam a intrincada conjuntura política da abolição, demonstrando um universo complexo e repleto de tensões e a confluência de interesses entre os vários agentes que participaram desse processo histórico.

A abolição do Ceará aconteceu em pleno recesso parlamentar. Quando os parlamentares voltaram à Câmara, os assuntos que entraram em pauta a todo vapor foram a questão servil e a propaganda abolicionista. Na sessão do dia treze de maio de 1884, o deputado conservador da província do Rio Grande do Sul, Severino Ribeiro, alertava para as dimensões que a propaganda antiescravista tomara logo após o decreto que libertava os cativos na província do Ceará. Ele ainda disse: “[...] que o elemento abolicionista tem agitado este paiz em todas as relações da vida social, e nelle hão tomado parte activa todas as classes sociaes”. Além disso, o Sr. Severino Ribeiro declarou que, apesar de sua ligação com o partido conservador, ele era um “orador abolicionista de coração e sem reservas”.<sup>57</sup>

Na década de 1880, a política Imperial não poderia mais ser vista apenas pela ótica dos partidos. Conservadores, liberais, monarquistas e republicanos figuravam como abolicionistas por todo o Império. O cenário político estava mais complexo e confuso, já que a abolição era um projeto defendido por várias correntes partidárias. Não havia uma identidade plenamente homogênea. Em 1884, o abolicionista Joaquim Nabuco pertencia ao partido liberal e se denominava monarquista; José do Patrocínio era abolicionista e defendia as idéias republicanas; Quintino Bocaiúva era republicano e

---

<sup>56</sup> Cf: ALONSO, Angela. *Ibidem.*, pp.97-158.

<sup>57</sup> **APB-CD**, Sessão, 13 de maio de 1884. pp.130-131

abolicionista; André Rebouças era monarquista e abolicionista; Rui Barbosa era monarquista, aliado ao partido liberal e abolicionista. Segundo Angela Alonso, “a distinção entre república e monarquia ficou esmaecida em 1884 em favor da unidade abolicionista da geração de 1870”.<sup>58</sup>

Ricardo Salles alerta que alguns estudos sobre a abolição brasileira levaram em conta uma visão estrutural desse fato. Geralmente, acontecimentos, personagens, pensadores e doutrinas são analisados e considerados apenas frente aos aspectos estruturais do processo de que fazem parte. Assim, quando aparecem possíveis incongruências e paradoxos no comportamento desses atores sociais, estes, por sua vez, são agrupados numa tendência geral, para dar maior coerência num quadro mais amplo de análise do processo histórico. Assim, “possíveis incongruências, como o monarquismo de alguns abolicionistas e o não-abolicionismo ou a indiferença em relação à questão da abolição de outros tantos republicanos, foram descartadas, minimizadas e, até mesmo, consideradas incongruências [...]”.<sup>59</sup>

Mas, afinal, quem eram esses abolicionistas? Fica claro que é difícil identificar as diversas pessoas que estavam engajadas e atuaram no cenário da abolição, e, como bem lembrou Emília Viotti da Costa, não se sabe ao certo “por que alguns indivíduos se tornaram abolicionistas e outros não”<sup>60</sup>. Contudo, podemos delinear, a partir dos discursos veiculados na imprensa e no parlamento brasileiro, como essa identidade abolicionista se forjava e se recriava a cada instante, no calor desse movimento, especialmente, quando o Ceará decretou o fim da escravidão em seu solo, causando certo *frisson* nos diversos grupos sociais que participavam do movimento antiescravista.

---

<sup>58</sup> ALONSO, Angela. Op.cit. p.310.

<sup>59</sup> SALLES, Ricardo. **Joaquim Nabuco, um pensador do Império**. São Paulo: Topbooks, 2002. pp.93-94.

<sup>60</sup> COSTA, Emília Viotti da. Op. cit. p.95.

A proposta de desnaturalização da identidade abolicionista, não implica dizer que ela foi somente uma invenção de muitos historiadores e, também, dos estudiosos do século XIX. Com isso, apontamos que o termo “abolicionista” não teve um significado único no desenrolar da abolição. Porém, esse termo foi forjado e reconstruído, continuamente, ao longo deste processo histórico. Assim, podemos perceber que os sentidos desse termo perpassam a idéia cristalizada e imutável que relaciona a identidade abolicionista apenas às idéias republicanas, ao partido liberal e a uma elite letrada. De início, queremos deixar claro que ser abolicionista em 1880 ou 1884 era muito diferente de o ser em 1888. À medida que esse movimento avançava e recrutava novos adeptos, as idéias relacionadas a sua identidade eram mais aceitas pela sociedade.

O ato de declarar-se abolicionista causava muitas discussões na tribuna do parlamento brasileiro. Na sessão de onze de junho de 1884, houve um acalorado debate entre o deputado conservador da Província do Rio de Janeiro Andrade Figueira e o deputado liberal da Província de São Paulo Martins Francisco Filho. Todo esse debate ocorreu porque o deputado Andrade Figueira apresentou uma representação da Câmara Municipal de Franca (São Paulo), solicitando a decretação de medidas legislativas que reprimissem a propaganda abolicionista. Haja visto o movimento estava se alastrando muito rapidamente na Província de São Paulo, “em consequência do movimento revolucionário que, após ter solapado o Norte do Império, está agitando as províncias do Sul, ameaçando estancar a sua principal, ou antes, a sua única fonte de renda, que é alimentada pelo trabalho servil”.<sup>61</sup> Mas, na verdade, o que levara o município de Franca a enviar a representação para o Parlamento fora o episódio ocorrido em uma cerimônia oficial de inauguração do Fórum da cidade, em que o Juiz Municipal, Henrique Antonio

---

<sup>61</sup> **APB-CD**. Sessão, 11 de junho de 1884, p.50.

Barnabé Vincent, declarara, abertamente, ser abolicionista. A representação denunciava esse fato como se fosse um crime antipatriótico:

Esse magistrado, senhor, em uma cerimônia official, na solemne inauguração do Forum desta cidade, quando esta camara celebrava a collocação do retrato de Vossa Magestade Imperial no paço de suas sessões, ousou, no seu character de Juiz, rasgar a toga em cujas dobras deveram achar asylo seguro os nossos direitos e os nossos interesses, **proclamar-se abertamente abolicionista**, exprobrar os fazendeiros, cuja índole é toda pacífica, e como que fazer um apello à insurreição! Este factio, por si só, brada contra o procedimento irregular do juiz municipal deste termo, tão digno de melhor sorte.

Não há coração patriótico que deixe de suspirar pela extinção da escravidão; mas cumpre curar primeiro da substituição do braço escravo pelo braço livre, e até ahi, toda tentativa de **abolição será criminosa**.<sup>62</sup> (grifos nossos)

Vemos, neste trecho, que declarar-se abolicionista em público era um ato que causava muitas polêmicas, diante de uma sociedade em que a única fonte de renda provinha do trabalho escravo. Assim, apresentar-se de tal maneira, neste momento, não era uma atitude louvável, já que a maioria da sociedade escravocrata ainda defendia o trabalho escravo como uma instituição legítima.

Mas o debate em torno desse episódio não acabou com a apresentação e leitura da representação da câmara municipal de Franca pelo deputado Andrade Figueira. O deputado representante da província de São Paulo, Sr. Martins Francisco Filho, entrou no debate para defender o Juiz das acusações e alfinetar o deputado da Província do Rio de Janeiro por intrometer-se nos assuntos da Província de São Paulo. Segundo o Sr. Martins Francisco Filho, esse episódio estava relacionado com a proximidade do período eleitoral e, apesar de não ser abolicionista, não considerava um ato “criminoso quem pensa de modo diverso”. Essa representação, portanto, não tinha razão de ser

---

<sup>62</sup> APB-CD. Idem, p.51.

apresentada na tribuna do Parlamento e a acusação a respeito de uma possível interferência do Juiz de Franca na questão servil era infundada.

A intervenção ridícula do juiz de direito da Franca, que não é paulista, na marcha e na solução do problema, nem merecia ser trazida ao parlamento. Foi por influencia desse Juiz que a camara municipal remetteu a representação que vem de ser lida, representação que, illudindo a boa fé de um homem sério e illustrado como o Sr. Andrade Figueira, deve, quando trazida à tribuna, merecer o qualificativo de pornographia oratoria.<sup>63</sup>

Para Martins Francisco Filho, discutir questões relativas à propaganda abolicionista no parlamento só serviria para desestruturar os debates sobre o encaminhamento da questão servil. O deputado ainda deixou implícito que essa representação não passava de jogo político, já que o ano eleitoral se aproximava, e essa poderia ser parte de uma estratégia para desestabilizar determinados partidos. Ao finalizar o discurso, em tom irônico, referindo-se à representação de “pornografia oratória”, ele deixava subentendido que tudo fazia parte de uma especulação política. Porém, podemos sugerir que esta fosse, também, uma estratégia para não esquentar mais os debates sobre a questão servil.

Nesse momento, é importante ressaltar que o Império atravessava uma crise política sem precedentes, que vinha se arrastando desde o fim da Guerra do Paraguai e da aprovação da Lei Rio Branco, conhecida como Lei do Ventre Livre, em 1871<sup>64</sup>. Os partidos políticos não atuavam com o mesmo vigor. O partido liberal desde o fim da década de 1860, passava por períodos de dissidências e instabilidade, sendo reunificado somente em 1878. A dicotomia dos partidos conservador e liberal não dava mais a

---

<sup>63</sup> APB-CD. Idem, p.52.

<sup>64</sup> Para saber mais sobre os conflitos e os debates travados em torno da Lei de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, ver especialmente: PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos e escravidão no Brasil do século XIX.** Campinas: Editora da UNICAMP / CECULT, 2001.

tônica nos eventos que sucederam logo após a libertação da província do Ceará e do Amazonas em 1884.

A atmosfera política que se constituiu na conjuntura desses eventos trouxe à tona novas formas de atuação política, fora do âmbito parlamentar. Assim, questões governamentais eram discutidas nas ruas, nos casebres, nas senzalas, nas praças, através dos diversos impressos que circulavam e divulgavam a todo vapor as últimas notícias que abalaram as estruturas políticas do Império.

Tanto nos debates parlamentares, quanto nos jornais, o epíteto “todo brasileiro é emancipador” foi utilizado com veemência para apoiar idéias que defendiam a emancipação gradual. No dia vinte e três de junho de 1884, a questão abolicionista voltava à tona, e os debates na tribuna do parlamento esquentavam mais ainda. O deputado liberal Ignácio Martins (MG) pedia uma posição definida do Gabinete Dantas, diante da “questão momentosa do elemento servil que agitava a nossa sociedade e que não era mais uma questão de partido, porém um movimento social”. Ele ainda disse que “a solução imediata desta questão seria na actualidade um mal extraordinário e de funestas conseqüências. (*apoiados.*). Mas, não há brasileiro que não seja emancipador. (*muitos apoiados*)”<sup>65</sup>.

Célia Azevedo afirmou que os abolicionistas talvez não se distinguissem, essencialmente, dos emancipacionistas, a não ser em relação aos projetos de abolição que defendiam, já que estes defendiam uma extinção lenta e gradual do cativo, mediante a libertação do ventre escravo, enquanto aqueles optavam pela abolição imediata da escravidão. No entanto, a autora pontuou que os abolicionistas tinham posições ambíguas, visto que, às vezes, assumiam propostas de emancipação gradual.<sup>66</sup> Contudo, é relevante pontuar esta diferença, já que os próprios abolicionistas e

---

<sup>65</sup> APB-CD, Sessão, 23 de junho de 1884. pp.189-190.

<sup>66</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Op. cit. 2004, p.75.

emancipacionistas demarcaram seus espaços nas tribunas do parlamento, nas páginas dos jornais e nos diversos impressos publicados no período.

No Jornal *O Fluminense*<sup>67</sup>, o editorial do dia vinte e seis de março de 1884 indicava algumas características, tentando diferenciar os abolicionistas dos emancipadores:

O Ceará

Tem estado a Côrte em festa perenne desde ante-hontem.

Celebra [o coração do Império] o grande acontecimento da libertação completa d' uma provincia que, desde muito, dava indícios de querer chegar a este resultado.

[...]

As palmas que repercutem em todo o Império como signal de applauso á libertação do Ceará, são demonstraões evidentes de que o verdadeiro Americano não quer a escravidão, nem a póde querer.

É, na solução desse problema complexo, que affecta todas as classes da sociedade, apenas em dous campos se dividem as opiniões: **no d'aqueles que querem a abolição e no dos que desejam a emancipação gradual.**

Com certeza se póde dizer que os primeiros são mais adiantados em idéas: resta examinar se serão mais patriotas que os segundos.

Affigura-se-nos que os emancipadores temem as conseqüências de golpes violentos, ao passo que os outros, enthusiasmados pelos acontecimentos, não cogitam d'este ponto.

Felizmente para nós, não ha um brasileiro que não se tenha regozijado com a libertação do Ceará.

[...]

Como imprensa conservadora, saúdamos o movimento emancipador, filho da lei de 28 de Setembro; como imprensa patriótica, saúdamos a provincia do Ceará pela sua libertação.

Possam os clarões d'esse facho de luz melhor ensinar o caminho facil à outras libertações.<sup>68</sup>(grifos nossos)

Na verdade, essa diferenciação entre abolicionistas e emancipadores era corrente entre os que defendiam o fim da escravidão. Na prática, isso significava tomar posição quanto uma questão tão capciosa, que perturbava toda a sociedade da época. O evento do Ceará intensificou mais ainda esse debate em torno da questão servil. Mas, se por um lado os abolicionistas defendiam idéias mais radicais de libertação dos escravos, por

---

<sup>67</sup> O proprietário do jornal *O Fluminense* era o tipógrafo Francisco Rodrigues de Miranda.

<sup>68</sup> *O Fluminense*, Niterói, 26 de março de 1884.

outro, os emancipadores semeavam idéias de extinção do cativo gradual, a partir das leis ditas emancipacionistas.

Se abolicionistas e emancipacionistas mantinham uma diferenciação entre si, o próprio abolicionismo abarcava várias tendências. Sua versão mais radical defendia o projeto de abolição imediata sem indenização dos proprietários de escravos. Pertencendo a este grupo, podemos citar o jornalista e farmacêutico José do Patrocínio e o comerciante João Clapp, que lideravam a Confederação Abolicionista e o *Club* dos Libertos em Niterói, e estavam mais envolvidos com os movimentos populares de contestação à escravidão e com a agitação das classes subalternas nas ruas.<sup>69</sup>

Já a tendência do abolicionismo parlamentar-liberal era a favor da reforma da escravidão através de mudanças estruturais, como os projetos de reforma agrária e do ensino. Dentre os que defendiam esta vertente, estavam o engenheiro e professor André Rebouças, o advogado e deputado Rui Barbosa e o político e advogado Joaquim Nabuco. Contudo, os discursos destes abolicionistas estavam mais voltados para a conscientização dos proprietários de escravos e não se dirigiam diretamente aos cativos.<sup>70</sup> Havia, também, o republicano e jornalista Quintino Bocaiúva, que defendia a reforma política como primeiro passo para as outras reformas, inclusive a do regime escravista. Neste projeto, a abolição dos escravos estava em segundo plano, sendo possível somente após essa reforma política, com a instituição de um regime democrático.<sup>71</sup> É importante notar que estes são apenas alguns exemplos de tendências abolicionistas. De forma alguma, pretendemos elencar todas as variantes deste movimento social, mas demonstrar como ele se apresentava em vários tons e multifacetado, a cada momento, forjando novas identidades.

---

<sup>69</sup> Cf: CONRAD, Robert. Op. cit., pp. 187-191.

<sup>70</sup> Cf: MACHADO, Maria Helena. Op.cit., p.146; Cf: ALONSO, Angela. Op. cit., p.188; Cf: CONRAD, Robert. Ibidem., p. 185-197.

<sup>71</sup> ALONSO, Angela. Ibidem., pp.250-253.

No editorial do *Diário do Brazil* do dia vinte e três de abril de 1884, o editor do jornal alertava ao governo para os problemas que acarretaria uma abolição imediata da escravatura:

Abra os olhos o governo

(Colaboração)

*Tratando-se da libertação dos escravos todos os meios são lícitos, – é simples o conceito mais muito expressivo. (grifos originais)*

Isto é.

Portanto, tratando-se de emancipar o negro tudo é permitido, mas tratando-se de proteger o branco, tudo é infame e infamante. É o que resam as Gazetas.

São estes os dogmas que os abolicionistas proclamam diariamente em todos os tons, com pequenas variantes, mas sempre os mesmos. Dahi não sabem [...]

Ficamos pois entendidos, e sobre isto não disputaremos. Somente desejaríamos que nos dissessem se será de equidade e racional lançar mão de tudo para o negro e nada para o branco, para a preservação da sociedade.

Só o escravo é tudo. A pátria não se conta?

Longe de nós negar o direito de quem que seja a proteger a quem bem pareça. Protejam os abolicionistas a seu bel prazer e em santa paz ao seu pobre querido escravizado, mas pedimos que a par disso nos tolerem procurar por-nos [*sic*] ao abrigo dos excessos que de um momento para outro podem surgir, a preservar o paiz da imminente ruína promovida pela insensata aniquilação de sua riqueza agrícola, quase única, e já por demais ariscada e ameaçada pela concurrencia do estrangeiro.

Apellamos para o bom senso e critério do leitor, afim de sinseramente nos diga se é essa inconsiderada liberalidade para com o escravo, e esse inqualificável manoscabo do agricultor, que o bem da nação aconselha e exige.

**Todos queremos a emancipação, sim mas proveitosa e salutar, tanto para o emmancipado como para o emmancipador – inoffensiva e isenta de perigos para a sociedade [...].<sup>72</sup> (grifos nossos)**

Nesta citação, percebe-se que o editor do jornal faz um apelo ao sentimento nacional dos leitores, para conseguir o apoio da opinião pública contra a propaganda abolicionista e a abolição imediata da escravidão no Império. A alcunha de emancipador

---

<sup>72</sup> *Diário do Brazil*, Rio de Janeiro, 23 de Abril de 1884.

era reivindicada e aclamada pelos grupos que queriam barrar os projetos abolicionistas. Outro ponto interessante que podemos apontar nesta citação é que o editor desse jornal reconhece que o fim da escravidão estava próximo. Contudo, a libertação dos cativos deveria ser feita pelas autoridades, de forma gradual, para que não ocorressem prejuízos para os senhores de escravos.

Entretanto, da mesma forma que alguns jornais da Corte davam apoio aos escravocratas, também havia jornais que levantavam o estandarte abolicionista. Alguns deles já iniciavam as atividades impressas intitulado-se como tais. Este é o caso do periódico *O amigo do escravo*, que, na sua primeira edição, já se apresentava “na liça da imprensa, como soldado bisonho, mas cheio de entusiasmo pela causa que advoga – a redempção dos cativos”<sup>73</sup>. Outro periódico que fez questão de posicionar-se diante da “questão servil” é a folha noticiosa de publicação quinzenal, *Gazeta suburbana*, que se colocou a favor do movimento abolicionista. No editorial intitulado “O grande dia”, o periódico noticia as “grandes festas da abolição” e anuncia uma edição especial em homenagem à abolição do Ceará. Dessa forma, a gazeta afirmava estar aliando-se ao movimento abolicionista que invadia a Corte.<sup>74</sup>

O jornal *O Paiz* inicia suas atividades jornalísticas no início de outubro de 1884, em meio a uma questão sinuosa que abalava a Corte. Era a “questão servil”, que invadia quase todos os debates travados na imprensa, nas ruas, nas tavernas, na tribuna do parlamento, nas assembléias provinciais, enfim, alastrando-se por todos os cantos do Brasil. Portanto, tomar posições contra ou a favor do abolicionismo, neste momento, implicava participar de debates acalorados na imprensa.

---

<sup>73</sup> **O amigo do escravo**, Rio de Janeiro, 27 de Outubro de 1883. Este periódico era um jornal bi-mensal e parece ter tido duração efêmera, já que encontramos apenas duas edições na Biblioteca Nacional - a edição inaugural, de 27 de outubro de 1883 e a de 27 de janeiro de 1884.

<sup>74</sup> **Gazeta suburbana**, Rio de Janeiro, 22 de Março de 1884.

Tal jornal começou a circular autodenominando-se imparcial em relação ao abolicionismo, tendo em vista que estava mais alinhado às idéias republicanas de Quintino Bocaiúva e do proprietário João José dos Reis Junior. Porém, essa neutralidade não durou uma semana. Nas primeiras edições, *O Paiz* já assumiu posições que o levavam em direção à senda abolicionista, embora ainda defendesse o discurso da imparcialidade perante essa questão.<sup>75</sup>

Com o título “Da emancipação ao abolicionismo”, o artigo publicado em três de outubro de 1884, no jornal *O Paiz*, demonstra as ambigüidades da imprensa neste período. O artigo pretende mostrar como o movimento abolicionista estava se desenvolvendo na Corte, a partir de um folheto anti-reformista. Com isso, ele apresenta uma lista de epítetos maldosos e as críticas que a brochura anti-reformista usava contra os abolicionistas, para demonstrar o quanto a reforma da “questão servil” estava avançando, apesar da propaganda que os *clubs* agrícolas faziam contra a campanha pelo fim do cativo. Desta forma, *O Paiz* tenta sair de cena e ficar neutro na disputa entre abolicionistas e anti-reformistas para ressaltar as qualidades do movimento antiescravista. Já que a propagação do abolicionismo estava ligada à vontade nacional:

Uma designação commum poderia reunir as vinte e três associações abolicionistas criadas aqui, nestes dous anos: “*caçadores de peculios de escravos*”. Aos seus actos preside a desordem, a desunião e o egoísmo. Algumas, as mais activas, funcionam simplesmente como “*sociedades banqueteadoras*”, “*clubs de gastronomos*”. As festividades pela redempção do Ceará foram “*palhaçadas ridiculas*”. As conferencias abolicionistas “não reuniam meia casa”. Nas matinées, a bem da mesma causa, as harmonias da música, a perfumada formosura das flores e as graças do sexo gentil não lograram reunir dous mil concurrentes. Os discursos eram

---

<sup>75</sup> Marili de Souza apresenta esta polémica sobre a imparcialidade do jornal *O Paiz* em relação ao abolicionismo. Segundo a autora, o debate durou vários dias e envolveu vários jornais da época, inclusive o jornal *Brazil*, que era um órgão monarquista e colocou em dúvida o caráter imparcial d’*O Paiz*, acusando-o de “partidário”, por suas posições estarem alinhadas ao partido Liberal. Ver: GOMES, Marili de Souza. **Abolicionismo e esfera pública no Brasil**: um estudo sobre a ocupação do espaço público no século XIX. (Dissertação de Mestrado do Departamento de Ciência Política da Fafich). Belo Horizonte: UFMG, 1999. pp.135-136.

“estafadíssimos aranzeis”. Os homens circumspectos “levantam-se enojados” dessas “desordens periódicas”, onde se cometia o nefando horror de “*abraçar em publico os libertados*”...

[...]

Ao revés, porém, dessas justas previsões, o movimento libertador muda rapidamente a fase moral e política do paiz. Redime-se o Ceará, o Amazonas. O Rio Grande segue-lhes a esteira. Goyaz agita-se no mesmo sentido. O Paraná desperta sob o influxo do mesmo pensamento. Os amigos do *Status quo* reivindicam os fóros de emancipadores, não deixando aos adeptos da reforma sinão o título de abolicionistas. Os tribunaes, os governos, a coroa são arguidos da eiva desse contagio incoercível. [...]

Essa propagação miraculosa da Idea libertadora, a despeito dos seus entusiastas, dos seus defensores profissionaes, dos que a entibiam [*sic*], persuadidos de servil-a, denuncia uma força extraordinaria, superior, irresistível.

E essa força não póde ser sinão a vontade nacional. <sup>76</sup>(grifos originais)

Apesar da citação longa, não podemos deixar de observar que ela nos revela vários aspectos importantes da atmosfera política da Corte já apontados neste trabalho. É interessante notar que as festas abolicionistas em comemoração à libertação dos escravos no Ceará foram consideradas “palhaçadas ridículas” e “desordens periódicas” no panfleto anti-reformista, deixando implícito que se prolongaram por um longo tempo na Corte, já que o artigo foi publicado em outubro e a abolição do Ceará ocorrera em março. Mais do que isso, ele revela que houve mudanças na atmosfera política da capital do Império, quando afirma que “o movimento libertador muda rapidamente a fase moral e política do paiz”. Outra questão interessante apontada neste artigo é o trecho em que se propõe que o grupo dos emancipadores estava ligado ao *status quo*, e o dos abolicionistas, aos adeptos da *reforma*. Este seria um indício de que abolicionistas e emancipadores demarcavam seus espaços no cenário político, pelo menos, nesse momento. Podemos afirmar que as diferenças entre esses grupos eram significantes, já

---

<sup>76</sup> O Paiz, Rio de Janeiro, 03 de Outubro de 1884.

que elas são sempre apontadas nos vários embates travados no decorrer do processo da abolição da escravatura no Império.

Com efeito, as festas comemorativas da abolição no Ceará foram eventos que conseguiram reunir vários grupos sociais em torno de uma mesma causa, e as notícias que vinham do Norte ganhavam contornos inesperados e, cada vez mais, envolviam a população da Corte na luta pelo o fim da escravidão no Império do Brasil.

De fato, podemos perceber que a recepção das notícias referentes a os eventos do Ceará pelos diversos atores sociais teve vários desdobramentos, e transformou o cenário urbano do Rio de Janeiro. Além das festas, banquetes, manifestações populares, houve também um acirramento do debate sobre a “questão servil”.

Um sentimento antiescravista foi compartilhado pelos diversos grupos que atuaram no movimento abolicionista, mesmo que fosse momentânea a constituição de uma atmosfera política a favor da abolição. A libertação dos escravos no Ceará conseguiu capitalizar diversos setores da sociedade em torno de um mesmo objetivo: a luta pelo fim da escravidão. Angela Alonso afirmou que os vários grupos da geração de 1870 compartilharam um movimento coordenado de contestação à escravidão em 1884.

Apesar dos grupos contestadores não compartilharem uma identidade única e fixa, consideramos que a identidade abolicionista tentou se constituir, pelo menos, em caráter provisório e multifacetado, na medida em que foi agregando diversos partidos e tendências em um mesmo objetivo, que era abolir a escravidão. Certamente, a sincronia de ações dos diversos grupos que atuaram em prol da abolição tentou forjar identidades provisórias, mutáveis e inacabadas.

O abolicionista Joaquim Nabuco também tinha pretensões de criar um partido abolicionista, mas sabia o quanto era difícil juntar tantos projetos diferentes em uma

mesma linha política. Em sua obra *O abolicionismo*, publicada em 1883, ele aponta as dificuldades de se formar um partido abolicionista. Em suas palavras:

[...] – em vez de fundir-se num só partido por causa de grandes divergências internas entre Liberais, Conservadores e Republicanos – o Abolicionismo venha a trabalhar os tres partidos de forma a scindil-os sempre que seja preciso – como o foi em 1871 para a passagem da lei Rio Branco – reunir os elementos progressistas de cada um numa cooperação desinteressada e **transitoria, numa aliança política limitada a certo fim**; ou que venha mesmo a decompor, e reconstituir os partidos existentes, sem, todavia, formar um partido unico e homogeneo.<sup>77</sup>

Para Nabuco, a expressão *Partido Abolicionista* não se materializava na noção de partido político, devido às divergências internas entre os outros partidos, mas significava, tão somente, o movimento ou uma opinião abolicionista que estava se desenvolvendo de Norte ao Sul do Império. Mesmo que esse partido fosse provisório e, ao mesmo tempo, contingente, ele era necessário para atingir o objetivo de findar a escravidão.

O abolicionismo, porem, não é só isso e não se contenta com ser o advogado *ex-officio* da porção da raça negra ainda escravizada; [...]. Essa obra de reparação, vergonha ou arrependimento, como a queiram chamar – da emancipação dos actuaes escravos e seus filhos é apenas a tarefa immediata do Abolicionismo. **Alem dessa, há outra maior, a do futuro: a de apagar todos os efeitos de um regimen que, ha três seculos, é uma escola de desmoralização e inercia, de servilismo [...].**

O nosso character, o nosso temperamento, a nossa organização toda, phisica, intellectual e moral, acha-se terrivelmente affectada pelas influencias com que a escravidão passou trezentos annos a permear a sociedade brasileira. **A empreza de annullar essa influencias é superior, por certo, aos esforços de uma só geração, mas, enquanto essa obra não estiver concluída, o Abolicionismo terá sempre razão de ser.**<sup>78</sup> (grifos nossos)

---

<sup>77</sup>NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: civilização brasileira & São Paulo: companhia editora nacional, 1938. p.14.

<sup>78</sup> NABUCO, Joaquim. *Ibidem.*, pp.4-6.

Para Joaquim Nabuco, a obra da abolição só estaria completa com a reparação de todos os males causados pelos três séculos de escravidão. Assim, esses ideais abolicionistas ajudariam a acabar com todos os problemas sociais que o regime causou à sociedade brasileira durante sua existência.

Diante da complexidade e instabilidade da conjuntura política da abolição, demonstramos o quanto o fim da escravidão no Ceará, e sua repercussão nas páginas dos periódicos do Rio de Janeiro, foi um evento marcante para os diversos setores da sociedade. Havia inúmeros grupos oponentes a essa causa, embora as festividades abolicionistas da Corte, em homenagem àquela província pioneira, pudessem representar um ponto de consenso entre os vários atores sociais que delas participaram. De outro modo, o que notamos é que o transbordamento dos debates políticos da esfera parlamentar para as ruas transformou o cenário urbano da cidade do Rio de Janeiro, criando uma atmosfera política repleta de incertezas e tensões. Assim sendo, observaremos mais uma face desse cenário conflituoso, ao analisarmos o impacto das notícias sobre a abolição da escravatura do Ceará nos debates parlamentares.

## Capítulo 2

### O influxo da maré: impactos, rumores e expectativas no Parlamento

O problema hoje não é já abolir a escravidão no Brasil, mas em 18 províncias do Brasil. O Ceará tomou a iniciativa e inscreveu-se em primeiro lugar na lista das províncias de solo livre, apenas a obra do Ceará estava completa, apareceu outra encarnação do mesmo espírito nacional no Amazonas, que também se libertou. Hoje que o Amazonas está livre, com que para mostrar a universalidade do movimento pelo Brasil, a maré abolicionista começa a subir no Rio Grande do Sul, na vizinhança do Prata. [...]

Joaquim Nabuco, 1884<sup>1</sup>

Os debates que se travaram no parlamento em torno da questão do “elemento servil” tiveram grande repercussão nas ruas da Corte e no interior da província fluminense, como também os acontecimentos das ruas ecoaram no parlamento. Com isso, pretendemos fazer uma análise desses debates, revelando a atmosfera de conflitos e incertezas que se seguiram logo após a divulgação das notícias sobre a abolição no Ceará.

Para tanto, consideramos que havia uma estreita relação entre o parlamento e as ruas<sup>2</sup> e esses debates extravasaram o recinto parlamentar para os logradouros da cidade, causando mais polêmica e publicidade ao tema da extinção da escravatura. Neste sentido, podemos, também, afirmar que os assuntos debatidos nos becos e vielas da cidade se transformavam em acaloradas discussões na Câmara e no Senado. Marcelo Balaban observou, através da análise da imprensa de caricatura da segunda metade do

---

<sup>1</sup> NABUCO, Joaquim. “A crise da escravidão (11/09/1884)”. In: **Campanhas de imprensa. O movimento abolicionista: artigos publicados nos “a pedidos” do “Jornal do Commercio” 1884-1888.** São Paulo: Instituto progresso editorial S.A., 1949, p. 100.

<sup>2</sup> Segundo Joseli Mendonça, a estreita relação que havia entre o Parlamento e as ruas era repleta de incertezas e conflitos, e, de certa forma, interferia nas decisões parlamentares sobre o encaminhamento político da abolição da escravatura. Cf: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. “O Parlamento e as Ruas”. In: **Acervo Histórico.** São Paulo, 2005, v.3, pp.46-53.

século XIX, especialmente a *Revista Illustrada*, que o tema central desses periódicos era a política e que “os habitantes da cidade respiravam política”, e acompanhavam os acontecimentos do parlamento através das diversas revistas e jornais que circulavam na cidade. Além disso, era hábito costumeiro das pessoas freqüentarem as galerias da câmara e do senado para ficarem bem informadas sobre os eventos políticos, como os atos dos ministros, e as oscilações dos gabinetes, observando atentamente cada ordem do Imperador.<sup>3</sup>

## 2.1 A questão servil

A questão do “elemento servil” era muito debatida, tanto na imprensa, quanto no parlamento, apesar de muitos deputados e senadores recearem tocar nesse assunto. Essa questão sempre vinha à tona, fosse nas discussões sobre orçamento, questão financeira, controle social ou projetos imigrantistas: o debate sobre o “elemento servil” sempre entrava em pauta nas discussões parlamentares e possibilitava acaloradas disputas. Na sessão do dia 23 de junho de 1884, o deputado liberal Ignácio Martins (MG) demonstrou o quanto esse tema era temido na tribuna da câmara dos deputados:

O nobre presidente do conselho achou diante de si questões gravíssimas: duas sobretudo que preocupam todos os espíritos que pensam neste Império. S. Ex. enfrentou essas questões, fez dellas o programa do seu ministério: a questão financeira e a questão do elemento servil, o seu programa é pois completo. Quem interessa pela sorte do nosso paiz, quem procura estudar as nossas cousas fica por vezes receioso ante o estudo das nossas questões financeiras, e não pode portanto deixar de honrar o governo que sinceramente tenta resolvel-as. O outro ponto é o elemento servil, que tem trazido agitada opinião em todo este Império (*apoiado do Sr. Dantas*), e que **parece um vulcão que pisamos**, sem podermos prover os effeitos que pode trazer a sua solução, agravada tanto mais, porque os governos não têm querido encaminhar as opiniões que se manifestam. <sup>4</sup> (grifos nossos)

---

<sup>3</sup>BALABAN, Marcelo. **Poeta do lápis**: A trajetória de Angelo Agostinho no Brasil imperial – São Paulo e Rio de Janeiro – 1864-1868. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2005, p.249. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000375076>. Acesso em: 01 de abril de 2010.

<sup>4</sup> APB-CD. Sessão de 23 de junho de 1884, pp.189-190.

De fato, entrar nesse embate significava iniciar assunto perigoso, e a metáfora do vulcão utilizada por Ignácio Martins (MG) demonstra a cautela com que os deputados o discutiam. Suscitar o debate sobre o “elemento servil” representava o perigo de pisar em terreno desconhecido para a maioria dos parlamentares.

Em agosto, o deputado conservador Manoel Portella (PE) apresentou uma representação do congresso da Sociedade auxiliadora da agricultura de Pernambuco, realizado em 20 de março de 1884. Tal representação informava sobre os motivos da recusa do Congresso Agrícola de Recife em participar das comemorações da abolição, que seriam realizadas no Ceará no dia 25 de março. O secretário geral da Sociedade Agrícola de Pernambuco, H. A. Millet, informou que não concordava com a violação dos direitos de propriedade cometidos pelos abolicionistas cearenses para obterem a eliminação do elemento servil em sua província.<sup>5</sup> Ele também esboçou o temor dos perigos que causariam o estabelecimento de uma província livre no território brasileiro:

[...] pelo estabelecimento (aliás ameaçador para, integridade do território nacional) no meio das outras províncias do Império, de um novo Canadá, uma terra de promessa como chamam-na, onde não terão mais acção alguma real as leis que ainda protegem em nosso paiz a propriedade escrava e para a qual estão sendo encaminhados diaria e clandestinamente pela philantropia abolicionista os escravos das províncias vizinhas.<sup>6</sup>

Além do receio de que o Ceará se transformasse em refúgio de escravos das outras províncias, os políticos da época já haviam expressado outro temor, que era a cisão entre as províncias do norte e sul. Joseli Mendonça pontuou que “o fantasma de um conflito norte-sul vinculado à escravidão encontrou grande acolhida na

---

<sup>5</sup> APB-CD. Sessão 01 de agosto de 1884, p.496.

<sup>6</sup> APB-CD. Sessão 01 de agosto de 1884, p.496.

década de 1880, especialmente após a emancipação dos escravos do Ceará”<sup>7</sup>, uma vez que, os vários eventos em comemoração à abolição naquela província geraram inúmeros protestos entre os parlamentares. O deputado liberal Ignácio Martins (MG) chamou a atenção dos companheiros da Câmara para esse problema:

[...] nós os representantes da nação, temos o dever de nos empenhar com todas as forças para que esta questão não se resolva por um golpe violento e repentino; entre nós estão se dando os mesmos factos que precederam à extincção da escravidão nos Estados Unidos; cumprenos, portanto, tomar medidas para que a solução não seja dada do mesmo modo; si aquella nação pôde supportar o golpe, o Brazil não resistirá na actualidade. (*apoiados.*) [...]<sup>8</sup>

Nesta citação, podemos observar como tal preocupação era corrente entre os parlamentares. A idéia de que a abolição imediata poderia gerar uma guerra civil no Brasil como a que ocorreu nos Estados Unidos expressava a dimensão que atingiram esses temores. Logo, esse era um dos motivos para que os parlamentares se unissem, a fim de resolver a questão do “elemento servil” da forma mais pacífica possível. Célia Azevedo apontou que o debate sobre a cisão entre as províncias do norte e do sul foi gerado, inicialmente, na década de 1870, quando estavam sendo discutidas as medidas restritivas do tráfico interprovincial.<sup>9</sup> Contudo, essa discussão sempre vinha à tona, e a abolição no Ceará fazia com que antigas querelas entrassem em pauta, novamente, nos debates parlamentares.

Nesse outro fragmento do discurso, podemos notar que a maioria dos deputados reconhecia que a abolição da escravatura era inevitável, porém, muitos desejavam prolongar ao máximo esse evento. Para o deputado Ignácio Martins, todo bom brasileiro era emancipador, uma vez que todos tinham a mesma preocupação em relação ao fim do

---

<sup>7</sup> MENDONÇA, Joseli. Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis**: A Lei de Sexagenário e os caminhos para a abolição. Campinas: Editora Unicamp, 1999, pp. 47-48.

<sup>8</sup> **APB-CD**. Sessão de 23 de junho de 1884, p.190.

<sup>9</sup> AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites, século XIX. 2ª edição. São Paulo: annablume, 2004. p.106.

regime escravista, mas a melhor solução para resolver essa questão era que ela fosse encaminhada pelas autoridades, para que se evitasse uma desorganização social. Ainda no mesmo discurso, o parlamentar apontou que:

[...] há mais de dous annos – em 1882, eu pedia no ministério de então que tomasse uma posição definida ante essa questão momentosa do elemento servil, que já agitava a nossa sociedade e que não era uma questão de partido, porém um movimento social; então eu já dizia desta tribuna que não era possível mais oppor barreira ao movimento que se agitava, e que ao governo cumpria encaminhar a questão, para evitar o mal que nos ammeaçava, ou para ao menos minoral-o, e anunciei algumas idéias, das que o nobre presidente do conselho procura pra realizar.

S. Ex. o nobre presidente do conselho não pode ser tido como abolicionista: S. Ex. é como todo bom brasileiro – emancipador...<sup>10</sup>

A questão do “elemento servil” era uma preocupação que norteava as discussões parlamentares desde o início da década de 1880, e uma das reivindicações dos políticos da época, fossem eles conservadores ou liberais, era que a emancipação dos escravos fosse feita através do encaminhamento político do Governo, para evitar uma revolução popular e um caos na sociedade.

Na obra *O abolicionismo*, publicada em 1883, o abolicionista Joaquim Nabuco aponta que a única força capaz de acabar com a escravidão era o Governo:

Sem duvida alguma, o Parlamento, no novo regimen eleitoral, está impondo a vontade dos seus pequenos corrilhos, sobre os quaes a lavoura exerce a maior coacção: mas, ainda assim, o Governo paira acima das Camaras, e, quando seja preciso repetir o phenomeno de 1871, as Camaras hão de se sujeitar, como então fizeram.

Essa é a força capaz de destruir a escravidão, da qual aliás dimana, ainda que, talvez, venham morrer juntas. [...].

A opinião pública, tal qual se está se formando, tem influencia e acção sobre o Governo. Elle representa o paiz perante o mundo, concentra em suas mãos a direcção de um vasto poder político, que estaria prompto para receber sem abalo a noticia da

---

<sup>10</sup> APB-CD. Sessão de 23 de junho de 1884, p.190.

emancipação, se não fossem os districtos de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, e assim é sempre impellido pela consciência nacional a afastar-se cada vez mais da órbita que a escravidão lhe traçou.<sup>11</sup>

Joaquim Nabuco argumentou que somente o Governo, autoridade máxima do país, solucionaria o problema da “questão servil”. Para tanto, este deveria separar-se da classe senhorial. Até aqui, não há nada de novo nas idéias de Nabuco. Nesta época, a palavra de ordem da maioria dos abolicionistas era que a abolição deveria ser feita pelo Estado para manter a ordem nas senzalas.

Em relação a este aspecto, José Murilo de Carvalho afirmou que o fim da escravidão no Brasil foi encaminhado pela ação governamental, que resultou na cisão entre o Rei e os Barões, e, somente a partir do antagonismo entre os grupos dominantes, é que se observou o esfacelamento da “instituição servil”. Além disso, ele considera a abolição do Ceará um evento isolado, sem relevância para o encaminhamento político do fim da escravidão no Império, já que foi fruto de peculiaridades daquela Província, como os aspectos demográficos e políticos.<sup>12</sup> Contudo, essa tese não é a única, existem estudos que apresentam a outra face desse encaminhamento da Abolição. Na medida em

---

<sup>11</sup> NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: civilização brasileira & São Paulo: companhia editora nacional, 1938, p.213.

<sup>12</sup> CARVALHO, José Murilo de. “A política da abolição: o rei contra os barões”. In: **A construção da ordem/Teatro das Sombras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996, pp. 294-322. No artigo “Escravidão e razão nacional”, José Murilo de Carvalho defende que o problema da escravidão no Brasil no século XIX – mais precisamente, após a Independência – era visto a partir dos interesses da Nação. Para tanto, ele utiliza como base os escritos da elite política – José Bonifácio e Joaquim Nabuco –, para embasar a sua tese de que a *razão nacional* moveu os interesses dos abolicionistas contra a escravidão. Sendo assim, a abolição era condição necessária para se construir uma Nação viável e para a formação da nacionalidade. Neste mesmo artigo, ele continua defendendo a tese de que o Estado teve papel decisivo no encaminhamento político da abolição. Em suas palavras: “[...] Pedro II já encomendara em 1866, projetos abolicionistas que, em 1867, estavam sendo discutidos no Conselho de Estado. Era ele, sem dúvida, quem naquele momento empurrava o governo na direção do abolicionismo”. Cf.: CARVALHO, José Murilo de. “Escravidão e razão Nacional”. IN: **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 52. Foi publicado pela primeira vez em: DADOS – Revista de Ciências Sociais, V. 31, n. 3, pp.287-308, 1988.

que percorremos os estudos sobre escravidão e abolição,<sup>13</sup> percebemos que não somente as ações das elites foram decisivas para esse processo histórico, mas que as experiências dos escravos tiveram um importante papel em seu desdobramento.

## 2.2 O vozerio das ruas

O evento no Ceará também foi tema das discussões parlamentares e motivação para um acirramento nos debates sobre a questão servil. Alguns deputados chegaram a propor medidas que controlassem a campanha abolicionista. Na sessão de 11 de junho de 1884, o deputado Andrade Figueira (RJ), conservador, foi um dos que levantou a voz no parlamento contra os abolicionistas, através da denúncia de uma representação da câmara municipal da cidade de Franca de São Paulo:

Senhor! – A câmara municipal desta cidade da Franca do Imperador, da heróica província de S. Paulo, no cumprimento de um dever sagrado, interprete genuína e fiel dos deste importante município, vem, com todo respeito, à presença de Vossa Majestade Imperial solicitar a decretação de medidas legislativas, que, reprimindo a funesta e audaz propaganda abolicionista, poupem-nos ao mesmo tempo o espetáculo de cenas luctuosas e garantam melhor a propriedade e a vida de nossos concidadãos.

Não desconhece o governo de Vossa Majestade Imperial a gravidade da situação da lavoura e o sobresalto contínuo em que vive **o paiz, em consequência do movimento revolucionário que, após ter solapado o Norte do Império, está agitando as províncias do Sul**, ameaçando

---

<sup>13</sup> Esses estudos partem da perspectiva thompsoniana, em que se privilegia a noção de *agência*, com o objetivo de apreender as experiências dos escravos e libertos no processo histórico da abolição. Para isso, partem de novas abordagens teórico-metodológicas que abrem espaço para estudar outras dimensões das experiências dos cativos na história da escravidão no Brasil e privilegiam as lutas cotidianas dos escravos pela liberdade, demonstrando que foram agentes históricos que atuaram ativamente no processo da abolição. Destacamos os estudos de: AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Op. cit., 2004; CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade**: Uma história das Últimas Décadas da Escravidão da Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp / Edufrj, 1994. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Op. cit., 1999. PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da Casa Imperial**: Jurisconsultos e escravidão no Brasil do século XIX. Campinas: Editora da UNICAMP / CECULT, 2001.

estancar a sua principal, ou antes, a sua única fonte de renda, que é alimentada pelo trabalho servil.

A província de S. Paulo não tem escapado á sanha dos revolucionários, e este município já vae sentindo os efeitos de uma propaganda desvairada e antipatriótica. [...] <sup>14</sup> (grifos nossos)

Nesta representação, podemos observar que as preocupações com a segurança pública e a ordem social eram um problema corrente que perturbava os parlamentares e os proprietários de escravos. O medo de que o movimento se espalhasse por todo o Império com a mesma intensidade que atingiu as províncias do Norte, trazendo a desorganização do trabalho servil, estava na lista das inquietações dos parlamentares que defendiam os interesses da lavoura. A amplitude que o pensamento antiescravista estava atingindo era tão grande, que Joaquim Nabuco utilizou a expressão “maré abolicionista” para caracterizar os rumos desse movimento. <sup>15</sup>

Como vimos ao longo de nossa pesquisa, os ecos da abolição no Ceará ressoaram em toda parte do Império, trazendo uma onda de rumores e medo por todo o país. Naquela época, pensar em abolição da escravatura, para alguns parlamentares, era como se fosse decretada a destruição do Império, já que a economia brasileira era sustentada pelo trabalho servil. Desta forma, muitos parlamentares, que eram, em sua maioria, donos de escravos, também foram reticentes quanto às propostas que tinham o intuito de extinguir a escravidão. Os prognósticos feitos pelos parlamentares da ala dos escravocratas eram os mais aterradores possíveis.

Outros episódios relativos à abolição no Ceará foram debatidos na tribuna da Câmara dos deputados. As discussões em torno das festas que ocorreram na Corte em comemoração à abolição daquela província, causaram muitas querelas entre os

---

<sup>14</sup> APB-CD. Sessão de 11 de junho de 1884, p.50.

<sup>15</sup> Cf. NABUCO, Joaquim. “A crise da escravidão (11/09/1884)”. In: **Campanhas de imprensa. O movimento abolicionista: artigos publicados nos “a pedidos” do “Jornal do Commercio” 1884-1888.** São Paulo: Instituto progresso editorial S. A., 1949, p. 100.

parlamentares. Na sessão do dia 8 de maio de 1884, o deputado conservador Lacerda Werneck (RJ) questionou os verdadeiros motivos das festas abolicionistas que ocorreram nas ruas da cidade:

Eu não quero, Sr. presidente, fazer commentarios nem proferir a menor palavra que possa perturbar o somno das pessoas que concorreram para esta festa; fizeram muito bem em applaudir a vinda do Nascimento, da sua jangada, da sua bandeira etc. etc.; mas o que posso assegurar a V. Ex. é que nunca o povo fluminense consentirá que o seu S. Sebastião seja festejado em terras estranhas, nem a heróica província da Bahia irá pedir a hospitalidade de província estranha pra festejar o seu glorioso 2 de julho.

Que motivo occulto, que plano político foi esse de mandarem vir do Ceará este pobre homem da jangada para darem-lhe festas, musicas, discursos e flores?... .

A minha interrogação ahi fica no espaço ...<sup>16</sup>

Nesta citação, podemos notar que as festas que ocorreram na capital em homenagem à abolição no Ceará foram recebidas com desconfiança pelos parlamentares, principalmente, devido à grande comoção popular que causaram, tendo a arraia miúda se manifestado nas ruas da cidade em favor da extinção do regime escravista. Lacerda Werneck estava bastante apreensivo com os rumos do movimento abolicionista. As agitações nas ruas se tornaram motivo de preocupação aos interesses senhoriais, tanto que o deputado criticou veementemente as associações abolicionistas que incitavam as desordens: “Com que direito uma associação sem formula legal levanta uma bandeira ahi nas ruas e praças desta cidade e diz: ‘Quem tiver escravos não póde mais habitar o largo de S. Francisco; ali não se admittem mais escravos’?!”<sup>17</sup> Segundo ele, a situação era tão grave, que certo amigo que morava no interior da

---

<sup>16</sup> APB-CD. Sessão 8 de Maio de 1884, p.92.

<sup>17</sup> APB-CD. Sessão 8 de maio de 1884, p.91.

província lhe escreveu, perguntando se poderia trazer consigo os seus escravos para a sua residência na Corte.<sup>18</sup>

Também devemos levar em consideração que os temores senhoriais em relação a esses eventos estavam relacionados com a radicalização dos movimentos de resistências dos escravos ao cativeiro. Célia Azevedo, acompanhando os debates travados na Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, observou que:

Durante toda a década de 1870 e sobretudo a partir do início dos anos 80, um movimento massivo e espraiado de fugas, assassinatos, revoltas coletivas nas fazendas e manifestações violentas nas cidades e vilas sobressaltou os proprietários e, como vimos, seus ecos não poderiam deixar de ressoar na Assembléia de seus representantes.<sup>19</sup>

De fato, é nesse contexto de revoltas escravas, apontado por Célia Azevedo, que devemos interpretar as pluralidades de apropriações que os parlamentares fizeram dos festejos. Diante das incertezas que esses eventos traziam para a conjuntura política da época, observamos alguns fragmentos do discurso do conservador Barão de Leopoldina (MG), proferidos na sessão de 19 de maio de 1884, na qual o referido deputado nos revela alguns desdobramentos dessa repercussão nas ruas.

Perguntarei ao nobre deputado, desde quando começou a aparecer este movimento entre os lavradores de se colligarem e tratarem de meios de defesa de sua propriedade e pessoa? Não foi por certo logo após a passagem da lei, porém depois dos acontecimentos do Ceará, em Março ultimo, cujo procedimento procura ser imitado nesta côrte.<sup>20</sup>

Para o Barão de Leopoldina (MG), os lavradores estavam agindo em defesa da propriedade e da ordem social, ao organizarem os *clubs* da lavoura para se defenderem dos perigos das propagandas abolicionistas que estavam disseminando o terror nos centros agrícolas. O deputado ainda acrescenta:

---

<sup>18</sup> APB-CD. Sessão 8 de maio de 1884, p. 92.

<sup>19</sup> AZEVEDO, Célia M. Marinho de. Op. cit., 2004, p.149.

<sup>20</sup> APB-CD. Sessão 19 de maio de 1884, p.64.

Posso garantir ao nobre deputado que todos os centros agrícolas atiram sobre o governo a responsabilidade dos excessos praticados pelos abolicionistas desta capital, depois de 25 de Março para cá.

Muitos dos nossos collegas sustentadores do actual gabinete não deixam de accusal-o pela negligencia com que se houve durante os festejos de 25 de Março e dias posteriores.

Estou certo de que, si o governo tivesse logo ao principio desse movimento tomado providencias energicas e legaes, as cousas não chegariam ao ponto em que chegaram.<sup>21</sup>

Neste fragmento, o Barão da Leopoldina acusa o governo de negligente por não tomar medidas repressivas contra esses eventos ocorridos na Corte após os festivais abolicionistas de “25 de Março”. E arrematou, taxativo:

Mas a maneira porque se festejou a jangada sahida do cáes do Pharoux em procissão pelas ruas mais freqüentadas desta capital, sob a impressão de musica, foguetes e vivas, foi um meio de excitar os ânimos e levar o terror aos centros agrícolas.<sup>22</sup>

Nesta citação, podemos apreender os impactos dos festejos abolicionistas nas ruas e nos centros agrícolas. Mesmo que seja através das vozes dos parlamentares – portanto, das elites –, esses debates demonstram que tais eventos foram acompanhados tanto pela população pobre, quanto pelas elites, e marcaram em profusão as discussões travadas na câmara dos deputados e, também, nos jornais que circularam na época. É nessa conjuntura de incertezas que percebemos o quanto a repercussão desse acontecimento foi importante para avivar as discussões em torno da escravidão e dos caminhos da abolição no parlamento.

O deputado conservador Alvaro Caminha (CE) protestou na Câmara contra as diversas acusações que os parlamentares fizeram a sua província. Segundo ele, o Ceará não teve culpa das desordens que ocorreram nas ruas da Corte, as festas foram apenas para comemorar um feito histórico. Mais do que isso, o deputado invocou as

---

<sup>21</sup> APB-CD. Sessão 19 de Maio de 1884, p.67.

<sup>22</sup> APB-CD. Sessão 19 de Maio de 1884, p.67.

declarações da imprensa sobre a abolição do Ceará para demonstrar que ela também apoiara tal feito.

No dia em que foi proclamada emancipação do ultimo escravo no Ceará, este se levantou, como um individuo, para festejar semelhante acontecimento, que, incontestavelmente, é um dos mais gloriosos da nossa historia.

Não sou eu quem o diz: é toda a imprensa do Brazil; nomeadamente invocarei o testemunho do mais antigo orgão de publicidade desta corte, o *Jornal do Commercio*, que o qualificou de facto unico na historia da escravidão e eu direi na historia de todo o mundo.<sup>23</sup>

Enquanto o deputado cearense celebrava o evento de sua província, os outros parlamentares não tinham nada a comemorar, pois esse acontecimento avivou o debate sobre a questão servil na Câmara e nas ruas, causando um clima de insegurança. Depois dos festejos na Corte, o próximo episódio que abalou a tribuna do parlamento em 1884, foi o Gabinete Dantas, que colocou o projeto da libertação dos escravos sexagenários em pauta.

A crise política de 1884 começou com os ecos da libertação dos escravos do Ceará por todo o país, deflagrando uma atmosfera de instabilidade na política do Império. No dia seis de junho de 1884, o deputado liberal Rodolfo Dantas (BA) assumia o Gabinete, com o intuito de resolver a questão servil que abalava o país. Porém, ele encontrou muitos empecilhos em seu caminho.

Em quinze de julho de 1884, o gabinete Dantas apresentou à Câmara dos Deputados o projeto de lei que tinha como proposta libertar os escravos sexagenários, sem indenização a seus proprietários. Essa proposta causou grande agitação no Parlamento, primeiramente, com o pedido de demissão da presidência da Câmara do deputado liberal Moreira de Barros (SP). A imprensa acompanhou de perto todo o

---

<sup>23</sup> APB-CD. Sessão de 09 de maio de 1884, p.7.

movimento na Câmara dos Deputados. O jornal *Folha Nova*, na coluna *Revista do Parlamento*, noticiou a apresentação do Projeto Dantas:

Muito solenne a sessão da Câmara temporaria.

Não cabia uma pessoa no recinto; tribunas e galerias tudo cheio. [...]

Depois de lido, o Sr. Moreira de Barros declarou renunciar a cadeira presidencial, pois ia combater as idéias do ministério sobre a questão servil. [...]

Falaram em sentido ministerial os Srs. Celso Junior e A. de Siqueira e o Sr. Severino Ribeiro, conquanto conservador, declarou apoiar o governo, pois não regateia o seu voto tratando-se de projetos emancipadores ou abolicionistas.[...]

Aceita a questão de confiança e procedendo-se à votação nominal teve o governo por si 55 votos e contra 52.

Triumpho extraordinario, senão pelo seu número da maioria, mas em uma questão que diziam não reuniria senão meia dúzia de votos. [...]

Os cidadãos presentes com a maior calma e respeito assistiram essas decisões.<sup>24</sup>

Como vimos acima, essa pequena vitória do Gabinete Dantas de 55 votos a favor da apreciação do projeto de libertação dos escravos sexagenários na Câmara, e 52 votos contra, não foi suficiente para acalmar os ânimos dos parlamentares. O Ministério se defrontou com uma sucessão de crises. No dia 28 de julho, outra moção de confiança entrou em pauta, mas, desta vez, apesar da votação apertada de 59 contra e 52 a favor, o Ministério Dantas perdeu o apoio no parlamento e teve de encaminhar ao Imperador o pedido de dissolução da Câmara. Para evitar confusões, D. Pedro II decretou a dissolução da casa legislativa.<sup>25</sup>

Segundo Joseli Mendonça, as várias críticas lançadas ao Projeto Dantas, que foram constantemente discutidas no recinto parlamentar nos anos de 1884 e 1885,

---

<sup>24</sup> **Folha Nova**, Rio de Janeiro 16 de Julho de 1884.

<sup>25</sup> Para saber mais detalhes sobre essa votação e seus desdobramentos, ver: MENDONÇA, Joseli Nunes. Op. cit, 1999, pp.137-148; MENDONÇA, Joseli Nunes. **Cenas da abolição**: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, pp.25-26; COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. 8ª edição revista e ampliada. São Paulo: Unesp, 2008, pp.83-87; AMARAL, Alex Lombello. **Cascudos e Chimangos**: Imprensa e Política em São João Del-Rei (1876-1884). Juiz de Fora: UFJF, 2008, pp.197-209. (Dissertação de Mestrado); SANTIAGO, Ana Maria de Almeida. **Repensando a campanha abolicionista**: Elite política e cultura política (1881-1889). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1997, 144-156.

estavam relacionadas à indenização dos proprietários de escravos. O projeto não contemplava os interesses senhoriais e os deputados, incansavelmente, defendiam a necessidade da indenização dos mesmos.<sup>26</sup> Mais do que isso, a proposta da libertação dos Sexagenários veio acompanhada de uma séria crise política, que culminou na queda do Gabinete Dantas, em 1885. Com isso, em onze de maio deste ano, um novo ministério foi organizado pelo Conselheiro liberal José Antônio Saraiva.

Essa atmosfera de incerteza e crise se agravaria mais ainda em 1884. Na região norte, o Amazonas aboliu a escravidão em sua província no dia dez de julho. No dia 22 de julho, o conservador Severino Ribeiro (RS) e o liberal Afonso Celso Junior (MG) pediam urgência na Câmara para inserir, na ata da sessão, o voto de regozijo pela libertação daquela província. Contudo, Moreira Barros (SP) protestou contra essa proposta, alegando que não ela era de urgência e que o Governo não poderia concordar com a maneira como estavam acontecendo as libertações dos escravos na província do Amazonas. Entretanto, o requerimento acabou entrando em votação, mas foi rejeitado por 47 votos contra 45.<sup>27</sup>

Alguns meses depois, em sete de setembro, o Rio Grande do Sul também decretou o fim do cativo. Robert Conrad considerou os movimentos abolicionistas nas províncias do Amazonas e do Rio Grande do Sul um reflexo direto da abolição no Ceará. Seriam as “ondas reflexas do Ceará”, que atingiam o Império de norte a sul.<sup>28</sup> Para Ana Maria Santiago, a eliminação do cativo em tal província representou uma mudança nos rumos da campanha abolicionista:

Em termos de evolução da Campanha abolicionista, os acontecimentos da década de 1880 do Ceará merecem destaque. A

---

<sup>26</sup> MENDONÇA, Joseli Nunes. *Ibidem.*, 1999, p.146.

<sup>27</sup> APB-CD. Sessão de 22 de julho de 1884, pp.266-267.

<sup>28</sup> CONRAD, Robert. CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.241

província, ao eliminar a escravidão, gerou um envolvimento social que repercutiu na Corte e em todo o Império. A abolição da escravidão nesta província e a promulgação da lei dos Sexagenários foram marcos cronológicos do início da última fase do abolicionismo no Império do Brasil.<sup>29</sup>

Com a libertação dos escravos em três províncias, a crise política atingiu seu ápice. Depois desses eventos, o debate sobre a questão servil ficou mais intenso na imprensa, no parlamento, nas ruas, nas tavernas, nas senzalas, nas fazendas, nos sobrado e cortiços da província do Rio de Janeiro. A efervescência política tomava novas dimensões, os parlamentares não sabiam como resolver a questão, porque, a cada instante, o problema se agravava mais.

O deputado Moreira de Barros (SP), em um discurso em que demonstrava preocupação com o debate sobre a *questão servil*, disse “que achava conveniente que esta questão fosse trazida à Câmara, retirada das ruas, onde só se agita e nada se resolve”.<sup>30</sup> Além disso, declarou que, se essa questão não fosse tratada dentro da legalidade, ela traria uma atmosfera de conflitos e poderia,

Dar aos escravos maiores esperanças do que as que podem corresponder à realidade, embalando esses pobres espíritos com idéas que não são exactas, que não têm o alcance que elles supõem, e que, induzindo-os em erro, têm dado em resultado tantas calamidades, tantas injustiças.<sup>31</sup>

A agitação nas ruas provocou várias discussões na câmara, mas o medo de que esse movimento atingisse o eito das senzalas e rebelasse os escravos se tornou motivo de contendas entre os parlamentares. De certo, não era interesse de nenhum político da época que o abolicionismo se espalhasse por todo o Império e causasse desordens nas fazendas e cidades. Tudo dependia dos interesses dos parlamentares para que essa questão fosse resolvida sem nenhum abalo à sociedade.

---

<sup>29</sup> SANTIAGO, Ana Maria de Almeida. Op. cit., 1997, p.41.

<sup>30</sup> APB-CD. Sessão de 18 de julho de 1884, p.352.

<sup>31</sup> APB-CD. Sessão de 18 de julho de 1884, p. 352.

Na sessão parlamentar do dia vinte e nove de maio de 1885, o deputado liberal Antonio de Almeida Oliveira (MA) considerou que o mérito do Gabinete Dantas foi ter trazido para o parlamento a questão do “elemento servil”, “que estava sendo resolvido nas praças públicas e nas ruas...”.<sup>32</sup> Segundo ele, o Gabinete “já encontrou a questão produzindo grande agitação na rua”,<sup>33</sup> ao contrário das declarações de vários parlamentares, que afirmavam que o Governo era culpado pela agitação abolicionista na cidade.

Já o deputado conservador Andrade Figueira (RJ) afirmou que o Governo Dantas estava longe de resolver a “questão servil”, pois “bem longe de trazer a questão das ruas para o parlamento, não fez mais do que levar o governo para o meio da rua”.<sup>34</sup> O deputado considerava que o debate dessa questão no parlamento aumentava mais ainda a agitação social sobre o movimento abolicionista, trazendo mais insegurança aos centros agrícolas. E continuava alfinetando o deputado Rodolfo Dantas:

Esta baléla de que foi elle quem trouxe a questão da rua para o parlamento, tornou necessaria a solução, comprehendeu a magnitude do problema, enfim, todas estas chapas que circulam ahi em honra daquelle gabinete são uma pacholice [*sic*] de mais do nobre ex-presidente do conselho (*risos*); S. Ex. achou a propaganda desenvolvida no paiz; muito antes della, o Ceará tinha libertado os seus escravos, o Alto Amazonas o tinha imitado, o Rio Grande começava a agitar-se no mesmo sentido. Todas as províncias procediam de igual modo.<sup>35</sup>

Nesta citação, podemos observar o quanto essa questão perturbava o parlamento. Não era apenas o debate sobre o “elemento servil” que estava agitando a cidade, mas o deputado alertava também para a questão do avanço da propaganda abolicionista, que já colhia seus frutos com a abolição no Ceará, Amazonas e Rio Grande do Sul. O temor de

---

<sup>32</sup> APB-CD. Sessão de 29 de maio de 1885, p. 167.

<sup>33</sup> APB-CD. Sessão de 29 de maio de 1885, p.167.

<sup>34</sup> APB-CD. Sessão de 31 de julho de 1885, p.255.

<sup>35</sup> APB-CD. Sessão de 31 de julho de 1885, p. 256.

que as outras províncias seguissem o mesmo exemplo estava na pauta de preocupações dos deputados que defendiam os interesses senhoriais. Assim, a missão desses parlamentares seria protelar essa discussão para o futuro. Com efeito, o prazo de validade do regime escravista estava acabando e todos só queriam um “remédio” que desse mais longevidade a essa instituição servil.

Na verdade, as discussões na Câmara sobre as agitações abolicionistas nas ruas foram geradas a partir das homenagens à libertação dos escravos no Ceará realizadas na Corte. Essas comemorações tiveram grande repercussão entre os parlamentares, que não conseguiram evitar as discussões em torno desses eventos. Muitos apertes e protestos foram proferidos na tribuna do parlamento e causaram uma maior publicidade nos debates sobre a “questão servil”, que já estavam sendo discutidos nas ruas e praças da Corte, como declararam vários deputados.

Os centros agrícolas também enviaram diversas representações para a Câmara dos Deputados, queixando-se desses eventos, da instabilidade nas fazendas e da atmosfera de incertezas e conflitos que se espalhava rapidamente pelos longínquos cantos do Brasil. Enquanto isso, os *clubs* da lavoura se organizavam para defenderem seus interesses senhoriais. As confusões nas galerias da Câmara aumentaram quando o Gabinete Dantas apresentou a proposta da lei dos Sexagenários, que não contemplava os proprietários de escravos com a indenização. As emancipações do Rio Grande do Sul e Amazonas delineavam um novo cenário e agravavam a crise política.

As decisões parlamentares eram acompanhadas e discutidas nas esquinas das cidades e nos pátios das fazendas. A população do Rio de Janeiro se apinhava nas galerias da Câmara e nos *meetings* abolicionistas, ávidos pelo desfecho dessa questão.

Os debates sobre a “questão servil” que estavam sendo travados nas ruas e as comemorações na Corte acirraram mais ainda as discussões parlamentares acerca do fim

da escravidão. Mais do que isso, esse debates foram repletos de incertezas e disputas, marcadas pela estreita relação que havia entre o parlamento e as ruas.

### Capítulo 3

#### Os clarões da liberdade: as repercussões da abolição do Ceará no Rio de Janeiro

A escravidão é a mancha negra. O Ceará inventou a mancha crystallina. Pingou a liberdade em um ponto do território; o pingo vai-se alargando e invadindo o resto. A mancha da escravidão é passageira, a da liberdade será eterna.

Machado de Assis, 1883<sup>1</sup>.

Em vinte e quatro de maio de 1883, data que marca a abolição da escravidão em Fortaleza, a capital da província do Ceará<sup>2</sup>, Machado de Assis fez um prognóstico dos possíveis desdobramentos da abolição daquela província no Império do Brasil, utilizando-se da metáfora do pingo de liberdade que se espalharia por todo o território brasileiro. Para a maioria dos abolicionistas, a iniciativa da província cearense marcaria profundamente a sociedade da época. A emancipação total dos escravos no Ceará não havia se consumado ainda, entretanto, já figurava nas imaginações abolicionistas e na elite letrada da Corte e, quiçá, do mundo, como o grande evento que marcaria o final do século XIX.

As primeiras notícias que indicavam a data marcada para o fim da escravidão no Ceará impressas nos jornais da Corte foram divulgadas em meados do mês de janeiro de 1884, através de um telegrama publicado no *Jornal do Commercio*. Nesta publicação, a Sociedade Abolicionista Cearense anunciava a data da libertação total da província do Ceará e as comemorações que iriam ocorrer nas ruas da Corte<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> **A Terra da Redenção**: órgão dos cearenses abolicionistas. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1883.

<sup>2</sup> **A Terra da Redenção**: órgão dos cearenses abolicionistas. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1883. Lembrando que o primeiro município do Ceará que aboliu a escravidão foi o Acarape no dia primeiro de janeiro de 1883 e a cidade de Fortaleza aboliu a escravidão em vinte e quatro de maio de 1883.

<sup>3</sup> **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1884.

De fato, quanto mais se aproximava o dia em que seria decretado o fim da escravatura no Ceará, mais as instituições abolicionistas se mobilizavam para organizar diversas comemorações na cidade do Rio de Janeiro. No dia três de março de 1884, João Clapp, o presidente da Confederação Abolicionista<sup>4</sup>, convida Miguel Archanjo Galvão para participar das festas que seriam realizadas pela Confederação para homenagear a libertação dos escravos na província cearense

O dia 25 de março proximo, está marcado para a total libertação da provincia do Ceará.

Este facto, de um alcance que todos avaliarão, para este paíz, marcará no futuro uma nova data gloriosa. Importando elle, não só á Província do Ceará, mas todo o Brazil, como um grande exemplo, entendeu a Confederação Abolicionista da Côrte realizar n'esta capital, no Theatro Polytheama Fluminense durante três dias, festas populares commemorativas d'esses estrondoso acontecimento.

Neste intuito tem a honra de convidar a V. Ex<sup>a</sup> e sua Ex<sup>a</sup> familia para assistir a esses festejos, sollicitando o seu brilhante concurso, para a causa que se póde definir hoje como a aspiração nacional.<sup>5</sup>

Os abolicionistas da Corte queriam transformar a abolição do Ceará em um evento que marcaria para sempre a nação brasileira, sendo um exemplo que deveria ser seguido por todas as províncias do Império. No editorial da *Gazeta da Tarde* do dia doze de março, a redenção dos cativos do Ceará é aclamada como os “primeiros clarões” que marcariam a História do Brasil e seriam cognominados de “festa Nacional”.<sup>6</sup> Edmar Morel pontua que houve uma grande comoção popular nas ruas da Corte com as festividades feitas em comemoração ao “Ceará Livre”, principalmente, com a presença do Jangadeiro José Francisco do Nascimento. Segundo Edmar Morel,

---

<sup>4</sup> A Confederação Abolicionista foi criada em maio de 1883 na redação da *Gazeta da Tarde* por diversos grupos contrários à escravidão. Segundo Conrad, a idéia de unir os diversos clubes abolicionistas em uma mesma associação ou aliança surgiu a partir de uma reunião em que estavam presentes João Clapp, José do Patrocínio e o Tenente Manoel Joaquim Pereira do Ceará, no Hotel Bragança no Rio de Janeiro. Cf: CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.234.

<sup>5</sup> Acervo da Biblioteca Nacional - Manuscritos: **Cartas e outros escriptos. Centro, Sul e Norte e paizes estrangeiros**. Carta de João Clapp para Miguel Archanjo Galvão. Rio de Janeiro, 3 de março de 1884.

<sup>6</sup> **Gazeta da Tarde**. Rio de Janeiro, 12 de março de 1884.

“as ruas tomaram aspecto de festa: o povo aglomerava-se e a curiosidade era grande para ver Nascimento”.<sup>7</sup>

É interessante notar que os meios de comunicação diminuíram as distâncias entre as províncias e permitiram que as notícias se espalhassem com mais rapidez por todo o Império, fazendo com que estas ecoassem por todos os cantos longínquos do imenso Brasil. O telegrama era um meio de comunicação bastante utilizado pelos jornais do século XIX para divulgar informações de outros lugares e, até mesmo, de outros países. Podemos perceber que, no fim do século XIX, é notória a utilização desse recurso como forma de comunicação. Segundo Sodré, em 1865, o governo já estava preocupado em construir uma linha telegráfica entre a Corte e Porto Alegre, tendo em vista que as agências dos Correios não conseguiam dar conta da troca de informações diária do Império. Apesar dessa importância, os meios de comunicação mais comuns ainda eram os paquetes, vapores e ferrovias que circulavam com mercadorias, escravos e notícias.<sup>8</sup>

Deve-se observar que houve um avanço na circulação de informações no Império nas últimas décadas do século XIX, tendo em vista que elas chegavam mais rápido e se espalhavam pelas cidades e pelo interior das províncias, ganhando contornos extraordinários e despertando o interesse da opinião pública. Angela Alonso apontou que “a introdução do telégrafo em 1874, permitiu uma maior circulação de informações entre as próprias províncias e institucionalizou a sessão de notícias internacionais”.<sup>9</sup>

Para Marili de Souza, a ampliação das ferrovias no Império em meados do século XIX contribuiu para a melhoria nos meios de comunicação. De certa forma, “a

---

<sup>7</sup> MOREL, Edmar. **Vendaval da Liberdade**: a luta do povo pela abolição. São Paulo: Global, 1988, p.156.

<sup>8</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966, pp.237-240.

<sup>9</sup> ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.279.

ampliação da comunicação resultaria, também, na ampliação das relações de troca, de notícias e de sociabilidades”.<sup>10</sup> E, com essa nova realidade que se estabelecia através da melhoria do sistema viário, “as notícias começaram a circular mais rapidamente, surgiram jornais em maior número, em municípios agora beneficiados com meios de transportes mais eficientes e regulares, surgiram as associações artísticas e culturais”.<sup>11</sup> Marili de Souza ainda informa que o desenvolvimento dos meios de comunicação teve importante papel na formação do espaço público no Império. Assim, com o avanço da circulação de notícias através dos jornais, criou-se um espaço de debates entre os diversos setores da sociedade. E, cada vez mais, a imprensa passava a ser um *locus* privilegiado de discussões; desta forma, a sociedade ficava mais informada e, ao mesmo tempo, despertava-se o interesse da opinião pública em torno dos problemas da época. A autora também ressalta a participação da imprensa no processo abolicionista, tendo em vista que os jornais não apenas divulgaram o movimento, mas, enquanto instituições da esfera pública, atuaram como atores políticos, formando uma opinião popular em favor da abolição.<sup>12</sup>

Em relação à formação do espaço público no Império, Marco Morel aponta que, somente a partir de 1821, com a liberdade de imprensa estabelecida no Brasil, houve um acentuado crescimento da imprensa e uma transformação nesse espaço, “marcado pelas formas de comunicação típicas dos Antigos Regimes (como as gazetas, pregões, bandos, exibição de cartazes impressos ou manuscritos nas ruas, leituras coletivas e proclamações em voz alta, entre outros)”,<sup>13</sup> para os debates através dos jornais. Contudo, Morel ressalta que as formas de comunicação do Antigo Regime não

---

<sup>10</sup> GOMES, Marili de Souza. **Abolicionismo e esfera pública no Brasil**: um estudo sobre a ocupação do espaço público no século XIX. (Dissertação de Mestrado do Departamento de Ciência Política da Fafich). Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 98.

<sup>11</sup> GOMES, Marili de Souza. Ibidem, p.101.

<sup>12</sup> GOMES, Marili de Souza. Ibidem, pp. 113-142.

<sup>13</sup> MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005, p.205.

desapareceram, pelo contrário, continuaram presentes mesmo após a consolidação da imprensa periódica. Além disso, com a proliferação dos impressos, a opinião pública surge como instrumento de debates, constituindo novas formas de sociabilidades.

### 3.1 Impressos, circulação de notícias, medos e rumores

À medida que surgiram, nos jornais, as primeiras informações de que seria decretada, no dia 25 de março de 1884, a abolição da escravatura no Ceará, aumentou, também, o número de notícias relacionadas à questão servil, à escravidão, à abolição, à imigração, às revoltas e insurreições escravas, entre outros assuntos, nos periódicos da Corte.

Em vinte e dois de março de 1884, o jornal *Diário do Brazil*, periódico que defendia os interesses dos proprietários de escravos, trazia em suas páginas notícias que alarmavam sobre os perigos que a circulação de informações sobre a abolição do Ceará traria para a lavoura.

Perigo Social:

[...] Não se está vendo o que se dá com a grande festa *Nacional*?

Existindo, pois, o perigo social, como fica demonstrado, embora embryonario, cumpre tratar-se do antídoto antes que tome corpo e cresça.

Fujamos de toda e qualquer precipitação. Nada de imitar o magnanimo Ceará, o qual pauperrimo e exausto pela secca, depois de haver realizado o *valor* da parte *valiosa* de sua escravatura, lançou-se ao heróico commettimento de libertar o seu generoso solo da vergonhosa mancha com que até então vivera em santa paz, satisfeito e honrado. [...]

Quando factos destes são aceitos como objectos dignos de imitação e applausos, da-se indubitavelmente um largo passo na carreira do desconhecido e quiçá da ruina.

Decididamente o Ceará não pode servir de modelo. [...]

A palavra *emancipação* para os escravos não tem nem póde ter senão uma interpretação: - liberdade ampla e sem pês de aceitar ou recusar trabalho como bem lhes aprouver [...].<sup>14</sup> (grifos originais)

---

<sup>14</sup> *Diário do Brazil*, Rio de Janeiro, 22 de março de 1884.

As principais preocupações e medos dos senhores de escravos estavam relacionadas com as notícias que circulavam na Corte e no interior da província fluminense sobre a libertação dos escravos no Ceará, uma vez que a idéia de um território livre em um país escravista abriria precedente para que o mesmo evento acontecesse em outras províncias do Império. Vários questionamentos entraram em pauta naquele momento: qual seria o impacto da recepção dessas notícias nas senzalas e cortiços em que viviam os escravos? E como eles se apropriariam dessas idéias? Tais questões permearam o imaginário de todos os habitantes do Rio de Janeiro. Para os escravocratas, essas notícias representavam um perigo para a sociedade, já que poderiam ocorrer revoltas de escravos e a conseqüente desorganização do trabalho servil, o que causaria muitos danos à economia brasileira. Dessa maneira, podemos dizer que o medo rondava a população do Rio de Janeiro e, também, das províncias que continham uma grande concentração de escravos. Com efeito, os anos finais da escravidão foram marcados por uma onda de medo de revoltas escravas que se espalhava por todas as áreas urbanas e rurais.<sup>15</sup> Segundo Gomes,

Rumores de revoltas e levantes foram uma constante na história da escravidão no Brasil. Em todas as partes e épocas, autoridades e fazendeiros viveriam amedrontados com a possibilidade de eclosão de insurreições generalizadas. [...]. No Brasil, pelo menos desde o início do século XVIII, com a grande concentração de escravos africanos e, também, o desenvolvimento de núcleos urbanos, autoridades, fazendeiros, lavradores e a população branca em geral temiam as conseqüências advindas de um levante de grandes proporções, ainda mais sendo liderado por uma maioria de africanos. Outrossim, a história do medo de revoltas escravas tinha seus próprios contextos, determinações e desdobramentos.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Alguns autores também abordam essa temática do *medo* de revoltas escravas na sociedade escravista no século XIX, dentre estes, destacam-se os trabalhos de: AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites, século XIX. 2<sup>o</sup> edição. São Paulo: annablume, 2004; CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade**: Uma história das Últimas Décadas da Escravidão da Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; GOMES, Flávio dos Santos. História, protesto e cultura política no Brasil escravista. SOUZA, Jorge Prata de, (org.). **Escravidão**: ofícios e liberdade. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, 1998; e MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp / Edufrj, 1994.

<sup>16</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *Ibidem*, 1998. p.71.

As notícias que se reproduziam nos jornais e outros impressos tinham um alcance bem maior do que se imagina, elas conseguiam propagar rumores e expectativas nos quatro cantos do Brasil. É o que observaremos nesta notícia veiculada na coluna *Gazetilha do Jornal do Commercio*, no dia treze de fevereiro de 1884:

Escravos refugiados — tendo vários cidadãos da capital do Piauí representado contra o facto de refugiarem-se escravos daquela província na do Ceará, onde são acolhidos pela protecção dos habitantes, foi a representação enviada pelo ministério da agricultura ao dos negócios da Justiça, por tratar de objecto da competência desta repartição ministerial.<sup>17</sup>

A partir deste noticiário, podemos analisar alguns indícios das percepções políticas dos escravos. Tendo em vista que estes podiam ter conhecimento do que estava acontecendo em outras províncias, quiçá no mundo, faziam suas avaliações das notícias que eram publicadas nos jornais, apropriando-se delas, até mesmo, em benefício próprio e tirando proveito dessa situação a partir de suas percepções políticas.<sup>18</sup> Tal notícia também pode ser um indício de que as ações desses escravos nas “províncias do Norte” eram correntes, mesmo antes da decretação da abolição no Ceará. Ao tecer considerações sobre a campanha abolicionista no Ceará, Conrad afirma que:

Ainda muito antes da conclusão da campanha de libertação do Ceará, os acontecimentos nessa província começaram afetando as regiões vizinhas. Em maio de 1883, o Ceará já era um refúgio de fugitivos das províncias vizinhas, com a área afetada espalhando-se para fora até que a atração da “Terra da Luz”, como Patrocínio lhe chamava, se fez sentir tão a sul quanto São Paulo. Queixas contra os protetores dos fugitivos, no Ceará, começaram vindo de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Piauí, as três províncias com fronteiras com o Ceará, e os protestos depressa foram ouvidos até do longínquo Rio de Janeiro.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1884.

<sup>18</sup> Para saber mais sobre essa perspectiva que conecta diversas experiências de agentes históricos através do Atlântico, analisando os temores de revoltas escravas e suas repercussões, ver especialmente: GOMES, Flávio dos Santos. “Experiências transatlânticas e significados locais: idéias, temores e narrativas em torno do Haiti no Brasil escravista.” In: **Tempo**. Rio de Janeiro, nº13; V.7; jul. 2002, pp209-246.

<sup>19</sup> CONRAD, Robert. Op. cit., p.230.

Nos últimos anos da escravidão, os escravos protagonizaram várias experiências de liberdade. Em muitas delas, eles demonstraram que sua noção de liberdade não se limitava apenas em serem livres dos mandos e desmandos dos senhores, mas consistia, também, em impor a sua vontade em momentos de conflitos.<sup>20</sup> Nesse sentido, os conflitos e as negociações faziam parte do cotidiano dos cativos. Ao fazer um estudo sobre a experiência dos escravos na Corte nos últimos anos do regime escravista, tendo a *cidade negra* como cenário principal dessas experiências de escravidão e liberdade, Chalhoub aponta que:

A cidade negra é o engendramento de um tecido de significados e de práticas sociais que politiza o cotidiano dos sujeitos históricos num sentido específico – isto é, no sentido da transformação de eventos aparentemente corriqueiros no cotidiano das relações sociais na escravidão em acontecimentos políticos que fazem desmoronar os pilares da instituição do trabalho forçado [...] Em suma, a formação da cidade negra é o processo de luta dos negros no sentido de instituir a *política* – ou seja, a busca da liberdade – onde antes havia fundamentalmente a *rotina*.<sup>21</sup> (grifos originais)

É importante notar que a resistência escrava, por exemplo, não se limitava apenas a fugas, crimes e insurreições. Novos estudos demonstram que, por trás das ações de protestos dos escravos, havia interesses políticos que norteavam todas as suas ações, isto é, os escravos pensavam e agiam de acordo com lógicas próprias. Dessa forma, suas ações não eram irracionais, nem tampouco simples reações à opressão do regime escravista.<sup>22</sup> Portanto, as práticas contestatórias dos escravos eram apenas algumas das formas de eles dizerem não e imporem seu ritmo nas negociações.

---

<sup>20</sup> Já existem trabalhos que abordam o tema da polissemia do conceito de liberdade na sociedade escravista no século XIX, Ver, especialmente: CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade: uma história das Últimas Décadas da Escravidão da Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: Rotinas e rupturas do Escravismo no Recife 1822-1850**. Recife: UFPE, 1998.

<sup>21</sup> CHALHOUB, Sidney. *Ibidem*. p.186.

<sup>22</sup> Dentre os estudos que abordam a temática da percepção política dos escravos e as múltiplas experiências escravas em busca da liberdade, ver: GOMES, Flávio dos Santos. “História, protesto e cultura política no Brasil escravista.” SOUZA, Jorge Prata de, (org.). **Escravidão: ofícios e liberdade**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, 1998; e MACHADO, Maria Helena.

Um artigo de João Reis<sup>23</sup> sobre uma greve de escravos na Bahia na metade dos Oitocentos demonstra que alguns cativos, principalmente, aqueles de ganho<sup>24</sup>, protestaram contra uma postura municipal que regulamentava seu trabalho nas ruas de Salvador. A motivação da greve estava relacionada com a lei de 1857 que tinha como objetivo controlar o trabalhador africano em Salvador. Tal postura obrigava os escravos a trazerem uma chapa de metal no pescoço sempre que estivessem no ganho. Segundo Reis, “mais do que rejeitar o controle do seu trabalho, os africanos rejeitavam aquela forma pacífica de controle. O uso das chapas era tido como humilhante. [...]. Se a argola punia o pecado da rebeldia, a chapa parecia punir o pecado da origem africana dos ganhadores.”<sup>25</sup>

Assim, diante dessas medidas de controle social, os ganhadores de Salvador fizeram uma paralisação que durou uma semana, numa forma de protesto pacífico, conseguiram fechar o comércio, afinal, tanto esta, como as diversas outras atividades urbanas dependiam da mão-de-obra negra. Os escravos ganhadores de Salvador foram vencedores e conseguiram seu objetivo, que era abolir o uso da placa de metal no pescoço quando estivessem trabalhando nas ruas. Certamente, os protestos dos cativos não se resumem simplesmente a movimentos de rebeldia, violência e revolta. São manifestações bem mais articuladas, que envolvem as percepções políticas específica desses trabalhadores. Os escravos tinham uma noção do que seria justo e injusto no mundo da escravidão e reivindicavam seus direitos quando era necessário.

---

**O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp / Edufrj, 1994; CHALHOUB, Sidney. Ibidem, 1990.

<sup>23</sup> REIS, João José. “A greve negra de 1857 na Bahia”. In: **Revista USP**. São Paulo, n.18, 1993, pp. 8-29.

<sup>24</sup> Os escravos de ganho ou *ganhadores* eram escravos que tinham uma maior autonomia em relação aos que trabalhavam na lavoura, uma vez que eles trabalhavam nas ruas e só tinham que pagar o *jornal* para seus senhores. Muitos desses escravos moravam em cortiços nas cidades próximas de seus locais de trabalho. Essa era uma das facetas da escravidão urbana que forjava uma cultura escrava mais autônoma e ousada. Cf: REIS, João José. Ibidem, pp.9-10.

<sup>25</sup> REIS, João José. Ibidem, p. 24.

Uma interessante notícia transcrita do *Monitor Campista* de Campos pelo *Jornal do Commercio*, no dia dez de fevereiro de 1884, sob título “Os escravos da fazenda de Santa Cruz”, demonstra como os cativos agiam na década de 1880. Eles lutavam por condições de vida melhores e aproveitavam a intensificação do movimento abolicionista e a discussão que se forjou em torno da questão servil para reivindicar, protestar e exigir um melhor tratamento no cativeiro.

Os escravos da fazenda Santa Cruz – Sob esta epigrafhe noticia o *Monitor Campista*, de 6 do corrente.

“Hontem de manhã apresentarão-se nesta cidade cerca de trinta escravos da fazenda Santa Cruz, os quaes forao á casa do Sr. Dr. Juiz Municipal, João Pedro de Sabóia Bandeira de Mello, para pedir-lhe que fizesse e que voltasse para aquella fazenda dous escravos, como elles pertencentes ao Sr. Barão de Miranda, quês este separa delles e mandára para a outra fazenda de S. Gonçalo: dizendo mais que estavão promptos a servir ao seu senhor, mas desejavão estar todos juntos em Santa Cruz.

“O Sr. Dr. Juiz Municipal repondeu-lhes que não tinham seção nenhuma nesse caso, aconselhando-os a que voltassem para a fazenda e fazendo-lhes ver que o Sr. Barão de Miranda podia tê-los nesta ou naquela fazenda, como lhes parecesse, e que procurassem dar satisfação a seu senhor até que ficassem livres, pois segundo o acto do seu finado senhor commendador Julião Baptista Pereira de Almeida, só ficarão livres em 25 de dezembro de 1886.

“Estes escravos etão comprehendidos na disposição da carta que já publicamos a 9 de agosto do ano passado, e que hoje reproduzimos para **que se possa apreciar e jugar a opnião que tem corrido de que estão já livres.** O Sr. Barão de Miranda, tendo vindo à cidade, entendeu-se com o Sr. Delegado de polícia em exercício Affonso Osório, o qual mandou recolher alguns escravos á cadêa, e remeteu outros com uma escolta de policiaes para a fazenda Santa Cruz.

“Este acontecimento motivou hontem na cidade muitas versões e apreciações, **pois o espirito publico, com o vivo interesse, segue o curso dos acontecimentos que prendem á grande questão do dia;** e mais uma vez nesta occasião se tornou evidente a necessidade de ser a lei rigorosamente cumprida, tanto em prol do senhor como do escravo. [...]”<sup>26</sup> (grifos nossos)

De fato, esses escravos negociavam a volta de seus companheiros de cativeiro, com a idéia de que já estavam libertos, tendo em vista que a futura alforria prometida por seu falecido senhor já lhes dariam direitos como tal. O jornal *Diário do Brazil*

---

<sup>26</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro de 10 de fevereiro de 1884.

também anunciou, na coluna *Noticiário*, esse protesto dos escravos da fazenda Santa Cruz, mas com o título “Insubordinação de escravos”. Com tons de denúncia, o jornal coloca a culpa desses protestos na propaganda abolicionista.<sup>27</sup> Infelizmente, neste caso, os cativos do Barão de Miranda, que reivindicavam possíveis direitos que teriam como futuros libertos, não obtiveram êxito nas negociações. Porém, conseguiram despertar o interesse da opinião pública, já que o debate sobre a questão servil estava se acirrando mais ainda, em virtude das notícias e rumores que se espalhavam sobre a emancipação do Ceará e as festas abolicionistas que ocorreriam na Corte.

Alguns meses depois das referidas comemorações, as notícias sobre seus efeitos se reproduziam e circulavam em toda a província fluminense. Em abril de 1884, os ecos dos festejos abolicionistas ainda ressoavam em seu interior. A passeata que os cativos da fazenda da Glória, do município do Carmo, empreenderam deixou os ânimos dos proprietários de escravos muito exaltados. Para esses senhores, a manifestação já era o início da desorganização do trabalho servil. Além disso, o movimento abolicionista tomava proporções inesperadas e se espalhava cada vez mais por todos os cantos do Rio de Janeiro escravista. Embora a notícia não deixe claro em que cidade os escravos foram procurar os festejos abolicionistas, tendo em vista que a Corte era um pouco distante do município do Carmo, supomos que tenham ido para a cidade de Cantagalo, próxima do município do Carmo, para festejar ou saber mais informações sobre as festas abolicionistas que ocorreram na Corte em homenagem à abolição do Ceará.

Efeitos do abolicionismo

Lê-se no Correio Cantagallo:

As grande festanças do dia 25 de março em honra ao Ceará, a procissão da Jangada, a kermesse e o mais, já vão produzindo os seus necessários resultados, attenta a inércia, em que ficamos ante os preparativos perversos dos mal intencionados.

---

<sup>27</sup> **Diário do Brazil**, Rio de Janeiro de 10 de fevereiro de 1884.

A desorganização do trabalho começa pela insubordinação dos escravos; por enquanto é a revolta habitual pela fuga, mas em grandes turmas, amanhã o que será?

Hontem chegaram á esta cidade 21 escravos da fazenda da Glória do Município do Carmo e procuram o Dr. Damasceno, certamente por terem ouvido contar que S. S fora festejado aqui <<no grande dia do Ceará>> e portanto seria o mais propício á seus intuitos: infelizmente porém para elles, o Dr. Damasceno acolheu-os à cadêa da Cidade, de onde devem sahir para serem entregues á seu senhor .

Durante essa passeata, o serviço da fazenda que se atraze; e renove-se ella, multiplique-se e estenda-se; e ahi está desorganizado o trabalho.

Cumpre por cobro a esse estado de cousas: unam-se os lavradores, o comercio, que é tão interessado como elles, deve estar prompto á adherir liga.

Forme-se a liga <<da ordem>>, que os adeptos são numerosos e fortes e a liga será invencível.

Já está se formando em vários pontos desta província e da província de São Paulo, clubs da ordem, constituamos também o nosso neste município: vai nisso a salvação de nossa vida e fortuna e a salvação do Estado.<sup>28</sup>

Esta citação é interessante para apreendermos como foi a apropriação das notícias relacionadas à abolição do Ceará pelos escravos no Rio de Janeiro. Sendo assim, algumas reflexões são importantes para pensarmos a relação entre tais escravos e os impressos que circulavam e eram apropriados e re-significados, cotidianamente, na sociedade escravista. Primeiramente, como eles souberam das festas em homenagem à libertação dos cativos do Ceará? E por que eles procuraram uma autoridade para ter informações sobre esses eventos?

O noticiário em questão pode ser revelador de muitas nuances do processo histórico da repercussão da abolição da província do norte no Rio de Janeiro. Dessa forma, podemos propor que não havia um fosso entre os escravos e as palavras impressas, já que essas notícias que circularam nos jornais chegaram, de alguma forma, até aos ouvidos desses cativos. Eles, por sua vez, se apropriaram de tais informações, para mostrarem-se solidários com os cativos do Ceará e comemorar, também, o prenúncio de bons tempos que surgiriam em suas vidas, a partir desse novo cenário que

---

<sup>28</sup> **Diário do Brazil**, Rio de Janeiro de 23 de abril de 1884.

acabara de se formar com a abolição na província cearense. Além disso, o fato de eles procurarem os festejos abolicionistas pode ser um indício de que era costume dos escravos organizarem, promoverem e participarem de festas específicas. Quanto ao fato de buscarem uma autoridade para saber mais informações sobre os festejos, seria este mais um aspecto que envolvia as percepções políticas dos escravos, haja visto que os próprios viam as autoridades como mediadores das relações entre senhores e cativos. Segundo Sidney Chalhoub, era muito comum os negros que cometiam crimes se entregarem à polícia ou à justiça. Um dos motivos que os levava à recorrer às autoridades era a tentativa de fugir do cativoiro. Muitos deles cumpriam suas penas nas galés e, várias vezes, o Imperador perdoava condenações de morte e os deixava cumpri-las em galés perpétuas. Na verdade, as galés eram mais uma das estratégias dos escravos para fugirem dos trabalhos insalubres das fazendas.<sup>29</sup>

Neste ponto, pretendemos traçar como objetivo central as ações dos agentes históricos mediadas pelo cruzamento entre a cultura escrita e a oral, trazendo novas perspectivas de abordagens, que enfatizam a recepção dessas notícias e o impacto desse acontecimento na Corte. É importante ressaltar que, ao se relacionar as culturas escrita e oral, abre-se um campo de possibilidades para resgatar as ações dos escravos nesse processo histórico. Segundo Marco Morel e Mariana Barros:

Pode-se sugerir que os escravos, ainda que não aparecessem como sujeitos com voz própria nas páginas impressas, podiam ser leitores, diretos ou indiretos, da imprensa, fazendo releituras próprias, recebendo, elaborando e retransmitindo as notícias e os informes. [...]. Fica aberta a possibilidade de pensar num caminho de mão dupla, em que os cativos eram não apenas objetos ou tinham suas vidas influenciadas pelos impressos, mas também deixavam suas marcas na imprensa, de diferentes maneiras, fosse como mercadoria ou como agentes históricos.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> CHALHOUB, Sidney. Op. cit., 1990, pp.176-179.

<sup>30</sup> MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. pp .97-98.

Neste ponto de intersecção entre oralidade e imprensa, é importante destacar as práticas de leitura, que remetem tanto às leituras individuais, quanto às coletivas, em voz alta, nos locais públicos, como importante eixo para relacionar as experiências dos escravos com as palavras impressas.

Em um estudo sobre a “cultura radical” dos trabalhadores ingleses no início do século XIX, Thompson observou que os operários analfabetos procuravam bares e lugares onde as pessoas liam os jornais em voz alta para saber informações sobre política. Dessa forma, ficavam informados e conseguiam participar das discussões que eram impressas nos jornais. Assim sendo, o analfabetismo não era um empecilho para os trabalhadores participarem do debate político.

Os trabalhadores analfabetos podiam andar quilômetros para ouvir um orador radical, da mesma forma como ele (ou um outro) andaria para escutar um sermão. Em períodos de fermentação política, os analfabetos pediriam aos companheiros de trabalho que lessem os periódicos em voz alta; lia-se o jornal nas pensões dos artífices, e nas reuniões políticas gastava-se um tempo imenso com a leitura de discursos e a aprovação de longas séries de resoluções.<sup>31</sup>

Não só na Inglaterra havia o costume de práticas de leituras coletivas. Os jornais eram discutidos nas esquinas, bares, tavernas, reuniões, enfim, havia diversos lugares na cidade do Rio de Janeiro em que se liam os jornais em público e todos podiam ouvir, até mesmo os escravos. Carl Von Koseritz, alemão radicado na província do Rio Grande do Sul, na qual exercia a profissão de jornalista, em uma de suas viagens pelo Rio de Janeiro, em 1883, notou que as notícias eram anunciadas aos gritos em plena rua pelos vendedores de jornais. “Simplesmente insuportável é o sofrimento com os vendedores de jornal, engraxates e vendedores de bilhetes. Perambulam pela rua milhares e milhares

---

<sup>31</sup> THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa III: a força dos trabalhadores**. Tradução: Denise Bottmann. 2ª edição. V. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989, pp.304-305.

de rapazinhos italianos, negros e mulatos, que deixam quase surdos com a gritaria [...]”<sup>32</sup>.

Assim, podemos supor que as informações impressas nos jornais eram lidas e apropriadas cotidianamente pelos diversos agentes sociais, sendo estes tanto as pessoas que sabiam ler, quanto os analfabetos.

No dia três de julho de 1884, em um artigo do jornal *Brazil*, periódico que afirmava ter uma posição conservadora diante da questão servil e intitulava-se órgão do partido conservador, observamos um pouco mais dessa cultura política dos escravos e dos abolicionistas. O artigo que levava o título “O abolicionismo – perigo imminente” trazia mais revelações sobre as relações entre os escravos e os abolicionistas, a circulação de notícias no interior da província e a mobilização dos cativos perante o movimento por sua libertação.

Terminamos o ultimo artigo sobre a questão servil com estas considerações:

“o órgão abolicionista desta capital, aqui no meio desta cidade, que se acredita civilisada, prega em artigos editoriais o assassinato dos lavradores como um direito de represália dos escravos, excita greves, aconselha a fuga e defende desordeiros, como esses de Campos, que em conferencias aos domingos no meio dos escravos, lhes ensina estar a fortuna dos senhores dentro de uma caixa de phosphoros, pois basta incendiar-lhes os cannaviaes para reduzi-los á miséria! [...]”

O jornaes registram todos os dias, e cada vez mais frequentemente, factos graves ocorridos no interior. Ha pouco, em Campos, mais de 20 escravos sahiram de uma fazenda a procurar os abolicionistas daquella cidade para elles se entregarem.

A autoridade felizmente os fez voltar. Agora em uma fazenda no município de Magdalena, no Rio de Janeiro o mesmo acontece.

Si as coisas continuarem como vemos, estes successo ir-se-hão repetindo com maior frequencia.

Não são mais factos isolados, o assassinato, a fuga, mas o concerto em massa dos operários, que deixam as lavouras, seduzidos pela propaganda. [...]

Qualquer que seja o silencio dos jornaes serios, força é confessar que o órgão do abolicionismo circula em profusão. [...]

O jornal é lido por toda parte e em rodas de escravos, é levado para o interior pelos pequenos negociantes, os reconveiros, os vendelhões e

---

<sup>32</sup> KOSERITZ, Carl Von. **Imagens do Brasil**. Tradução, prefácio e notas: Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p.56.

os mascates, que estando em contacto com escravos e fazendo com elles o seu negócio, procuram captar-lhes a sympathias. Mesmo entre os escravos muitos sabem ler e naturalmente se deleitam em ver taes doutrinas e taes conselhos em lettra redonda [...].<sup>33</sup> (grifos originais)

Essa notícia apresenta importantes informações sobre o movimento abolicionista na província do Rio de Janeiro. Uma vez que nos deparamos com o cenário das regiões das grandes *plantations* escravas na província fluminense, novamente vemos o medo das fugas de escravos em massa como motivo de denúncias nos jornais da Corte. Tais denúncias, que se espalhavam muito rápidas no interior das senzalas e nos centros urbanos, aumentavam mais ainda os temores de insurreições escravas.

A circulação de notícias sobre o movimento antiescravista atraía o interesse da população cativa, liberta e livre de toda a província fluminense e da Corte. Não eram apenas os abolicionistas que se reuniam nos diversos *clubs* e associações para discutir sobre os caminhos do fim da escravidão. Mais do que isso, a notícia acima ainda denuncia as reuniões que os abolicionistas e os escravos faziam aos domingos. É mais um indício de que os escravos acompanhavam os acontecimentos em sua volta e conseguiam obter informações sobre o andamento da campanha abolicionista, fosse através de algum contato com os impressos, ou de agentes sociais que faziam o papel de mediadores, como os diversos negociantes que circulavam entre o meio urbano e rural, levando mercadorias e informações para o interior da província. O texto do jornal *Brazil* alertava para esse fato, já que “o jornal é lido por toda a parte e em rodas de escravos, é levado para o interior pelos pequenos negociantes”. Quanto à circulação de notícias e à relação entre a escravidão urbana e rural, Nielson Bezerra pontua que havia uma estreita confluência entre aspectos dessas duas no recôncavo do Rio de Janeiro, “caracterizado

---

<sup>33</sup> **Brazil**, Rio de Janeiro de 3 de julho de 1884.

pela circulação de agentes sociais que mantinham um trânsito constante entre a cidade e as fazendas”<sup>34</sup>. Este autor afirma, ainda, que:

As distinções entre a escravidão urbana e a escravidão rural que a historiografia apresenta não implicam um isolamento entre dois mundos. As informações circulavam a ponto de escravos da cidade tomarem conhecimento detalhado sobre o mundo rural.<sup>35</sup>

E podemos afirmar que o contrário também acontecia, os escravos das fazendas sabiam dos acontecimentos da cidade. Como exemplo, podemos lembrar os da fazenda da Glória, do município do Carmo, que procuraram saber onde estavam acontecendo os festejos em homenagem à abolição do Ceará.

Nesse período, diversas ações dos escravos em busca da liberdade foram noticiadas cotidianamente nos jornais da Corte. A maioria delas vinha das regiões de *plantations* do interior fluminense. As desordens nas senzalas foram uma das maiores preocupações senhoriais. A repercussão da abolição do Ceará no interior do Rio de Janeiro escravista foi marcada por tensões sociais intensas, principalmente, devido ao aumento das fugas dos escravos e à desorganização do trabalho servil, que aumentava cada vez mais os medos e rumores de insurreições por todos os cantos da província. No dia nove de maio de 1884, os jornais da Corte que apoiavam o movimento da lavoura contra a campanha abolicionista alertaram sobre os perigos que poderiam aparecer logo após a libertação da província do Ceará.

[...] a emminência do perigo que acaba de ameaçar-nos aconselha á lavoura que para o futuro não se deixe apanhar-se desprevenida. O exemplo do Ceará demonstra que o menor descuido ou falta de vigilancia pode acarretar consequências e irremediáveis”<sup>36</sup>.

---

<sup>34</sup> BEZERRA, Nielson Rosa. “As chaves da liberdade: entre crimes e negociações”. In: **As chaves da liberdade: confluências da escravidão no recôncavo do Rio de Janeiro (1833-1888)**. Niterói: EdUFF, 2008, p.113.

<sup>35</sup> BEZERRA, Nielson Rosa. *Ibidem*, p. 113.

<sup>36</sup> **Diário do Brazil**, Rio de Janeiro de 9 de maio de 1884.

Em janeiro do mesmo ano, uma notícia sobre uma reunião de fazendeiros em Campos dos Goytacazes, no norte fluminense, realizada pelo Barão de Miranda, convocava os fazendeiros do município “para tratar do desenvolvimento da lavoura por meio da introdução de colonos e para pedir ao Governo providencias contra os abusos que nesse município se tem dado com a libertação dos escravos”.<sup>37</sup> Como o abolicionismo em Campos<sup>38</sup> era muito avançado em relação aos outros municípios do Rio de Janeiro, os fazendeiros tentavam combater os possíveis eventos que causariam desordens na lavoura, organizando-se, através dos *clubs* da lavoura<sup>39</sup>, para combater os efeitos da propaganda abolicionista.

Em maio de 1884, o noticiário do *Diario do Brazil* anunciava que os efeitos do abolicionismo já se reproduziam no interior fluminense, fazendo, constantemente, reclames e denúncias de crimes e fugas de escravos em suas páginas. Desta forma, o jornal pretendia fazer uma propaganda contra o abolicionismo e criar uma imagem negativa desse movimento social, relacionando-o com as revoltas e insurreições dos cativos que assolavam o interior fluminense.

A gazeta do districto de Campos publicou o seguinte:  
*Triumpho*, 6 de maio - Hontem á noite fugirão da fazenda Santo Ignacio do Sr. Commendador Fragoso Moraes, 16 escravos, que passaram por aqui todos armados.  
 Dizem que não querem mais servir.<sup>40</sup>

---

<sup>37</sup> **Diario do Brazil**, Rio de Janeiro de 4 de Janeiro de 1884.

<sup>38</sup> Para saber mais sobre o abolicionismo na cidade de Campos, ver especialmente: LIMA, Lana Lage da Gama. **Rebeldia negra e abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

<sup>39</sup> Em junho de 1884, Louis Couty, médico francês que morava no Brasil desde 1878 e era professor na Escola Politécnica e no Museu do Rio de Janeiro, afirmou que os *Clubes da Lavoura* foram criados a partir da iniciativa privada dos fazendeiros. A iniciativa de criação desses *clubs* era paulista e a primeira associação desse tipo tinha sede em Campinas. Assim que a idéia de uma abolição imediata entrou na pauta dos abolicionistas, os proprietários de escravos se reuniram e, rapidamente, as associações dos fazendeiros se proliferaram no interior das províncias do Sudeste. Segundo Couty, os grandes proprietários se reuniram e “protestaram contra os exageros de um abolicionismo sentimental que, dando aos negros a esperança de uma mudança imediata, põem em perigo a vida dos fazendeiros e do País”. Cf: COUTY, Louis. **O Brasil em 1884: esboços sociológicos**. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal e Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984, p.245.

<sup>40</sup> **Diario do Brazil**, Rio de Janeiro de 11 de maio de 1884.

As rebeliões, fugas e a criminalidade escrava eram noticiadas em tons de denúncia no jornal *Diario do Brazil*. Havia até uma coluna específica chamada “Scenas do abolicionismo”, que mostrava apenas notícias sobre sublevações dos escravos.

Em meados de abril e no início de maio de 1884, o assassinato de um fazendeiro foi incessantemente anunciado nos jornais da Corte. Nas publicações “a pedido” do *Jornal do Commercio*, a notícia informa que o fazendeiro José Maria da Costa, um “abastado fazendeiro e conhecido capitalista e negociante desta praça”, tinha sido assassinado por seus escravos, que estavam sendo influenciados pela propaganda abolicionista a intentar contra a vida de seus senhores.<sup>41</sup> O noticiário do jornal *Diario do Brazil* também informou sobre a morte do fazendeiro da Vargem Grande através de telegrama, informando que os escravos que mataram seu senhor se entregaram às autoridades.<sup>42</sup> No dia primeiro de maio, os ecos do assassinato de José Maria da Costa ainda se reproduziam na imprensa da Corte, a nova notícia dava mais informações:

Scenas do abolicionismo: eis os pormenores do assassinato de que ha dias tivemos conhecimento por telegramma, do infeliz fazendeiro José Maria da Costa pelos escravos AGOSTINHO, ESTEVÃO e ANANCIO.

[...]

Consta que o Sr. José Maria da Costa reformou a pouco o seu testamento, no qual são agraciados com a liberdade e a quantia de 200\$000 sete dos seus escravos, verificando-se ser seu assassino um dos contemplados.<sup>43</sup>

As notícias que se reproduziram sobre o homicídio de senhores de escravos aumentavam a cada dia e causavam rumores e medos de insubordinação de cativos por toda a província. Em três de maio, o *Jornal do Commercio* voltava ao assunto:

Rezende – Escrevem-nos em data de horem:

“O Dr. Chefe de polícia prosegue no inquérito sobre o facto ocorrido no dia 30. O carcereiro e praças da Guarda da cadeia reconhecerão alguns dos indivíduos do grupo. **A população tem estado**

---

<sup>41</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro de 27 de abril de 1884.

<sup>42</sup> **Diario do Brazil**, Rio de Janeiro de 27 de abril de 1884.

<sup>43</sup> **Diario do Brazil**, Rio de Janeiro de 01 de maio de 1884.

**sobressaltada com os boatos que se tem espalhado nas duas noites passadas**, em relação **a insubordinação de escravos**, mas nada ocorreu por enquanto. Hontem à noite, o delegado de polícia recebeu a comunicação de que os escravos da fazenda do finado José Maria da Costa não estavam de boa catajura. A população do lado dos Campos Elysios tem estado apavorada e à noite vem para a cidade, porque ahi julga-se mais garantida, [...]”<sup>44</sup> (grifos nossos)

Como vimos, havia uma constante preocupação de como ficaria a situação dos cativos diante da enorme divulgação de notícias sobre o fim da escravatura. E a atmosfera de conflitos que se instaurou depois da repercussão da Abolição no Ceará nos jornais da Corte continuou circulando em várias paragens nos anos que antecederam à decretação da lei de 13 de maio de 1888.

O estudo de Hebe Castro<sup>45</sup> demonstra o quanto foram repletos de incertezas e conflitos os debates que se travaram na imprensa em torno do elemento servil e da abolição imediata nos anos finais da década de 1880. Na terceira parte do livro (“O fantasma da desordem”)<sup>46</sup>, a autora descortina as regiões do interior das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais através das folhas interioranas<sup>47</sup>, buscando resgatar as expectativas senhoriais sobre o impacto da liberdade na iminência da extinção do cativo.

Hebe Castro observou que os anos finais da escravidão foram marcados pelas fugas em massa dos escravos e a desordem nas fazendas, principalmente, a partir de 1887. Apesar de muitos senhores terem se convertido à causa da liberdade nos últimos anos da escravidão, o aspecto que mais caracterizou a conjuntura da abolição foi o sentido de surpresa e imprevisibilidade que os contemporâneos deram aos

---

<sup>44</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro de 03 de maio de 1884.

<sup>45</sup> CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

<sup>46</sup> CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Ibidem*, pp.229-306.

<sup>47</sup> Os jornais analisados por Hebe Castro neste capítulo foram: *O Monitor Campista* (Campos, RJ); *Correio de Cantagalo* (Cantagalo, RJ); *O Voto Livre* (Cantagalo, RJ); *O Monitor Sul-Mineiro* (Campanha, MG); *Gazeta Sul-Mineira* (São João Del Rei, MG); e por último o *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro, RJ).

acontecimentos. Certamente, neste período o fim da escravatura era vista como inevitável; tanto os abolicionistas, quanto os senhores de escravos sabiam que o fim do regime escravista estava próximo. No entanto, eles não esperavam que os próprios cativos pressionassem pelo fim do cativeiro, através das fugas em massa, causando o êxodo das senzalas, a ponto de deixarem os fazendeiros sem alternativas, tendo de decidir pela libertação para evitar as desordens em suas propriedades. De certa forma, a lei de 13 de maio de 1888 que extinguiu a escravidão no solo brasileiro veio apenas legitimar um fato já consumado em muitos locais.

Em relação às fugas e revoltas de escravos, Célia Marinho<sup>48</sup> afirmou que, a partir de 1870, a criminalidade escrava já preocupava as autoridades da província de São Paulo. Os relatórios dos chefes de polícia aos presidentes de província estavam pontilhados dessas lutas cotidianas dos cativos em busca da liberdade. Logo, “enquanto os anos 1870 revelam-se marcados pelos crimes feitos individualmente ou em pequenos grupos de escravos, os primeiros anos da década de 1880 primam pelas revoltas coletivas ou insurreições, registradas em fazendas de diversos municípios”.<sup>49</sup> Individualmente ou coletivamente, eles não queriam esperar a “abolição gradual” que estava sendo debatida no Parlamento. O “não quero” dos escravos deixaram as fazendas despovoadas e a emancipação era a única solução encontrada pelos senhores para evitar as desordens e o caos.

Já na obra *O Plano e o Pânico*, Maria Helena Machado aborda os movimentos sociais na década da abolição, investigando não somente as ações e a propaganda dos abolicionistas urbanos e da elite letrada – quase sempre, destacados pela historiografia – , mas demonstrando a gestação de uma atmosfera política de conflitos que invadia as senzalas e as fazendas e amedrontava parlamentares e viajantes estrangeiros. A autora

---

<sup>48</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Op. cit. 2004, pp. 152-183.

<sup>49</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Ibidem, p. 171.

percorre os caminhos sinuosos da propaganda abolicionista, abordando a criminalidade escrava, os rumores de sublevações e as denúncias de planos de insurreição escravas em São Paulo, especialmente, no Vale do Paraíba, através de fontes diversas – documentação policial, registros cartoriais, relatórios públicos, entre outras. Além disso, busca resgatar uma multivocalidade – através dos registros oficiais – de vozes dissonantes e dos significados delas, assim como seus protagonistas. Contrapondo a idéia banalizada de rebeldia escrava, Maria Helena Machado analisa como os protestos dos cativos estavam inseridos em uma atmosfera política específica, posto que fossem fruto de ações e percepções articuladas com o contexto da época – leia-se extinção do tráfico, debates parlamentares sobre o ventre livre e o fim da escravidão, guerra do Paraguai, guerra civil nos EUA, etc.<sup>50</sup>

Desta forma, ela ainda apontou que o movimento abolicionista não era apenas urbano, e que, em meados da década de 80 já havia transbordado para a zona rural, espalhando suas idéias pelas senzalas e fazendas, que tinham como adeptos os escravos, os libertos e os abolicionistas radicais.

Fermentação nova nos acanhados cenários políticos do Império, o abolicionismo recrutava seus pares tanto entre setores mais avançados das camadas médias quanto junto à temida arraia-miúda urbana, que, nas cidades da década de 80 mostrava sua feição combativa nos motins urbanos – como na Revolta do Vintém, na Corte de 1880 -, nos *meetings* abolicionistas e nos confrontos de rua, onde a plebe desordeira não titubeava em enfrentar as forças identificadas com a ordem escravocrata. [...] Penetrando nas senzalas e eitos, desde os princípios da década, os setores mais avançados do abolicionismo se esforçaram por estabelecer pontos de contacto entre a inquietação escrava das fazendas e a movimentação das cidades. Ousadas revoltas, sedições violentas, preparação de insurreições generalizadas, foram aspectos do transbordamento do movimento abolicionista das cidades em direção às fazendas<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> MACHADO, Maria Helena. Op. cit. pp. 143-158.

<sup>51</sup> MACHADO, Maria Helena. Ibidem, p.17.

Era o cenário da abolição que se descortinava no Império do Brasil, complexo e repleto de tensões sociais intensas, fazendo com que o debate em torno da questão servil acelerasse o processo de emancipação dos escravos.

### 3.2 Os silêncios da imprensa

É interessante notar que as várias notícias que encontramos nos periódicos da Corte sobre insubordinação de cativos foram publicadas nos jornais que defendiam os interesses senhoriais. Os silêncios da imprensa abolicionista quanto à divulgação das notícias relacionadas às revoltas escravas foi motivo de preocupação das colunas e editoriais do *Diario do Brazil*.

O abolicionismo e a imprensa

Lê-se na Gazeta da Bahia

“O governo é o primeiro a ameaçar os senhores de escravos, que vendo imminente espoliação de sua propriedade, acham se expostos a todos os perigos e abandonados de todos os recursos, ainda os que mais imediatamente as leis lhe garantem.

Os especuladores aproveitam a aragem official para á sombra d’ella soprarem a anarquia, pregando a rebelião, a fuga e até mesmo o assassinato dos senhores, como há poucos dias se ouviu em uma festa de um arrealde desta cidade, partindo o grito de morte de um funcionario publico, na intimidade do Governo.

Quaes seriam as conseqüências do **silêncio da imprensa em taes circumstancias?** Fazer se ella cúmplice dos annarchistas.

Querem o **silêncio da imprensa** para pôr essa prática os celebres processos abolicionistas do Ceará; é muito fácil desencaminhar e acoitar escravos, se em volta d’esses manejos se estabelece o mysterio. [...]”<sup>52</sup> (grifos nossos)

Os jornais que apoiavam o movimento dos *Clubs* da Lavoura acusavam os abolicionistas de promoverem as insubordinações escravas, através da propaganda. Outra queixa apresentada contra os jornais de tendência antiescravista era que eles não divulgavam e publicavam as notícias sobre as desordens escravas nas fazendas, como estratégia para conseguirem mais adeptos ao movimento abolicionista.

---

<sup>52</sup> *Diario do Brazil*, Rio de Janeiro de 10 de setembro de 1884.

De fato, ao folhearmos as páginas desses periódicos, não encontramos nenhuma notícia que se referisse às fugas ou insubordinações dos escravos. Certamente, essas ações não dariam uma boa imagem para o movimento, já que os ideais antiescravistas propagavam um movimento pacífico e defendiam a abolição da escravidão pela ordem, e não a partir de revoltas.

Com efeito, a constante divulgação de notícias sobre fugas e revoltas não só alarmavam a população da criminalidade escrava, mas, sobretudo, criavam um clima de fim da escravidão. Certamente, a inevitabilidade da abolição se tornava mais presente nos discursos dos abolicionistas e, também, dos escravocratas. A maioria percebia que o fim do regime escravista estava próximo, e as fugas em massa davam o tom desse cenário.

Os periódicos abolicionistas também fizeram críticas aos jornais que defendiam os interesses da lavoura. Um artigo assinado por Julio Dast, da *Revista Illustrada*<sup>53</sup>, acusava alguns jornais de estarem fazendo uma campanha contra os escravos.

Há nada mais repugnante do que esse espetáculo que nos dão cada dia o *Diario do Brazil* folha liberal e o *Brazil* órgão do partido conservador, atacados da mesma negrophobia! Não é sinceramente ridículo esse conluio, contra o escravo, entre duas folhas de política diferente?<sup>54</sup>

A tomada de posições na imprensa, sendo a favor ou contra o abolicionismo, estava em pauta nas discussões da elite letrada da época. Na edição da comemoração do

---

<sup>53</sup>Segundo Sodré, a *Revista Illustrada*, que começou a circular no ano de 1876, apresentava características satíricas e humorísticas com suas ilustrações, tendo como redator chefe Angelo Agostini, que ficou conhecido pelas suas caricaturas. Cf: SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p.254. Marcelo Balaban apontou que a *Revista Illustrada*, sob o comando de Angelo Agostini, não era apenas uma revista cômica de caricaturas, ela participava ativamente do debate político, em suas páginas eram discutidos diversos assuntos, dentre estes, as questões sociais da cidade, as epidemias, a falta de água, etc. De fato, a pauta da revista estava centrada nos debates políticos, nas discussões parlamentares, nos atos do Imperador e no movimento abolicionista. Cf: BALABAN, Marcelo. **Poeta do lápis**: A trajetória de Angelo Agostinho no Brasil imperial – São Paulo e Rio de Janeiro – 1864-868. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2005, pp.249-250; Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000375076>. Acesso em: 01 de abril de 2010.

<sup>54</sup> **Revista Illustrada**, ano 9. N. 376. 1884.s.d.

primeiro aniversário da libertação dos escravos da província do Ceará, Araripe Junior, no periódico *A terra da redenção*, fez um retrospecto da repercussão daquele evento nas ruas da Corte, com o intuito de refletir sobre a colaboração da imprensa.

[...] Acresce que n'esta Côrte nunca um facto repercutiu tão retumbante como o do advento da liberdade no Ceará.

Exceptuando o *Diario do Brazil* e *Brazil*, órgãos accentuados do pensamento negreiro, a imprensa foi unânime no seu entusiasmo. Inúmeras comemorações appareceram entoando hosannas, não houve corporação que não concorresse com o seu contingente para a enorme ovação à *Terra dos livres*.

[...]

Todos, pois, se convenceram de que nada mais faltava para decretar-se a abolição total dos escravos no Brazil.

O próprio *Jornal do Commercio*, sahindo da sua natural reserva, deixou-se communicar pelo entusiasmo geral e publicou em artigo de fundo estas sollemnes palavras de adhesão ao movimento – “que se não podia deixar de applaudir a pacifica solução dada pelo Ceará, que constituia um verdadeiro *bloqueio moral* – que nunca a constituição do Império tivera tão grata commemoração, a constituição que não se maculara com a palavra escravo”. [...] <sup>55</sup>

Neste artigo, Araripe Junior resalta o apoio que a imprensa e as associações da Corte deram ao movimento abolicionista do Ceará em 1884. Contudo, nem todos os jornais comemoraram com entusiasmo a iniciativa cearense, já que o *Diário do Brazil* e o *Brazil* fizeram questão de se destacarem pela forte oposição ao movimento antiescravista da Corte. Apesar de esses jornais empreenderem uma propaganda contra a extinção imediata do cativo, na verdade, tanto a imprensa abolicionista, quanto aquela que apoiava os interesses da lavoura queriam evitar ao máximo a desorganização do trabalho servil e impedir as revoltas escravas.

Em sua tese de doutorado, Humberto Machado aponta que os discursos abolicionistas queriam abafar ou controlar os “brados” dos escravos.<sup>56</sup> De certa forma, eles preferiam demonstrar, nas páginas dos jornais, através da retórica abolicionista, os

---

<sup>55</sup> **A terra da redenção**: órgão dos cearenses abolicionistas. Rio de Janeiro, 25 de março de 1885.

<sup>56</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e brados**: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro, 1880-1888. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1991, pp.222-223.

malefícios do escravismo, ao invés de dar destaque às ações dos escravos em busca da liberdade.

Apesar da propaganda abolicionista nos periódicos e nas ruas ter contribuído para a eliminação do cativo, a condução do movimento antiescravista dentro da ordem era a base de seus discursos. Afinal de contas, ele não lutava por mudanças ou ruptura radical, mas por uma reforma da sociedade.<sup>57</sup> As idéias reformistas dos abolicionistas eram um dos assuntos mais debatidos na época, tanto pela elite letrada, quanto por viajantes estrangeiros. Em vinte e sete de março de 1884, Louis Couty, ao fazer considerações sobre a abolição no Ceará, afirmou que “somente duas grandes reformas recíprocas, a imigração e a libertação, podem encerrar definitiva e pacificamente, sem revolução e sem ruínas, uma era nociva aos progressos internos do País [...]”.<sup>58</sup> Desta forma, a emancipação geral do Brasil não causaria danos à sociedade e o projeto imigrantista seria o primeiro passo para as reformas do escravismo.

As reformas da escravidão se impõem e o exemplo do Ceará demonstra que são urgentes. As festas de hoje são também a melhor prova de que essas reformas, feitas com a ajuda de todos, serão fáceis e úteis se soubermos projetá-las e dirigi-las. Em todo caso o movimento iniciou-se. Ninguém pode pensar em diminuir a sua marcha ou interrompê-lo.

Querendo ou não, este movimento será tão rápido que dentro de poucos anos o Brasil poderá festejar uma data que será cara a todos os povos latinos, promulgando uma lei definitiva de emancipação.<sup>59</sup>

A partir do relato deste contemporâneo, notamos que a abolição no Ceará foi vista como um momento decisivo nos rumos da abolição no Império. As reformas eram uma realidade, não poderiam mais esperar, e o exemplo do Ceará tinha acelerado esse processo. A necessidade de marcar uma data para o fim legal da escravidão era sondada

---

<sup>57</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. *Ibidem*, pp.245-253.

<sup>58</sup> COUTY, Louis. *Op. cit.* p.186.

<sup>59</sup> COUTY, Louis. *Ibidem*, p.186.

como uma solução viável para resolver a questão, mas esse processo deveria ser conduzido pelo Governo dentro da ordem e sem perturbações para a sociedade.

### 3.3 Do outro lado do Atlântico: o banquete em Paris

A partir dos periódicos da Corte sobre a repercussão da abolição no Ceará, notamos duas dimensões em que esse processo histórico pode ser contemplado. Em um primeiro momento, observa-se o impacto das notícias referentes àquele movimento, através das tensões nas ruas do Rio, já que as festas realizadas em comemoração ao “Ceará Livre”, que tinham a participação de vários grupos sociais, causaram grande comoção pública nas ruas, nos teatros, nos jardins, nos pavilhões, nos largos, nas praças e vielas da Corte Imperial. Já em outro momento, notamos esta repercussão a nível internacional, uma vez que as notícias da libertação dos escravos do Ceará cruzaram o Oceano Atlântico e ecoaram na França, em virtude da celebração realizada em Paris pelo abolicionista brasileiro José do Patrocínio e pelo também abolicionista e Senador vitalício francês Victor Schoelcher.

Em 21 de abril de 1884, o jornal antiescravista *Gazeta da Tarde* noticiava o banquete que havia acontecido em Paris no dia 25 de março, em comemoração à abolição no Ceará, com a presença de políticos, literatos e da imprensa francesa:

O Ceará em Pariz

Lê-se no *Messenger du Brésil* de hontem:

A festa da libertação do Ceará foi celebrada em Pariz.

José do Patrocínio quis unir-se em pensamento, aos seus compatriotas e em grande banquete que effectuou no Brebaut [*sic*] em 25 de março reuniu, homens políticos, jornalistas e litteratos de todos os paizes para comemorar a libertação total de uma das províncias do Brazil.

Presidia o Sr. Schoelcher, senador. Entre os convidados notavam-se os Srs. Deproge, Guillot, Franconieer, Gerville Reache (deputados); e Betaniés, ministro da República Dominicana.

Um grande número de jornaes francezes e estrangeiros tinham-se feito representar; citaremos os Srs. Schiller, do *Temp*; O. Couzet, director da *Opinion*; Penel, administrador da *Republique Française*; Limousin, da *France*; Bailly, do *Intransigeant*; Faber, do *Thelegraphe*; Javier du Tourtoulon, fundador da *Revue du Monde Latin*; Lamas, director da

*Revue Sud Americane* e; Sant'Anna Nery, correspondente do *Jornal do Commercio*. [...].<sup>60</sup>

Essa festa em Paris só aconteceu devido à viagem que o abolicionista negro José do Patrocínio fez em novembro de 1883 para a Europa, a bordo do Navio *Equateur*, primeiramente, com o intuito de curar-se de problemas de saúde. Mas, a partir dos eventos que ocorreram no Brasil, sua viagem tomou outros rumos, tendo em vista que esse passeio pela Europa<sup>61</sup> também serviu para Patrocínio manter laços de amizade com abolicionistas locais.<sup>62</sup> E foi assim que conseguiu o apoio de Victor Schoelcher<sup>63</sup> para realizar o mencionado banquete.<sup>64</sup> Nesta viagem, Patrocínio também foi apoiado pelo escritor francês Victor Hugo, que felicitou a província do Ceará através de um bilhete.

Nesse ínterim, as notícias sobre o banquete realizado em Paris no salão Bréberat<sup>65</sup> já chegavam ao Brasil e foram, em sua maioria, transcritas e traduzidas para as páginas do jornal *Gazeta da Tarde*. Vários artigos e notícias publicadas na imprensa parisiense, relativas ao banquete e à abolição no Ceará, foram remetidas por Patrocínio. Dentre os jornais franceses que acompanharam este evento, estão o *Temps* e a *Opinion*.

Em 18 de abril de 1884, a *Gazeta da Tarde* publicava o bilhete que o escritor Victor Hugo havia enviado a Patrocínio. Contudo, o bilhete não foi transcrito

---

<sup>60</sup> **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro de 21 de abril de 1884.

<sup>61</sup> “Um jornalista brasileiro em Pariz”. **O Monitor Campista**, Campos dos Goytacazes, 07 de março de 1884. (redatores: Alvarenga Pinto e F. Portella).

<sup>62</sup> **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro de 13 de novembro de 1883.

<sup>63</sup> Victor Schoelcher foi um político e abolicionista francês, ministro da 2ª República (1848-1852), que decretou o fim da escravidão nas colônias francesas (1848).

<sup>64</sup> MAGALHÃES JR., Raimundo de. **A vida turbulenta de José de Patrocínio**. 2ª edição revista pelo autor. São Paulo, LISA; Rio de Janeiro: INL, 1972, pp. 137-146.

<sup>65</sup> **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro de 19 de abril de 1884. As transcrições das notícias do banquete na *Gazeta da Tarde* apresentam grafias diferentes do local do evento. A grafia correta do restaurante onde se realizou o banquete abolicionista em Paris deve ser Brébant, já que o jornal francês *L'Intransigeant* apresenta a notícia sobre o evento com essa grafia. Cf: **L'Intransigeant**, Paris de 27 de março de 1884, p.2. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/>; Acessado em 28 de março de 2010.

integralmente, pois, segundo jornalista Patrocínio, algumas de suas partes só interessavam a ele, sendo o conteúdo de ordem pessoal.

Carta de Victor Hugo

“Uma província di Brazil acaba de declarar abolida a escravidão em seu território.

“Para mim esta notícia é immensa.

“A escravidão, é o homem transformado em besta dentro do próprio homem. Tudo quanto sobrevive de inteligencia humana nessa vida animal, é propriedade da vontade e do capricho do senhor,

“D’ahi scenas horríveis.

“O Brazil deu na escravidão um golpe decisivo.

“O Brazil tem um imperador, mas este imperador é mais do que isso, é um homem. Que elle continue. Nós o felicitamos, nós o honramos.

“Antes do fim do século a escravidão terá desaparecido da face da terra.

“a liberdade é a lei humana.

“Synthesisemos n’uma palavra a situação do progresso; a barbaria recúa, a civilização avança.

Victor Hugo  
25 de março de 1884<sup>66</sup>

O bilhete de Victor Hugo era uma resposta a uma carta que Patrocínio lhe havia enviado alguns dias antes do banquete, pedindo apoio no sentido de interceder junto a D. Pedro II, para que o imperador decretasse o fim da escravidão em todo o Brasil.<sup>67</sup> Contudo, como observamos no bilhete acima, o escritor francês apoiou a atitude de neutralidade que o monarca havia tomado diante da questão servil, e não o colocou em situação desagradável perante os países civilizados, como pedira Patrocínio.

No banquete, também houve certo constrangimento em relação a um dos convidados, por ele ser monarquista. Trata-se do correspondente do *Jornal do Commercio*, Santana Nery.

Le *Clairon*, organe fidèle de La monarchie et *dès* monarchies, rendant compte du banquet antiesclavagiste dont nous avons parlé hier, a l’extreme bonté d’imprimer ces lignes:

‘Et quand M. Ed. Bazire boit La République universelle et souhaite que toutes les monarchies deviennent des Républiques, M. Néry se lève et déclare qu’en de ne pouvoir s’associer à ce toast.’

<sup>66</sup> **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro de 18 de abril de 1884.

<sup>67</sup> **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro de 18 de abril de 1884.

Donc, c'est le *Clarion* qui le déclare, sur les trente convives le toutes nationalités assis autour de la table de M. José do Patrocínio, um Seul a protesté contre l'idée de La République universelle. Ce témoignage est précieux.

Merci, *Clairon!*<sup>68</sup>

O fato de republicanos e monarquistas terem participado do banquete em Paris não significou que eles compartilharam as mesmas opiniões. Apenas um convite para brindar à “Republica universal” provocou grande discussão entre os convidados, sendo, também, motivo de protestos dos monarquistas presentes, dentre os quais, estava Santana Nery, que recusou participar do brinde, causando constrangimentos em todos os presentes.

O fim da escravidão representava a entrada do Brasil no rol dos países ocidentais civilizados. Todos os abolicionistas brasileiros estavam lutando, acima de tudo, pelo progresso da nação. Enquanto continuasse com o trabalho escravo em seu território, o país seria visto pelos estrangeiros como atrasado. O apoio de abolicionistas de outros países representava um avanço na causa da libertação e colocava a nação brasileira no centro das atenções.

Enquanto, na Corte, a repercussão da abolição no Ceará resultou em festejos nas ruas com a participação de grande parte dos habitantes, tendo representado, também, um aumento do medo de insurreições e sublevações escravas, em Paris, o alcance dessa notícia gerou uma polêmica em torno da falta de pronunciamento do Imperador D. Pedro II perante o importante evento cearense.

A ausência de pronunciamento de D. Pedro II causou desconforto em todos. Tanto abolicionistas brasileiros, quanto estrangeiros, esperavam que o Imperador assumisse o movimento e decretasse a abolição imediata em todo o território nacional.

---

<sup>68</sup> *L'Intransigeant*, Paris, 28 de março de 1884, p.2. Disponível: <http://gallica.bnf.fr/>; Acessado em: 28 de março de 2010.

O apoio a essa causa, vindo de sua parte, seria o golpe final e decisivo para o fim do cativeiro. Em março, uma comitiva da Sociedade Abolicionista foi até o palácio de São Cristovão para convidar a família imperial para as comemorações da libertação dos escravos do Ceará, que aconteceriam nas ruas da Corte. Contudo, a comitiva não teve êxito, conseguindo apenas a declaração do Sr. Conde d'Eu de que sua majestade havia recusado participar daqueles festejos.<sup>69</sup>

Certamente, fora do Brasil, a imagem do Imperador D. Pedro II era de um monarca amante da ciência e do progresso e a continuidade da escravidão ameaçava essa representação do Imperador civilizado nos trópicos.<sup>70</sup> O senador francês Victor Schoelcher, em seu discurso no banquete em Paris, fez-lhe muitas críticas e solicitou aos brasileiros que o censurassem: “exprobrai a vosso imperador, que é, dizem, um homem liberal, a humilhação de ser o unico soberano do mundo civilizado que reina sobre ilotas”.<sup>71</sup>

Para o Senador os abolicionistas brasileiros deveriam agitar a opinião até que todo o Império seguisse o exemplo da província do Ceará. Dessa forma, o fim da escravidão no Brasil estaria próximo e, só assim, a civilização reinaria sobre a barbárie.<sup>72</sup>

Louis Couty entrou no debate em defesa do Imperador. No dia 27 de abril de 1884, contestou quase todo o discurso de Victor Schoelcher, inclusive, a parte em que ele critica o monarca brasileiro. Couty afirmou que “o primeiro magistrado desta

---

<sup>69</sup> **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro de 14 de março de 1884.

<sup>70</sup> Segundo Lilia Schwarcz, a participação ativa de D. Pedro II nas instituições culturais, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Academia Imperial de Belas-Artes e o Colégio Pedro II, daria ao imperador a imagem de monarca preocupado com a ciência e o progresso da nação. Era a partir do investimento nestes institutos e na intelectualidade da época “que o imperador lançava as bases para uma atuação que lhe daria a fama e a imagem de mecenas, do sábio imperador dos trópicos.” Cf: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II um monarca nos trópicos**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 127-128.

<sup>71</sup> **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro de 21 e 24 de abril de 1884.

<sup>72</sup> **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro de 24 de abril de 1884.

monarquia constitucional, o Imperador D. Pedro, usa de suas prerrogativas para conceder condecorações e outras distinções àqueles que libertam certo número de escravos [...]”.<sup>73</sup> Assim, Couty considerou injusta a acusação que Schoelcher fez ao monarca brasileiro, tendo em vista que as atitudes dele são a favor do fim da escravidão.

A partir dos diversos debates travados na imprensa, vimos que a repercussão do ocorrido no nordeste, tanto no Rio de Janeiro, quanto internacionalmente, foi repleta de polêmicas. Não resta dúvida de que o processo da abolição no Ceará e seus desdobramentos conseguiram mudar os rumos do movimento abolicionista na Corte.

Com efeito, a inquietação nas senzalas, as manifestações nas ruas, as contestações dos senhores de escravos, a agitação dos abolicionistas, as contendas parlamentares e uma série de eventos que sucederam no Rio de Janeiro após a libertação dos cativos no Ceará transformou o cenário escravista brasileiro. Além disso, esse novo cenário que se descortinava apontava novas possibilidades para a resolução do problema da “questão servil” que tanto perturbava a sociedade daquela época.

---

<sup>73</sup> COUTY, Louis. Op.cit., p.188.

## Considerações finais

O Ceará é uma estrella; é mister que o Brazil seja um sol.

Machado de Assis (1884)<sup>74</sup>

Quando iniciamos a investigação sobre a repercussão da libertação de escravos no Ceará nos periódicos da Corte, não imaginávamos a dimensão e, muito menos, a importância de tal evento no encaminhamento político da Abolição. Na verdade, ao longo dessa pesquisa, muitas das vezes nos surpreendemos com os rumos que tomaram certos acontecimentos surgidos a partir dos debates travados na imprensa e no Parlamento, em torno das notícias sobre a extinção da escravatura na província cearense.

Certamente, podemos afirmar que os contemporâneos que assistiram e participaram desse evento histórico foram tomados por sentimentos de surpresa e medo. E, de certo modo, acompanharam o desenrolar dos acontecimentos com a cautela que exigia a ocasião, pois a abolição na província cearense trazia uma situação inusitada: um território livre da escravidão no vasto Império brasileiro, que lançava esperanças para diversos negros que viviam, ainda, sob o jugo do cativo.

Se, por um lado, os abolicionistas comemoraram a vitória do fim da escravidão em uma província do Norte e almejavam seguir o exemplo do Ceará, iniciando o movimento de libertação de todos os escravos do município neutro, por outro, os senhores de escravos receberam essas notícias com indignação e intentaram uma reação contrária ao movimento.

---

<sup>74</sup> **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 25 de março de 1884. (edição comemorativa)

Em meio a festejos e denúncias, as tensões e conflitos se acirraram mais ainda neste período. A intensificação dos debates em torno do elemento servil, com o transbordamento destes para as ruas, foram apenas um dos desdobramentos dessa repercussão.

De certa forma, podemos afirmar que a repercussão da abolição no Ceará transformou o cenário urbano da cidade do Rio de Janeiro e conseguiu mudar os rumos do movimento abolicionista na Corte, haja visto que esse evento histórico conseguiu envolver diversos agentes sociais na luta pelo fim da escravidão. A passeata do Jangadeiro Francisco do Nascimento e de sua jangada pelas ruas da Corte foi o ápice das festas abolicionistas, causando muita polêmica tanto no Parlamento como nas ruas. A presença de um humilde jangadeiro na Corte deixou grande parte da elite política estarrecida com esses eventos. Assim, com esse novo cenário que se descortinava a partir das comemorações da Abolição do Ceará, notamos que os eruditos saraus abolicionistas da Corte davam espaço para as celebrações populares nas ruas da cidade.

Quermesses, passeatas, cortejos, *meetings*, marchas cívicas, espetáculos artísticos, entre outras manifestações públicas, foram mobilizados para comemorar esse evento, despertando o interesse de toda a população da capital. Com efeito, os festejos abolicionistas realizados na Corte forjaram uma atmosfera política repleta de incertezas e tensões sociais nas ruas, no recinto parlamentar, nas senzalas, nos becos e vielas da cidade.

Na verdade, a imprensa antiescravista tratou a Abolição do Ceará como um caso excepcional, que não deveria servir de exemplo para as outras províncias. Muitos jornais se manifestaram sobre esse fato, saindo do “habitual” estado de “neutralidade” para manifestar opinião a cerca da questão servil. A partir da repercussão desse evento, observamos que a libertação dos escravos no Ceará foi um acontecimento marcante e

não passou despercebido pelos diversos setores da sociedade. Essa nova realidade que o Brasil teria que enfrentar dava à tônica nos debates do encaminhamento político da Abolição. Uma vez que, o fim do cativeiro não era algo mais impensável e impalpável, mas um fato consumado por algumas províncias. Os parlamentares, os senhores de escravos, os abolicionistas e diversos outros setores da sociedade passaram a discutir não apenas como iriam abolir a escravidão, mas acima de tudo, quando esse evento chegaria aos outros recantos do país.

## REFERÊNCIAS

**1. PERIÓDICOS**

BIBLIOTECA NACIONAL (BN)

**A Terra da Redenção;** Rio de Janeiro (1883-1885)**Brazil;** Rio de Janeiro (1884)**Ceará;** Rio de Janeiro (1884)**Diario do Brazil;** Rio de Janeiro (1884)**Gazeta da Tarde;** Rio de Janeiro (1883-1884)**Gazeta de Notícias;** Rio de Janeiro (1884)**Gazeta Suburbana;** Rio de Janeiro (1884)**Folha Nova;** Rio de Janeiro (1884)**Jornal do Commercio;** Rio de Janeiro (1884)**O Acarape;** Rio de Janeiro (1884)**O Amigo do Escravo;** Rio de Janeiro (1884)**O Fluminense;** Niterói (1884)**O Mequetrefe;** Rio de Janeiro (1884)**O Monitor Campista;** Campos dos Goytacazes (1884)**O Paiz;** Rio de Janeiro (1884)**Revista Ilustrada;** Rio de Janeiro (1884)**Vinte e Cinco de Março;** Rio de Janeiro (1884)MEIO ELETRÔNICO (*online*)**L'Intransigeant,** Paris, 1884. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/>**2. MANUSCRITO**

BIBLIOTECA NACIONAL

**Cartas e outros escriptos. Centro, Sul e Norte e paízes estrangeiros.** Carta de João Clapp para Miguel Archanjo Galvão. Rio de Janeiro, 3 de março de 1884.

### 3. ANAIS DO PARLAMENTO MEIO ELETRÔNICO (*online*)

Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados (1883-1885). Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes>

### 4. MEMÓRIAS POLÍTICAS

COUTY, Louis. **O Brasil em 1884**: esboços sociológicos. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal e Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

KOSERITZ, Carl Von. **Imagens do Brasil**. Tradução, prefácio e notas: Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

NABUCO, Joaquim. **Campanha abolicionista no Recife**: (eleições 1884/Joaquim Nabuco). Edições do Senado Federal; v.59. Brasília: Senado Federal, 2005.

\_\_\_\_\_, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: civilização brasileira & São Paulo: companhia editora nacional, 1938.

### INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO/RJ

ARARIPE, Tristão de Alencar. **O Ceará no Rio de Janeiro**. Discurso histórico do Conselheiro Tristão de Alencar Araripe. Fortaleza: Typ. do Libertador, 1884. **IHGB – RJ** (Loc. 146, 2,10; n.9)

NABUCO, Joaquim. “A crise da escravidão (11/09/1884)”. In: **Campanhas de imprensa**. O movimento abolicionista: artigos publicados nos “a pedidos” do “Jornal do Commercio” 1884-1888. São Paulo: Instituto progresso editorial S.A., 1949.

### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (impresso e meio eletrônico)

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, Alex Lombello. **Cascudos e Chimangos**: Imprensa e Política em São João Del-Rei (1876-1884). Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2008.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites, século XIX. 2º edição. São Paulo: annablume, 2004.

\_\_\_\_\_. **Abolicionismo**: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX). São Paulo: Annablume, 2003.

BALABAN, Marcelo. **Poeta do lápis**: A trajetória de Angelo Agostinho no Brasil imperial – São Paulo e Rio de Janeiro – 1864-868. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2005. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000375076>. Acesso em: 01 de abril de 2010.

BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e público**. Os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920. (Tese de Doutorado – Pós-Graduação em História/Instituto de Ciência Humanas e Filosofia). Niterói: UFF, 1996.

BEZERRA, Nielson Rosa. “As chaves da liberdade: entre crimes e negociações”. In: **As chaves da liberdade**: confluências da escravidão no recôncavo do Rio de Janeiro (1833-1888). Niterói: EdUFF, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. “A política da abolição: o rei contra os barões”. In: **A construção da ordem/Teatro das Sombras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

\_\_\_\_\_, José Murilo de. “Escravidão e razão Nacional”. IN: **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 52. Foi publicado pela primeira vez em: DADOS – Revista de Ciências Sociais, V. 31, n. 3, pp.287-308, 1988.

\_\_\_\_\_, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. In: **Topoi**: revista de história, nº1. Rio de Janeiro: 7 Letras, set/2000.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: Rotinas e rupturas do Escravismo no Recife 1822-1850. Recife: UFPE, 1998.

CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Tradução Efraim Ferreira Alves. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade**: uma história das Últimas Décadas da Escravidão da Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. entre práticas e representação. 2º edição. Lisboa: Editora DIFEL, 2002.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. 8ª edição revista e ampliada. São Paulo: Unesp, 2008.

DINIZ, André. **O Rio musical de Anacleto de Medeiros**. A vida, a obra e o tempo de um mestre do choro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

EISENBERG, Peter. “A abolição da escravatura: o processo nos engenhos de açúcar em Pernambuco”. In: **Homens esquecidos**: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX. Campinas: UNICAMP, 1989.

FUNES, Eurípedes Antônio. “Negros no Ceará”. In: **Uma nova história do Ceará**. Org. Simone de Souza; Adelaide Gonçalves... [et al]. 3º edição. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

GIRÃO, Raimundo. **A Abolição no Ceará**. (2ª edição). Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1969.

GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. IN: (orgs) SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda B. e GOUVÊA, Maria de Fátima S. **Culturas políticas**: Ensaio de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. “História, protesto e cultura política no Brasil escravista”. In: SOUZA, Jorge Prata de, (org.). **Escravidão: ofícios e liberdade**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, 1998.

\_\_\_\_\_, Flávio dos Santos. “Experiências transatlânticas e significados locais: idéias, temores e narrativas em torno do Haiti no Brasil escravista.” In: **Tempo**. Rio de Janeiro, nº13; V.7; 2002.

GOMES, Marili de Souza. **Abolicionismo e esfera pública no Brasil**: um estudo sobre a ocupação do espaço público no século XIX. (Dissertação de Mestrado do Departamento de Ciência Política da Fafich). Belo Horizonte: UFMG, 1999.

GRAHAM, Richard. “As causas da abolição da escravatura no Brasil”. In: GRAHAM, Richard. **Escravidão, reforma e imperialismo**. São Paulo: Ed Perspectiva, 1979.

\_\_\_\_\_, Richard. “Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil”. In: **Afro-Ásia**, 27, (2002).

GRAHAM, Sandra Lauderdale. “O Motim do Vintém e a Cultura Política do Rio de Janeiro 1880”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V. 10; nº20; mar./ago., 1991.

GUIMARÃES, Bernardo. **A Escrava Isaura**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. Segunda edição: revista e acrescida do Apêndice. São Paulo: Hucitec, 1988.

JESUS, Ronaldo Pereira de. **Visões da Monarquia**: escravos, operários e abolicionismo na Corte. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

LARA, Silvia Hunold. “BLOWIN’ IN THE WIND: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. In: **Projeto História**, São Paulo, n.12, out., 1995.

LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas:** sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LIMA, Lana Lage da Gama. **Rebeldia negra e abolicionismo.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MACHADO, Ana Maria. “Muitas vozes e todos os ecos no jardim: identidade e multiculturalismo.” **In: Balaio:** livros e leituras. Rio de Janeiro: nova fronteira, 2007.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e brados:** a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro, 1880-1888. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1991.

MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ-EDUSP, 1994.

MAGALHÃES JR., Raimundo de. **A vida turbulenta de José de Patrocínio.** 2ª edição revista pelo autor. São Paulo, LISA; Rio de Janeiro: INL, 1972.

MENDONÇA, Joseli. Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis:** A Lei de Sexagenário e os caminhos para a abolição. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_, Joseli Maria Nunes. **Cenas da abolição:** escravos e senhores no Parlamento e na Justiça. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

\_\_\_\_\_, Joseli Maria Nunes. “O Parlamento e as Ruas”. In: **Acervo Histórico.** São Paulo, 2005.

MOREL, Edmar. **Vendaval da Liberdade:** a luta do povo pela abolição. São Paulo: Global, 1988.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos:** imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005.

\_\_\_\_\_, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder:** o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVEIRA, João Hipólito C. de. “Cronologia da abolição no Ceará”. In: **Revista do Instituto Histórico** – Tomo especial, 1984 - (1º Centenário da Abolição dos Escravos no Ceará). Fortaleza, 1984, p. 147. Disponível em: <http://www.institutodoceara.org.br/> acessado em: 07/12/2009.

PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da Casa Imperial:** Jurisconsultos e escravidão no Brasil do século XIX. Campinas: Editora da UNICAMP / CECULT, 2001.

REIS, João José. “A greve negra de 1857 na Bahia”. In: **Revista USP.** São Paulo, n.18, 1993.

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio:** propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas, SP: unicamp/cecult, 2000.

SALLES, Ricardo. **Joaquim Nabuco, um pensador do Império**. São Paulo: Topbooks, 2002.

SANTIAGO, Ana Maria de Almeida. **Repensando a campanha abolicionista: Elite política e cultura política (1881-1889)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das letras: 1987.

\_\_\_\_\_, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II um monarca nos trópicos**. 2º edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 4º edição (Tomo II). Lisboa: Impressão Régia, 1831, p.622. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=20ZDAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=antonio+de+moraes+silva+-+diccionario&lr=&cd=2#v=onepage&q&f=false> Acesso: 25/05/2010.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.

SOUSA, Antonio Vilamarque Carnaúba de. **Da “Negrada Negada” a Negritude Fragmentada: O Movimento Negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995)**. (Dissertação de Mestrado em História Social). Fortaleza: UFC, 2006.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa III: a força dos trabalhadores**. Tradução: Denise Bottmann. 2º edição. V. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.

VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Ática, 2001.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)